



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Jorge Cabral (substituído durante a Sessão pelo Deputado David Santos) e Manuel Goulart (substituído durante a Sessão pelo Deputado Fernando Fonte)

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10,00 horas.

A Assembleia prosseguiu a **apreciação do Programa do IV Governo Regional dos Açores.**

Intervieram nos debates, a diverso título, os seguintes Deputados: Henrique Aguiar (PSD), Dionísio de Sousa (PS), Oliveira Rodrigues (PS); Victor Ramos (PS), José Carlos Simas (PSD), António Cordeiro (PS), Rui Melo (PSD), José Ramos Aguiar (PSD), Martins Goulart (PS), José Gabriel Lopes (PS), Paulo Valadão (PCP), Fernando Fonte (PS), Francisco José Silva (PSD), Manuel Valadão (PSD), Duarte Pires (PS), Carlos Pinto (PS), António Silveira (PSD), Renato Moura (PSD), José Maria Bairos (PSD), Manuel Carvão (PS), Adelaide Teles (PSD), José da Terra Carlos (PSD), Carlos Mendonça (PS), Manuel Serpa (PS), António Varão (PSD), Carlos Teixeira (PSD), Rogério Serpa (PS), Victor Evaristo (PSD), Renato Leal (PS), Jorge Cabral (PSD), Manuel Goulart (PS), João Braga (PS), Victor Cruz (PSD).

Usaram ainda da palavra os seguintes Secretários Regionais: das Finanças e Planeamento, Dr. Gualter Furtado; da Habitação e Obras Públicas, Sr. Natalino Viveiros; da Administração Interna, Dr. Costa Neves; da Agricultura e Pescas, Dr. Adolfo Lima; da Educação e Cultura, Dr. António Azevedo Rosa; do Turismo e Ambiente, Dr. Eugénio Leal e da Economia, Dr. Alvaro Dâmaso.

Os trabalhos terminaram às 21,00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 10,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Adelaide Teles, Alvaro Pacheco, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, José da Terra, Francisco José Silva, Henrique Oliveira Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José

Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Manuel Valadão, Tomaz Duarte, Melo Alves, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - Albano Pimentel, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Victor Ramos, Carlos Mendonça, Duarte Pires, Fernando Fonte, Francisco Sousa, José Gabriel Lopes, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Carlos Pinto, Renato Leal, Ricardo Barros, Rogério Serpa; CDS - Rui Meireles; PCP - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 44 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos continuar a discussão do Programa do Governo Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Aguiar.

Deputado Henrique Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção neste debate, tem como objectivo o apoio ao Programa do IV Governo Regional, nomeadamente às medidas preconizadas para o Sector da Saúde, onde o Executivo expõe a sua base de trabalho para o período de 1988-1992. É preciso não esquecer que a Saúde considerada como o bem estar físico, psicológico e social será o resultado, não só das medidas sectoriais, mas de todo o Programa do Governo, que visa, com as políticas económica, social e cultural, a defesa da qualidade de vida das populações. Dentro deste objectivo, farei algumas considerações que por motivos óbvios de limitação de tempo, e da minha actividade profissional de Médico Hospitalar, serão dirigidas principalmente à temática relacionada com os Hospitais Regionais.

Desde já prometo tentar ultrapassar esta limitação que procurarei atenuar no futuro, com a necessária informação aprofundada de todo o sector.

Considero importante sublinhar que o Programa agora apresentado pelo IV Governo Regional se insere no trabalho efectuado ao longo dos últimos 12 anos de regime autónomico por 3 governos de legislatura apoiados, como este, pelo Partido Social Democrata, desde sempre maioritário nesta Assembleia, onde, juntamente com as oposições, garantem a democracia representativa e, no caso especial dos Açores, a Autonomia política, tão necessária ao desenvolvimento harmónico da Região, adaptando-o às características do nosso Povo Açoriano.

Quando em 1975 elaborámos o levantamento do sector em todo o Arquipélago, **perante as carências existentes** escrevemos na nota introdutória do relatório: "tendo em conta a realidade que nos é exposta de recursos financeiros exíguos, técnicos pouco abundantes, instalações e equipamentos insuficientes e mal aproveitados e esquemas funcionais ineficazes e sem elasticidade, impõe-se que um plano de saúde regional articulado com o plano de desenvolvimento global da Região seja prudentemente estabelecido, tendo em conta o melhor aproveitamento possível das actuais disponibilidades materiais e humanas e um escalonamento das iniciativas e investimentos, segundo prioridades racionalmente determinadas e eficazmente coordenadas."

Convém recordar que o número total de médicos na Região era de 98 elementos e o de elementos de enfermagem era de 298. Em 1988 temos, só a

nível dos três hospitais regionais, 210 médicos (mais do dobro) e também cerca do dobro de elementos de enfermagem.

Queria ainda referir, dentro destes elementos, o que se passou com a mortalidade infantil. Recordemos que em 1956 quando o Instituto Materno-Infantil iniciou os seus trabalhos, a mortalidade infantil era o dobro da mortalidade a nível nacional.

Em 1975, a mortalidade infantil nos Açores andava pelas 43 por mil. Actualmente, ela é de cerca de 16 por mil.

Como vemos, hoje o panorama mudou e está bem longe do que então encontrámos e que estará ainda na memória de muitos. E mudou porque, conforme refere o Programa do Governo, "Pela via da reforma cautelosa e segura, os Governos anteriores reorganizaram, disciplinaram e motivaram vontades e competências, planearam e investiram e não descuidaram os financiamentos, que não faltaram."

Em 1982 foi inaugurada a nova Escola de Enfermagem de Ponta Delgada que, no ano de 1988, tem inscritos 69 alunos de enfermagem geral, 10 na especialidade de saúde pública, 10 em saúde materna e obstétrica e 10 em saúde mental.

Em 1977 iniciou o seu funcionamento a Escola de Enfermagem de Angra do Heroísmo que em 1988 tem inscritos 55 alunos em enfermagem geral.

Em 1981 iniciaram-se os cursos de formação de técnicos auxiliares de diagnóstico e terapêutica e em 1984 terminaram esses cursos 21 preparados de análises clínicas, 2 preparadores em anatomia patológica, 1 audiometrista, 2 cardiografistas, 2 preparadores de farmácia e 13 radiografistas, num total de 41 elementos.

Em 1982 a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e a Secretaria de Estado da Saúde assinaram um protocolo que possibilitou a concessão de bolsas de estudo para os internos que, terminado o Internato Geral, ingressassem nas especialidades mais necessárias à Região. Estes já em 1984 totalizavam 27, distribuídos pelos três hospitais da Região e hoje, para além dos que já se encontram em trabalho efectivo (cerca de 5 no hospital de Ponta Delgada) como especialistas, só no Hospital de Ponta Delgada encontram-se nas especialidades como bolseiros, 18 internos do complementar.

Usando um protocolo de acordo entre a Direcção Regional de Saúde e a Direcção Geral dos Hospitais, iniciaram-se as deslocações de especialistas, não existentes então no quadro médico dos Hospitais, à Região, possibilitando consultas externas e apoio aos serviços de internamento.

Estes e outros factores possibilitaram a introdução nos Hospitais de novas valências e a utilização de novas técnicas de diagnóstico e tratamento, bem como o funcionamento permanente, com assistência de pessoal especializado, de Serviços de Tratamento Intensivo.

Assim se abriram nos Hospitais de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada as Unidades de Cuidados Intensivos, as Unidades de Tratamento Intensivo Coronário e os serviços de hemodiálise.

Em 1980 entrou em funcionamento, agregado ao serviço de cardiologia, de Angra do Heroísmo, uma unidade de implantação definitiva e controle de Pace-Makers que recebe doentes de todo o Arquipélago.

Novas técnicas de diagnóstico têm sido progressivamente utilizadas.

Em Junho deste ano foi adquirido para o Hospital de Ponta Delgada um moderno aparelho de "tomografia axial computadorizada" que vem servindo toda a Região e onde já foram efectuados exames em 722 doentes, dos quais 145 foram enviados pelos serviços de urgência dos vários hospitais regionais. 105 dos exames foram efectuados, em situação de urgência, em doentes com traumatismo craniano.

Tudo isto alterou profundamente a vida hospitalar e vem-se reflectindo nos orçamentos dos hospitais, cujas despesas em 1988, ultrapassam os 4 milhões de contos!

São sem dúvida custos elevados e que até podem parecer exagerados se nos esquecermos dos custos de toda a espécie que comporta a alternativa de ter de se evacuar os doentes, para além da insegurança e das delongas entre o diagnóstico provável e o tratamento efectivo.

Também neste sector é necessário ter em conta a insularidade e a descontinuidade do território para entender melhor a necessidade de certas valências que noutras circunstâncias seriam dispensáveis, mas que no nosso caso parecem-nos necessárias para que os hospitais possam cumprir cabalmente a sua função.

Mas tudo isto não basta e, como refere o Programa do IV Governo, "Da tarefa enorme, plenamente alcançada quanto às suas bases fundamentais, fica ainda muito para inovar e aperfeiçoar".

Temos que investir ainda muito nas estruturas físicas e nos meios técnicos. Avançar pelo caminho difícil e moroso da informática, peça indispensável da modernidade que exige também o estabelecimento de meios de controle da qualidade de serviços.

A actividade hospitalar deve ser exercida e coordenada de forma a ser mais rentável sob o ponto de vista assistencial, o que, na nossa opinião, pressupõe que o sistema tenda para a descentralização, possibilitando aos Hospitais participarem na escolha das melhores soluções para os problemas específicos de cada um, e servindo de estímulo para que apareçam soluções inovadoras.

A descentralização deverá ser acompanhada e condicionada pela avaliação dos resultados obtidos, com a consequente responsabilização

de quem ocupa os postos de decisão. Há pois a necessidade de aplicar esquemas de controle da qualidade na gestão, por forma a melhorar os serviços prestados, com maior rentabilização e contenção dos custos.

Apoiámos o estabelecimento de um modelo de gestão própria para os Hospitais, conforme vem referido no Programa do Governo que, a nosso ver, e no próprio interesse dos doentes, deve contar para a definição da política hospitalar com os profissionais de saúde, principalmente os médicos, dada a sua formação específica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Contamos com o IV Governo Regional para mais um salto em frente no sector hospitalar e estamos convictos que, na política de diálogo com as instituições e destas com os responsáveis do Governo, se encontrarão as soluções necessárias e possíveis.

Tenho dito. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados:

Formulo os meus sinceros votos para que dos debates e do trabalho realizado neste importante Órgão da Autonomia dos Açores resultem benefícios reais e duradouros para o nosso Povo. A Autonomia Democrática dos Açores só tem a ganhar com um Parlamento participativo, construtivo e eficaz.

A Região Autónoma dos Açores é uma Região Insular e Periférica da Europa, com um mercado interno disperso por 9 ilhas e de reduzida dimensão.

Esta nossa pequena economia insular é ainda hoje marcada por carências estruturais profundas **algumas de tipo secular**. Esta panorâmica felizmente melhorou muito no decurso da Autonomia Democrática, todos os indicadores económico-sociais e os graus de acessibilidade aos serviços e bens por parte dos Açorianos assim o demonstram. **Esta é uma realidade indesejável!**

Contudo, ainda estamos muito longe de padrões vigentes no contexto mais desenvolvido da Europa e a que legitimamente aspiramos.

Sermos a Cauda da Europa não é uma fatalidade e não é o nosso destino!!

Nós somos exigentes, e por isso mesmo trabalhamos incansavelmente para atingirmos os objectivos a que nos propomos. Vamos ter a honra e o privilégio para mais uma vez darmos o nosso contributo desinteressado para vencermos a barreira da desgraça e o irrealismo imponderado.

Todos têm o dever e o direito de participar na batalha do desenvolvimento. **Repito: todos.**

Recusamos o instrumental analítico da teoria

económica tradicional por não se adaptar ao nosso caso específico, já que assenta no princípio neo-clássico das economias de escala.

A racionalidade que suporta a lei das economias de escala e a medida utilizada para referir a sua rentabilidade terão de ser devidamente equacionadas e recusadas no contexto insular que é o nosso. Esta é uma metodologia que não serve, não a utilizaremos na formulação e avaliação dos nossos programas e projectos.

Esta breve reflexão justifica-se porque alguns supostos analistas deslocados no tempo ou no espaço por vezes ignoram estes princípios elementares, e por este facto são tentados a fazerem análises precipitadas e comparações descabidas.

As infraestruturas económicas e sociais têm aqui nos Açores uma importância fundamental dada a nossa condição **Arquipeplágica**, e têm inegavelmente um custo fixo e variável superior a infraestruturas do mesmo tipo implantadas na economia continental. O efeito multiplicador dos custos é enorme.

Sendo assim, o impacto em termos de valor acrescentado no PIB Regional é menor, o Governo conhece bem esta realidade, e sabe também que ela só poderá ser ultrapassada com um ritmo de investimento **mais acelerado do que noutros contextos**. Vamos continuar a gerar a confiança necessária para o desenvolvimento do investimento. **Num clima de incerteza e de conflitualidade permanente são muitos os que perdem e são poucos os que ganham.**

Continuaremos a mobilizar todos os recursos financeiros disponíveis a fim de se atenuarem as disparidades existentes com as Regiões mais desenvolvidas da Europa. **Este é um objectivo central da nossa acção!**

Estamos atentos às metas de crescimento fixadas pelo Governo Central no **GOPs'** (Grandes Opções do Plano) para os próximos 4 anos, e às consequências que estes cenários económicos e sociais terão sobre a nossa economia.

Atendendo a que os recursos financeiros próprios da Região são limitados para as tarefas que realisticamente nos propomos realizar de uma forma interdependente e hierarquicamente definida à priori, iremos **objectivamente** fazer apelo à solidariedade nacional e **aos fundos estruturais das Comunidades**.

Nós temos uma estratégia e objectivos claros que necessitam de ser alcançados.

O "Acto Unico Europeu" e as necessidades de crescimento económico subjacente às nossas necessidades de desenvolvimento exigem uma gestão financeira firme, de grande rigor, e de coordenação interdepartamental, **acções que o Governo entende e irá levar à prática.**

É na articulação entre a gestão orçamental e o planeamento com particular destaque para

o **Plano de Desenvolvimento Regional (P.D.R.)** que centraremos boa parte da nossa acção.

Daremos uma importância fulcral ao planeamento enquanto instrumento auxiliar do Desenvolvimento Económico e Social dos Açores, e não como elemento regulador do sistema económico já que este papel cabe ao mercado. Será pois o planeamento um instrumento da modernização da **economia e sociedade açoriana**.

As finanças públicas servirão essencialmente para serem um meio de fomento da riqueza e simultaneamente para corrigirem assimetrias sociais e intra-regionais.

Não abdicaremos de, serenamente, em diálogo com as forças vivas da nossa Região e com o Governo Central, adaptarmos o Sistema Fiscal Nacional às nossas realidades insulares. Aliás esta pretensão começa a tomar forma em quase todas as Regiões Insulares Europeias.

Não aceitamos o princípio da neutralidade das finanças públicas e, como tal, mesmo com a nossa capacidade relativamente limitada por razões institucionais, tudo faremos para cumprir o compromisso de contribuirmos para o Bem Estar dos Açorianos, através da manipulação dos instrumentos que dispomos nas finanças públicas.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): A manipulação é com vocês!

O Orador: A política monetária a seguir nos Açores terá como objectivo fundamental o reforço do nosso sub-sistema monetário e financeiro. Tudo faremos para contribuir para o **desenvolvimento realista das nossas Instituições Monetárias e Financeiras**.

Seremos muito exigentes e firmes nesta área, já que o desenvolvimento económico e social dos Açores não se compadece com uma política económica passiva. Aqui fica o nosso compromisso.

Srs. Deputados, podem sinceramente contar connosco para trabalhar e para ajudar a dignificar as nossas ilhas.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para pedidos de esclarecimento.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Habitámo-nos, em 12 anos no planeamento da actividade de investimentos públicos nesta Região, a que se fizesse um planeamento tipo caseiro, de costas voltadas para o Continente e, na altura, de costas voltadas para uma Europa que para nós não existia.

Neste momento vemos que, no Programa do Governo e nesta apresentação agora feita sobre a área do planeamento e do financiamento, existe um esforço para se ligar a Bruxelas, ou seja, para uma ligação muito mais estreita a Bruxelas, tendo

em conta o vector da integração europeia.

Mas há um outro aspecto importante de que estes sucessivos governos nunca cuidaram que é a inserção no todo nacional e a inserção nas realidades nacionais.

Recordo que o Sr. Presidente do Governo Regional, no acto de nomeação do Governo, referiu que iria tentar abrir os Açores a entidades várias que lá foram referidas. Mas existe um outro caminho muito mais importante, que vem referido no Estatuto, que é a elaboração de protocolos permanentes para a concertação de políticas em determinados sectores, nos quais está exactamente referida:

- a situação económica e financeira nacional;
- a definição das políticas fiscal, monetária e financeira;
- e a prestação de apoios técnicos.

As sucessivas intervenções que aqui foram feitas sobre o Programa do Governo, têm continuado a ser omissas neste aspecto, e em relação a problemas de financiamento para o crédito ao investimento, isso é efectivamente importante e só pode ser resolvido em todos os sectores da economia regional - e o Governo Regional continua a ignorar esse aspecto.

Recordo que, na apresentação do Programa do Governo, feita pelo Sr. Presidente, falava-se nas dificuldades em relação à agricultura e à agropecuária açoriana e que essas dificuldades tinham sido frequentes e que se tinha que "reivindicar", que se tinha que "combater", mas nunca se dizia que se tinham que "inserir" essas realidades no todo nacional.

Posso referir também que se fala em turismo cultural para Angra do Heroísmo, mas o turismo cultural só tem sentido para Angra do Heroísmo se se inserir em aproveitamento de segmentos de turismo que tenham como objectivo outras cidades semelhantes que estão no Continente.

Em relação a qualquer outro sector, e agora aqui em relação ao sector financeiro, isso é extremamente importante porque, como sabemos, os bancos nacionais que operam na Região têm "plafonds" de crédito que são postos à disposição dos investidores e que, evidentemente, não têm "plafonds" específicos para a Região e privilegiam, é evidente, os melhores clientes desses bancos, que são os clientes do Continente e não os regionais.

Gostávamos de saber como é que o Governo Regional pretende incentivar o investimento e abrir esse crédito, que está sujeito à a critérios nacionais e não a critérios regionais.

Este é também um dos aspectos daquela problemática geral que referi e que tem aplicação em todos os sectores (e com todos eles pode ser exemplificado), mas que, sistematicamente, neste Programa do Governo, nas apresentações, nos secto-

res que se referem - uns após outros - essas realidades são ignoradas.

Pelo contrário, são lembradas outras realidades. Esta manhã, por exemplo, eu ouvia que, em comunicado, o Governo Regional tinha dito que na Região iam ser aumentadas as pensões de sobrevivência, as pensões de invalidez, ou seja, quando o Governo Regional precisa de articular a sua política, em todos os sectores, com o Governo da República, não o faz e quando o Governo da República é que faz as coisas, tenta dar a impressão, à população açoriana, que é ele que está fazendo.

A pergunta que fica feita é a seguinte:

- Como é que o Governo Regional pretende resolver este problema da expansão do crédito na Região sem se ter que subordinar a esses "plafonds" de crédito que são fixados é pelo Governo da República e sobre os quais o Governo da Região não tem (que se saiba!) e não se mostra disposto a dar os passos que no Estatuto estão previstos (desde que existe Estatuto) para, nesse domínio, as questões poderem efectivamente ser resolvidas com o diálogo e com a concertação. Diálogo e concertação que não é o caminho apontado pelo Sr. Presidente, de convidar altas individualidades e altas personalidades mas, sim, o de trabalhar para que se concertem economias, que se concertem políticas, que se planeie, não para a casa do PSD, mas para a casa dos Açorianos...

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...que se inserem em Portugal e não no PSD que em 88 é igual ao que foi em 80, é igual ao que nasceu em 76.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem também a palavra para pedidos de esclarecimento o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não é tanto um esclarecimento mas, sim, um regozijo por ver realmente o Sr. Secretário Regional, e meu amigo Gualter Furtado, a fazer uma intervenção que primou pelo rigor e pela firmeza com que parece que vai querer conduzir as finanças da Região.

Só tenho a congratular-me com isso porque vejo que o PSD, presentemente, foi buscar, não às suas hostes sociais democratas, o homem que vê as finanças com o rigor de planeamento que a Região exige.

Simplesmente gostaria de saber o que é que ele pretende fazer quanto à exportação de capitais que presentemente exige a Região, em grande escala, para o Continente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para responder, se assim o entender.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Responderei com muito gosto.

Vou-me abster de tecer algumas considerações em relação a alguns comentários que considero menos adequados à minha intervenção.

Em relação aos "plafonds" de crédito, é evidente que eu não os ignoro.

Como o Sr. Deputado deve saber, fui dirigente de uma pequena instituição de crédito regional e, por imperativo profissional e pessoal, tive que realmente ter contacto com essa dura realidade que se chama os "plafonds" de crédito e a política de enquadramento de crédito.

É evidente que a Região Autónoma dos Açores (e nós somos os primeiros a reconhecê-lo) está a ser alvo de uma política restritiva monetária que nos pode afectar seriamente. Nós temos consciência disso. Isto é uma política definida a nível nacional. Folgo em saber que os Srs. Deputados também estão preocupados com essas matérias. Isso significa que a Autonomia tem que dar mais um passo em frente nessas matérias e têm que assumir conscientemente os recortes efectivos e reais que se vivem neste campo da política monetária.

Conhecemos também perfeitamente as pessoas que actuam nesta área, e em diálogo que me foi reafirmado e com pressupostos técnicos, claros e objectivos, nós estamos convencidos - e vamos dialogar de boa fé - e, para já, nada nos faz prever nem pressupor que tanto as autoridades monetárias centrais, como sejam, o Banco de Portugal e o Ministério das Finanças, não atentem às nossas características especiais.

De facto, no Continente Português as empresas que lá se inserem e labutam e mesmo os clientes em nome individual e, por conseguinte, as pessoas que se dirijam aos bancos, têm outras facilidades que nós não temos aqui nos Açores, que é exactamente o mercado de capitais a funcionar: as grandes empresas podem recorrer com mais facilidade a sindicatos bancários estrangeiros, têm outros instrumentos como o mercado primário e o mercado secundário para alimentar os seus fundos de tesouraria, mas, atenção, mesmo aí também existem alguns problemas e é bom que a gente não os ignore.

Por conseguinte, estou convencido, repito, que em diálogo, baseado em pressupostos técnicos bastante claros, este será um aspecto que será ultrapassado.

Evidentemente nós também não podemos ignorar que vivemos numa pequena economia insular, inseridos num país que também tem grandes debilidades estruturais. Assim sendo, a política económica não pode ser conduzida de forma irresponsável e temos que ter em atenção os impactos que a manipulação dos instrumentos pode ter sobre a restrição externa da economia portuguesa, concretamente sobre a dívida pública externa e sobre

a balança de pagamentos.

Quanto ao aspecto do planeamento, considero que do ponto de vista institucional o planeamento enquanto meio auxiliar do desenvolvimento económico e social deve ser privilegiado. Tudo faremos para que assim aconteça.

Relativamente à pergunta do Sr. Deputado, devo dizer que ela está implícita na minha exposição e só lhe tenho a agradecer a forma cordial como fez algumas afirmações.

Nós, Governo Regional, a partir do dia em que tomámos posse, somos o Governo dos Açorianos!

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos.

Deputado Victor Ramos (PS): Senhor Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como neófito nesta Assembleia, desejaria em primeiro lugar saudar todos os Senhores Deputados aqui presentes, bem como os Membros do Governo, desejando ainda as maiores felicidades no cumprimento do mandato para que foram eleitos.

Espero que, o esforço por todos nós aqui desenvolvido, se traduza a curto prazo na melhoria da qualidade de vida, no progresso do nosso povo, na consolidação da nossa Autonomia e na dignificação da nossa imagem tanto no interior como no exterior da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao analisar o Programa, apresentado pelo IV Governo Regional dos Açores, acheio-o sinceramente longo e fastidioso, uma vez que poderia resumir-se ao índice, acrescentando que todos os sectores são prioritários e ou que tudo ou quase tudo está por iniciar.

Este Programa, na nossa óptica, encontra-se em relação ao anterior mais empobrecido porque mais esvaziado de uma definição concreta de medidas a adoptar, enquadradas na nossa realidade, para a resolução das urgentes situações que se nos deparam.

A falta de habitação é, sem dúvida, um dos mais graves problemas com que se debate a população Açoriana.

No entanto, o Programa do Governo em discussão, limita-se a dizer que irá reforçar as acções anteriormente desenvolvidas sem contudo indicar quais as medidas a tomar.

Como inovação pragmática, apenas promete desburocratizar o acesso à habitação; o que, em nosso entender, é demagógico, uma vez que esta desburocratização terá de passar pela reforma dos códigos notarial e de registo predial da exclusiva competência do Governo Regional, nomeadamente do Ministério da Justiça.

Por outro lado, o Governo no seu Programa diz, passo a citar, "Apoiar, mecanismos que criam condições de financiamento, de modo que se alargue

o mercado de habitação própria", não referindo quem apoiar e como apoiar.

Nesta matéria, já desde alguns anos que se vem tentando dotar o País e a Região de um esquema de crédito eficaz destinado a financiar a aquisição e a construção de habitação própria, adequado à capacidade de reembolso dos agregados familiares. Tem o Governo plena consciência das limitações constitucionais de legislar sobre matéria de bonificações de crédito à habitação?

Até porque já em 82 o Governo do PSD legislou sobre esta matéria como foi o caso do decreto Regional 19/82/A de 18 de Agosto que, expressamente pedindo a publicação de uma portaria regulamentadora, só muito mais tarde veio a ser regulamentado com a participação do movimento cooperativo habitacional da Região.

Mas os objectivos visados não foram susceptíveis de se repercutir na prática. O Governo concluiu que, para além da limitação constitucional, a totalidade do Orçamento Regional, da altura, não era suficiente para fazer face às bonificações de juros previstos, só para os programas habitacionais a promover pelas cooperativas de habitação Açoriana.

Mais grave ainda. O Governo Regional não só foi incapaz de criar "Linhas de Crédito" para investimento na habitação, como também não conseguiu aproveitar financiamentos provenientes do Orçamento do Estado.

É o caso dos financiamentos concedidos pelo Instituto Nacional da Habitação com bonificações na ordem de dois terços, suportados pelo Orçamento do Estado e ao dispor da Região, tanto para as cooperativas de habitação como para as Câmaras Municipais. Estes financiamentos destinam-se à aquisição de terrenos, realização de infraestruturas e construção de habitações.

Poderá, porém, acrescentar-se que, igualmente, nunca chegou o Governo Regional, a criar o insistentemente reclamado pelo PS, condições que abrangessem as situações de agregados familiares e pessoas singulares (solteiros e separados) que, não tendo acesso aos dois programas aplicados pelo Governo Regional (auto-construção e recuperação de habitação degradada), por excederem os limites máximos do rendimento legalmente estabelecido, ficam à margem de qualquer esquema de apoio de que carecem para a construção de habitação própria.

Manifestamente insuficiente e com carácter meramente circunstancial foi o Programa de apoios especiais a casais jovens, incompreensivelmente limitado ao Ano Internacional da Juventude, que tantas expectativas criou e ainda maiores frustrações provocou.

Na verdade, no momento em que se defende um maciço investimento nos sectores produtivos, não restarão dúvidas que as disponibilidades

financeiras existentes não serão afectadas ao investimento na habitação, que, como nos ensinaram as teorias economistas, não é um investimento produtivo.

Porque estamos no patamar da C.E.E. tudo se explica. Ou melhor: a modernização e o progresso de que tanto se fala é apenas para os sectores comerciais e industriais na perspectiva do PSD.

Na perspectiva do Partido Socialista, há que inverter os pressupostos e a filosofia subjacente às opções tomadas. Pensamos que a existência de uma habitação condigna tem reflexos muito importantes na actividade produtiva, mas sobretudo é um direito constitucional que por todos os meios deve ser de prioritária preocupação para qualquer executivo. Mas o que é grave, é que não se vê tal preocupação neste Programa do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não basta, no entanto, resolver o problema habitacional que se faz sentir, para garantir a qualidade de vida pretendida pela população Açoriana.

Paralelamente a esta situação há que ter em conta todas as medidas necessárias e cautelares para controlar o ambiente a fim de evitar a sua degradação que, neste momento, já é preocupante.

Urge definir uma política de ordenamento territorial, melhorar as condições de salubridade, combatendo todas as formas de poluição.

O Governo deverá igualmente cumprir e fazer cumprir a legislação por ele criada no que respeita à gestão das zonas já legalmente protegidas e consideradas como reservas, o que não tem vindo a acontecer como se pode verificar com a situação vergonhosa da contaminação da nascente de água que abastece parte da cidade da Ribeira Grande devido aos trabalhos de prospecção geotérmicos. Por outro lado, não está garantido, em situação normal, o abastecimento de água potável a tempo inteiro a todo o concelho.

O Governo, e só a este compete, não tem definido devidamente as zonas circundantes às nascentes de água existentes nem tem organizada a gestão dos nossos recursos hídricos.

O mais grave é que, no Programa do Governo em discussão, nada consta sobre medidas a tomar para estas situações, bem como para outras não menos importantes, tais como na protecção da orla marítima, na degradação acelerada pela utilização anárquica da mesma como depósito de lixo e entulhos, proporcionando uma imagem degradada à que se pretende divulgar no exterior, tendo em vista a captação e o desenvolvimento do turismo que se pretende para o desenvolvimento regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito mais havia a dizer não fosse o tempo escasso. A situação que se vive nestes sectores, no limiar da tragédia, impõe medidas enérgicas e urgentes para as quais o Partido Socialista tem soluções.

Tenho dito. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas para pedidos de esclarecimento.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista, para além de ser longa e fastidiosa, abrangeu bastantes aspectos do Programa do Governo, mas não apontou concretamente qualquer solução, tanto em habitacionais, como problemas de qualidade de vida que ele aqui, ao de leve, levantou.

Afirma o Sr. Deputado na sua intervenção que "há resoluções urgentes a tomar para resolver situações que se nos deparam e que urge resolver". Gostaria que me concretizasse a sua afirmação.

Afirmou ainda que "o Programa do Partido Social Democrata é um Programa, para além de longo, fastidioso".

Gostaria de perguntar se acaso o Sr. Deputado conhece bem o Programa do Partido Socialista.

Deputado Victor Ramos (PS): Não é esse que está em discussão!

(Risos do PSD)

O Orador: Era apenas isto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos para responder, se assim o entender.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que há diversas situações que urge resolver - e o Programa do nosso partido reconhece-o.

Reservar-me-ia de apresentar as soluções por nós entendidas como melhores, reservando-as para quando da discussão do Plano, uma vez que não é esta a melhor altura para o fazer.

Todavia, penso que no Programa do Governo é que deviam constar, para que houvesse um diálogo mais proffcuo, as medidas a tomar sobre as diversas matérias que o mesmo apresenta.

Obrigado.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Muito bem respondido!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Melo também para pedidos de esclarecimento.

Desculpe, o Sr. Deputado António Cordeiro pretende fazer uma interpelação à Mesa?

Deputado Carlos Teixeira (PS): Ele não sabe bem o que é! Tem que aprender primeiro o Regimen-

to!

(Risos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Cordeiro.

Deputado António Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Rui Melo pediu um esclarecimento.

Já é hábito nesta Assembleia o Sr. Deputado Rui Melo não pedir esclarecimentos mas, sim, fazer insultos.

(Risos do PSD)

Assim, gostaria que houvesse um rigor criterioso no pedido de esclarecimento.

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa vai entender essa sua intervenção como um aparte, que é legal, e dá a palavra ao Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sobretudo um aparte também ao Sr. Deputado António Cordeiro: compre um cão se tem medo, faz favor!

Deputado Manuel Serpa (PS): Isso é um esclarecimento?! Afinal tínhamos razão!

O Orador: Em relação ao Sr. Deputado Victor Ramos, devo dizer que, de facto, cuvi a sua intervenção. Não estava com intenção de intervir nem pedir esclarecimentos.

Todavia, o seu esclarecimento demonstra que só conseguiria perceber um Programa do Governo se ele fosse numa folha A4, mas como são muitas páginas, o Sr. Deputado não conseguiu perceber.

Assim sendo, nós vamos pensar e fazer folhas soltas e apenas os Srs. Deputados vão compilá-las como fizeram com o seu programa.

Presidente: Efectivamente também se entende como um aparte esta intervenção do Sr. Deputado Rui Melo...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Afinal como todas as outras do Sr. Deputado Rui Melo!

Presidente: ...visto não se poder considerá-la como um insulto.

(Risos do PSD)

Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido.

Vamos continuar com as nossas intervenções. Tem a palavra o Sr. Deputado José Aguiar.

Deputado José Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Ao discutir-se o Programa do Governo para uma Região Autónoma como a nossa, somos voluntariamente impelidos a determinadas reflexões retrospectivas, para daí se extrair algumas conclusões e, assim, melhor se perceber a corrida que trazemos e a velocidade moderada, que é necessária

alcançar, para termos uma Região cada vez melhor e onde todos, desde os mais novos aos de idade mais avançada, se sintam felizes e presos, por vontade própria à Região, ilha e mesmo lugar onde nasceram.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Centra-se esta intervenção, por excelência, num sector que se julga de vital importância para o desenvolvimento dos Açores: as pescas.

Quem, como pelo menos alguns de nós, começou ainda em criança a fazer determinadas viagens por algumas das nossas ilhas e a andar com marítimos/pescadores, facilmente se apercebia das dificuldades que por eles eram sentidas e o desprezo a que estavam votados. Em tempos recuados, quantos homens eram necessários para arrear ou varar uma embarcação, por mais pequena que ela fosse: um ou dois (consoante o porto) só para vigiar a ondulação marítima e mais 5 ou 6 para fazer deslocar o barco. Sublinho que isto se passava em relação a embarcações com 5 ou 6 metros de comprimento apenas. Ainda nesta ordem de ideias e reparando em quem desempenhava estas funções, facilmente se detectava que para o mar iam apenas aqueles que, porventura, não podiam ou não sabiam fazer mais nada.

Felizmente, esta situação tem vindo a ser amplamente remodelada, e quem não viu os vários portos de pesca já melhorados nas nossas ilhas, barcos, agora maiores e melhores, facultados a pescadores, quantos e tão variados cursos foram ministrados a quem andava, anda e quer andar no mar, e, por fim, os apoios financeiros concedidos para remodelar e ou equipar um número considerável de embarcações.

No entanto, é necessário continuar a mudar determinadas mentalidades, para que todos encarem o pescador e a arte de pescar, como uma profissão tão digna como qualquer outra. Creio que aqui terão um papel importante os jovens das nossas ilhas, uma vez que estão vocacionados para não colocar qualquer tipo de barreira entre as diferentes opções de vida do ser humano e julgo salutar a forma como o Governo encara esta situação e pretende efectivamente continuar a empenhar-se na valorização dos pescadores, tal como nesta Câmara foi dito pelo Senhor Presidente do Governo. O Programa expressa concretamente que: "é necessária a formação profissional dos pescadores"; ideia esta que sempre foi defendida e acarinhada pela J.S.D..

Ao privilegiar nas escolas o ensino profissional da pesca, o Governo contribui para que aumente o número e qualidade dos pescadores.

Outra das áreas que neste sector é de acrescida importância, tem a ver com a fiscalização da nossa Z.E.E.. Sabe-se que efectivamente esta missão é da responsabilidade dos navios da Armada

Portuguesa e dos aviões da Força Aérea. Mas, é fácil de ver como a Região também tem tido um certo poder de fiscalização, embora implícito, através do crescimento da nossa frota, e é af que tem de continuar a apostar-se, pois só assim conseguiremos concorrer e talvez correr com quem pretende devastar os nossos mares, que tanta abundância possuem.

Neste capítulo será certamente vantajoso reforçar e incentivar os jovens que queiram ser pescadores e possuir o seu barco próprio; pois esta seria, sem dúvida, uma das formas de fomentar uma nova geração de pescadores.

Para finalizar, gostaria de referir que para haver boas pescas não basta existirem recursos marinhos, bons barcos e muitos pescadores. É também indispensável que continuem os melhoramentos em terra, tanto na rede de frio e seus serviços, como nas infraestruturas portuárias. Exemplifico esta ideia com uma pequena obra que poderia melhorar em muito a vida de pescadores da Ilha Graciosa, tal como de outras que porventura ali passassem ou se abrigassem.

É, penso eu, do conhecimento geral que na Praia da Graciosa está em funcionamento o porto comercial daquela ilha. Se fosse construído um quebra-mar com início na zona que é conhecida por "rampa", a qual é constituída por um rechedo, podendo ser aproveitadas as pedras que foram colocadas junto à muralha da praia, os barcos de maior porte teriam a possibilidade de permanecer no mar quase os 365 dias do ano, pois que qualquer que fosse o vento ou a direcção da ondulação do mar, o abrigo seria extremamente seguro.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Discutir um Programa de Governo é confrontar as nossas opções com as da oposição, quando estas existirem, é óbvio; é explicar os nossos objectivos; é defendê-los ideologicamente.

O PSD é diferente dos partidos da oposição.

Deputado António Cordeiro (PSD): Ainda bem! Felizmente!

O Orador: Já ontem aqui foi dito e congratulamo-nos por isso!

Separa-nos os princípios humanistas em que assentam as políticas de desenvolvimento social, económico e cultural definidos no nosso Programa, relativamente aos princípios do liberalismo desordenado é do materialismo pragmático, um e outro redutores de justiça e da igualdade de oportunidades.

A nossa sociedade deve ser uma sociedade de

comunicação e participação e, por isso, não se deve propor aos Açorianos tão só a satisfação dos seus interesses individuais, numa atitude de egoísmo e de isolamento contrária aos valores que defendemos e às aspirações de participação e inter-ajuda protagonizadas pela nossa juventude.

Daqui resulta o primado da qualidade à quantidade; do género de vida ao nível de vida; do conteúdo e do significado da participação no mundo do trabalho à remuneração pura e simples da força laboral; do crescimento novo e ordenado com o respeito pela natureza ao crescimento desordenado e destruído.

No fundo, o que está em causa é a mudança de comportamento na sociedade, valorizando-se o intercâmbio e a participação comunitária em detrimento da opção individualista e materialista, participação comunitária que a sociedade burocrática e do cimento e do ferro não pode, em nome do progresso e por causa dele, destruir.

Esta realidade leva-nos a fixar no programa do Governo 4 objectivos fundamentais.

Estes objectivos apontam para:

- a afirmação dos Açorianos como um povo;
- o reforço da sua participação na construção do presente e do futuro;
- o seu posicionamento como agentes dinamizadores da sociedade.

Nós acreditamos nisto! Estamos certos que com a participação do povo, dos Açorianos, vamos dar execução às áreas prioritárias que o Programa do Governo estabelece no campo social e no campo económico.

Uma das prioridades é a criação do novo conceito de cidade e a valorização do meio rural.

A cidade deve ser restituído o modo aprazível de viver e onde o cidadão não sinta a ânsia de fugir à fadiga que a concentração desmedida de actividades variadas e o crescimento abrupto da área urbana necessariamente provoca.

O meio rural deve ser valorizado e considerado também como uma área aprazível de viver e não como uma área pobre, deprimida, à margem da sorte do desenvolvimento.

Para realizar um e outro objectivo conta o Governo com os Planos Directores Municipais, os planos de urbanização e os planos de pormenor, que serão o suporte para a definição das zonas de construção nas mais diversas áreas.

Isto implica vias de rápido acesso às cidades e aos meios rurais; a execução de uma política descentralizada de equipamentos colectivos na sequência de opções anteriormente feitas; garantia de abastecimento de água e luz e acesso à habitação condigna.

As opções constantes do Programa do Governo sobre estas e outras matérias são explícitas. Só não é capaz de ver quem persiste e insiste na política de terra queimada; na obsessão cega

de semear o ódio e a divisão, fazendo disso os estandartes que, a meu ver, os hão-de abafar.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: As nossas propostas são realistas e exequíveis.

A salvaguarda da família como célula fundamental da sociedade, leva o Governo do PSD a dedicar nova atenção à política da habitação.

Recuperar o parque habitacional é um objectivo a cumprir.

Vamos desencadear verdadeiros "Tasks Forces" em zonas específicas, como sejam, por exemplo, na Calheta em Ponta Delgada; em S. Roque; em Rabo de Peixe; na Bretanha; no Bairro da Serra de Santiago e em S. Mateus na Ilha Terceira, aplicando a experiência derivada de acções idênticas levadas a cabo nestas freguesias, designadamente na freguesia da Ribeira Quente.

Vamos criar um quadro legal novo para o programa de autoconstrução, de modo a privilegiar, além dos que hoje já são neles contemplados, os jovens e os casais de médios rendimentos.

Vamos intensificar nos meios urbanos os contratos de construção a custos controlados.

Vamos definir os limites da área coberta a considerar nos projectos e inseridos nos programas de apoio governamental.

Queremos, com esta medida, desincentivar a megalomania que se vive na área da habitação. Por causa disso muitas famílias sofrem agora os efeitos de uma incorrecta avaliação.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

O Orador: O Governo não quer nem vai contribuir para isto.

A exiguidade do nesso solo implica que se opte, nos meios urbanos, por uma construção em altura moderada, seguindo exemplos válidos já nesta matéria executados.

Aproveitam-se, assim, estruturas comuns.

Diminuem-se também, por via disso, os custos de construção.

Vamos aproveitar todos os meios financeiros para revitalizar a construção da habitação própria.

Vamos, na sequência do que já tem sido feito, aproveitar também os fundos do instituto da habitação e, agora mesmo, a Cooperativa "PICOLAR", ao avançar para o seu 2º programa de extensão, vai participar, vai beneficiar destes fundos do instituto da habitação. Portanto, tem sido um instrumento usado não só por particulares. Também, nessa altura, havemos de o pôr ao serviço de outras cooperativas, de outras entidades colectivas que queiram recorrer a ele.

Vamos, portanto, informar melhor os cidadãos para esse instrumento que está disponível.

O abastecimento de água numa Região carente deste bem é um objectivo da política que este

Governo coloca também na primeira linha das suas preocupações. É mais uma preocupação de primeira linha.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mas vocês têm muitas!...

O Orador: É verdade! Mas esta é mais uma a juntar a essas!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Olha os cabelos brancos que vocês têm!

O Orador: Mas os meus estão a cair com menos velocidade do que os seus!

(Risos da Câmara)

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Você está verde!

O Orador: Estou verdíssimo, mas o Senhor está maduro; está já a cair de podre!

(Risos da Câmara)

Mas, dizia, é necessário captar mais água. É necessário construir mais troços comuns de transporte.

Vamos cooperar com as Câmaras Municipais nesta matéria, como também na definição e execução de uma política capaz de saneamento básico.

A cooperação com o poder autárquico vai estender-se a outras áreas. Desde já, na administração do programa de apoio à habitação degradada e na execução dos caminhos de penetração, programa que passa para a responsabilidade da Secretaria Regional de Habitação e Obras Públicas.

Definidas que estejam as áreas de construção, e uma vez que estejam a avançar os programas de urbanização, caberá também às Câmaras Municipais decidir sobre o licenciamento urbano sem qualquer outra formalidade burocrática. Será dado, nesta matéria, o apoio técnico que se mostrar necessário.

Vamos desenvolver nestas áreas uma política agressiva que será aplicada às obras públicas em geral, que ficam à responsabilidade da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas.

É minha preocupação ir ao encontro das necessidades que o desenvolvimento vai criando, mobilizando, para o efeito, a Administração Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Programa do IV Governo é um Programa que, biblicamente falando e para seguir aqui a terminologia do Sr. Deputado Dionísio de Sousa ou a sua linguagem evangélica...

(Risos do PSD)

...situa-se no "Novo Testamento", que é uma mensagem de confiança e de esperança.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): As figuras é que são do "Velho Testamento"!

O Orador: Ele contrasta com o pessimismo, a arrogância e o espírito de destruição que carac-

teriza a análise feita pelo Partido Socialista através do Sr. Deputado Dionísio de Sousa que, nesta matéria como em todas, usa o terror e a maldição do "Velho Testamento"...

(Risos do PSD)

...numa postura já de um homem velho.

O nosso Programa de Governo é de facto muito diferente...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não gosta mais de velhos, Sr. Secretário?!

O Orador: Gente nova, Sr. Deputado!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É ótimo!

Deputado Francisco Sousa (PS): Ele gosta é de gente nova e não de gente velha!

O Orador: Deixe estar! O Senhor também lá vai!

(Risos da Câmara)

O nosso Programa, dizia, é de facto muito diferente do do Partido Socialista. O nosso é humanista, é realista, é um Programa executável.

A Proposta do Partido Socialista é velha, não apresenta qualquer mudança, é uma proposta recortada das participações dadas já do desafio Socialista, ou melhor, da resposta ao desafio açoriano feita em 1974 pelo Sr. Deputado Barreto, que também agora (segundo me parece e analisando este documento aqui descoordenado) deu uma grande ajuda, ao juntar um conjunto de textos para este Programa do Partido Socialista, o qual foi publicado num jornal e eu tive o cuidado de o ler.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Afinal não estava na gaveta! V. Exa. tinha-o!

O Orador: Não! Os textos do Deputado Barreto é que vieram! O seu Programa foi preciso que eu fosse à procura dele porque nem sequer a Comunicação Social o tinha...

Deputado Martins Goulart (PS): Isso é falso!

O Orador: ...e até distribuímos a alguns dos seus simpatizantes...

Deputado Martins Goulart (PS): É falso! Coitado!

O Orador: ...em vários dias.

Deputado Martins Goulart (PS): Controle-se! Tenha calma! Não se enerve!

O Orador: Houve longa participação do Programa do Governo do Partido Social Democrata!

Deputado Martins Goulart (PS): Controle-se! Não diga asneiras!

O Orador: A Proposta do Partido Socialista é velha e não apresenta qualquer mudança, senão a de voltar para trás no tempo.

A Proposta do PS, Sr. Deputado, e é preciso que se diga nesta tribuna porque é agora a altura oportuna para o fazer (não voltamos a falar nela senão para as próximas eleições), é um engano...

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...e é um engano para o próprio

Partido Socialista e para o seu eleitorado. E vou dizer por que é que é um engano, Sr. Deputado...

Deputado Martins Goulart (PS): Está nervoso!

O Orador: Não estou nervoso! Longe disso, Sr. Deputado! Eu estou é entusiasmado para desmontar exactamente este logro que é a Proposta do Partido Socialista.

Deputado Martins Goulart (PS): Está branco como cera! Está verde! Está cor da erva!

O Orador: Está verde, mas o Senhor está podre já!

(Risos da Câmara)

Deputado Martins Goulart (PS): Tenha vergonha!

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): O "Velho Testamento" transformado em novo!

O Orador: É sim, para grande desgraça vossa!

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Vamos ver que obra pública isso dá!

O Orador: Vai dar uma grande obra pública e até, se calhar, vamos poder contar com o seu contributo para um tetrápode que é para acertar esta nova fase!

Deputado Francisco Sousa (PS): Grande nível tem este Governo!...

O Orador: Os homens não se medem aos palmos, Sr. Deputado!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mas medem-se pelas obras!

Deputado Martins Goulart (PS): Tenha vergonha! Dignifique esta Casa!

O Orador: Pois concerteza!

Deputado Martins Goulart (PS): Respeite a dignidade desta Casa!

O Orador: E vou! Não vale a pena o Sr. Deputado estar tão perturbado!

Deputado Martins Goulart (PS): Está a dar um grande espectáculo! É uma tristeza!

O Orador: É? Se calhar tem que responder ao espectáculo que é o da sua bancada. Mas ainda não temos as máscaras, Sr. Deputado, nem ainda chegámos ao Carnaval!

Deputado Martins Goulart (PS): O Carnaval está já aí montado!

O Orador: Está ... está! Vamos ver! Mas estamos à procura do Rei Mono da bancada do Partido Socialista!

Deputado Martins Goulart (PS): Tenha vergonha!

O Orador: Ora bem, e para testar aquilo que acabei de dizer relativamente ao Programa do Partido Socialista, vou só ler o que aqui se diz para que se veja que de facto o Partido Socialista pôs isto aqui sem intenção nenhuma só para

criar um alibi para nada fazer.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Vejo que de facto não é analfabeto!

O Orador: Tive a 4ª classe, Sr. Deputado!

Nas grandes opções, e depois de se apontarem 15 artigos (teve mais um para não ser as 14 "obras da misericórdia"), diz o seguinte:

"Importa reconhecer sem demagogia que as dificuldades económicas que temos e cuja recuperação integral não é possível a curto prazo visto que, em parte, dependem da própria conjuntura internacional, condicionam o ritmo com que se pode prosseguir os objectivos fulcrais de um projecto Socialista no plano do desenvolvimento económico e social, do emprego, da satisfação integral das necessidades básicas da população, da justiça social e do equilíbrio na distribuição intra-regional dos rendimentos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mas que irrealismo vai aí!

O Orador: Este reconhecimento realista das limitações quantitativas...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Já não ganha a "guerra da sucessão"!

O Orador: Deixe-me concluir!

...da melhoria das condições de vida dos Açorianos não impede, porém, que se considere possível e necessário conciliá-lo com uma política qualitativa de reformas sociais, destinadas a melhorar a qualidade de vida". Ou seja, o Partido Socialista reduz as suas 71 páginas a este período que eu acabei de ler.

Muito obrigado.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Não estávamos a apresentar um Programa de Governo, mas um programa eleitoral!

Deputado Martins Goulart (PS): Assim não vai a lado nenhum!

O Orador: Estas são as nossas propostas postas aqui em confronto com as propostas irrealistas do Partido Socialista!

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos por 15 minutos.

Desculpe, havia algum pedido de esclarecimento?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Estamos esclarecidíssimos!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos para um pedido de esclarecimento.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apraz-me registar que o Sr. Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas esteja sensibilizado e informado sobre o aproveitamento para a Região das linhas de crédito de que falei, provenientes

do Fundo de Fomento de Habitação ou do Instituto Nacional de Habitação.

Só que não é suficiente ter o conhecimento e a adaptação dessas linhas à Região: é necessário que a Secretaria disponha de capacidades de forma a dar respostas às necessidades pontuais, no caso - e porque o Sr. Secretário assim o referiu - das cooperativas de habitação.

Como o Sr. Secretário sabe, as cooperativas baseiam-se em duas vertentes: uma social e outra empresarial, porque só assim, através da gestão da cooperativa, é que se poderão tirar proveitos válidos para os seus associados.

O que se tem verificado nos mandatos anteriores é que a falta de capacidade das Secretarias às respostas pontuais durante a construção dos programas de habitação promovidos pelas cooperativas, tem causado um acréscimo aos custos finais das habitações.

Gra, as cooperativas e os promotores habitacionais não podem compadecer-se com situações destas.

Assim, perguntaria ao Sr. Secretário o seguinte:

- Quais são as medidas ou que reestruturação pensa o Sr. Secretário efectuar no âmbito da sua Secretaria para dar uma resposta eficiente às solicitações e às necessidades pontuais das cooperativas de habitação?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart também para pedidos de esclarecimento.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A pergunta é relativamente simples.

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional se conhece a diferença entre um "programa eleitoral de Governo" e um "programa parlamentar de Governo".

A segunda pergunta é a seguinte:

- O PSD repetiu e reeditou "ipsis verbis" o seu programa eleitoral de Governo para apreciação nesta Casa ou, eventualmente, tê-lo-á modificado para que estivesse em conformidade com a dignidade de um debate parlamentar?

Isto porque o tom abusivo e perfeitamente descabido com que é invocado sistematicamente, em termos de paralelismo político, um programa eleitoral de Governo com um programa parlamentar de Governo do PSD, não tem qualquer justificação, senão o PSD não teria que ter tido o trabalho e a demora que teve para apresentar a esta Câmara o seu Governo e o seu Programa de Governo.

Portanto, viu-se obrigado naturalmente a adequar um programa eleitoral de Governo que é, acima de tudo, um resumo de várias medidas gerais, propostas e plataformas de orientação política para uma apreciação do eleitorado, e outro é o processo de discussão e aprovação de um documento que tem que conter medidas e estratégias claras onde se possa a oposição e a maioria reflectir

e identificar, num caso e noutro, para que haja uma aprovação e uma passagem de um programa para que o Governo fique naturalmente investido.

Penso que o abuso sistemático e a fuga à responsabilidade deste Governo em debater o seu Programa e sistematicamente colocar num plano onde não tem paralelismo possível o programa eleitoral de Governo do PS, tem que terminar porque não faz sentido e, a permanecer a dúvida quanto a essa questão, não podemos naturalmente responder nem corresponder às perguntas formuladas.

Mais gostaria de dizer: Tem que cessar nesta Casa, por parte da bancada do Governo, a acusação de que o PS não divulgou publicamente o seu programa de Governo! Fê-lo no dia 2 de Outubro de 1988 (para os que são surdos!) e fê-lo publicamente numa sala do Hotel S. Pedro, em Ponta Delgada, para a qual convocou todos os órgãos de comunicação social regionais; todos os representantes da comunicação social presentes receberam esse programa de Governo e, nesse dia, apresentámos também o nosso elenco governativo que foi tornado público com a devida antecedência.

Não ficou nada na gaveta! E repito aqui, novamente, a esta Câmara: O PSD é que teve um Governo na gaveta e não teve coragem política de o apresentar publicamente antes das eleições porque sabia que se o fizesse teria ainda um pior resultado eleitoral!

Tenho dito.

(Aplausos e vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa também para pedidos de esclarecimento.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar da diferença que é clara e que o PSD nunca percebeu entre um "programa eleitoral" e um "programa parlamentar de Governo", chamo a atenção para um facto: o Sr. Secretário falou de habitação, mas não se atreveu a citar o programa do PS no sector da habitação.

Eu desafio o Sr. Secretário Regional a provar nesta Assembleia que o seu Programa de Governo, apesar de dever ser um programa parlamentar de Governo, se tem em especificidade e em concretização algumas medidas que se aproximem sequer daquelas que o programa eleitoral do PS tem.

E cito apenas três. Vou lê-las, e volto a dizer: desafio o Sr. Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas a comprovar perante esta Assembleia que o seu programa parlamentar de Governo tem lá nas suas páginas medidas equivalentes. Não digo "objectivos", mas digo "medidas", que é o que falta efectivamente nesse Programa: os objectivos que vocês têm no vosso Programa são os objectivos eternos da Região Açoriana, que era o que vocês faziam quando julgavam que eternamente seriam Governo! Já se comprovou, porém, que o PSD está a governar apenas por algum

tempo e, portanto, não tem a eternidade para atingir os tais objectivos.

Eu volto a dizer: desafio o Sr. Secretário a mostrar que o seu Programa...

Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Já lá vamos!

O Orador: ...tem medidas equivalentes a estas:

1ª - "Definir para a Região em colaboração com as instituições nacionais especializadas no crédito habitacional, novas vias de acesso ao crédito..."

Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Quais? Quais?

O Orador: ...e novas formas de amortização dos empréstimos que permitam, quer aliviar o esforço inicial de investimento, quer adequar as amortizações aos rendimentos".

Desafio a que mostrem no Programa de Governo do PSD medida equivalente: "negociar com as instituições nacionais de crédito".

2ª - "Bonificar através do Orçamento Regional as taxas de juro para habitação".

Desafio a que me comprove que no seu Programa existam quaisquer medidas que permitam saber o que é que esse Governo vai fazer. Aqui saber-se-ia o que é que se iria fazer.

3ª - "Introdução da norma de renda justa no novo regime de arrendamento urbano e criação de um subsídio de habitação para os mais necessitados."

Aqui sabe-se, em matéria de habitação, para onde se vai e sabe-se por que caminho é que se vai.

Em matéria de habitação no Programa do PSD - e mantenho o desafio - não se sabe nem para onde se vai nem como é que se vai!

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas para prestar os esclarecimentos solicitados.

Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa (e vou começar pela última questão que foi posta) é evidente que a grande confusão não é da bancada do Governo, mas, sim, da bancada do Partido Socialista. E já lhe vou dizer porquê, Sr. Deputado: é que o Senhor confunde objectivos com medidas! As medidas constarão, com certeza - aliás como hoje já foi afirmado por um deputado da sua bancada - do Plano de Médio Prazo e do Plano Anual...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Então não tem medidas para a habitação!

O Orador: ...e o Programa do Governo contém, na verdade, os grandes objectivos de política para este Governo durante 4 anos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Os objectivos são eternos! Vocês é que não são...felizmente!

O Orador: São sim eternos! Enquanto o Partido Social Democrata for o responsável estes manter-se-ão, e vamos verificar com a metodologia que aqui temos estabelecido como responsáveis por este Governo!

Portanto, af é que está a confusão: na cabeça dos Srs. Deputados!

Relativamente àquilo que diz o Sr. Deputado Martins Goulart, já respondi um pouco a esta questão porque a pergunta do líder do Partido Socialista foi a mesma do líder parlamentar, foi a mesma do líder do partido. É uma liderança bicéfala!

Deputado Dionísio de Sousa (PSD): É uma mão de ferro e outra de veludo!

O Orador: Portanto, o Partido Social Democrata fez uma opção, e também para que fique esclarecido de uma vez por todas, há aqui um aspecto que é bom que se note, que resulta da explicação que o Sr. Deputado Martins Goulart pretendeu dar antes da sua pergunta, que é a seguinte:

Ficou esta Câmara e ficaram os Açorianos a saber que o Partido Socialista no período eleitoral prometeu ao eleitorado "bacalhau a pataco" e se fosse Governo iria alterar radicalmente...

Deputado Martins Goulart (PS): Iria adequar!

O Orador: Adequar!... Está bem! Mas se o Sr. Deputado verificar...

Deputado Martins Goulart (PS): Eu disse que iria adequar!

O Orador: ...o programa eleitoral do Partido Social Democrata, nós propusemos exactamente os mesmos objectivos que aqui estão no Programa em discussão...

Deputado Martins Goulart (PS): Fica a dúvida!

O Orador: ...e dissemos que o programa eleitoral que fomos apresentar aos eleitores açorianos era aquele que seria apresentado nesta Assembleia.

Deputado Martins Goulart (PS): É "ipsis verbis" isto?

O Orador: O Sr. Deputado leu? Veja as comparações!

Deputado Martins Goulart (PS): Não é!

O Orador: Compare!

Deputado Martins Goulart (PS): Não é o mesmo texto!

O Orador: Compare o conteúdo!

Deputado Martins Goulart (PS): Não é o mesmo texto!

O Orador: Compare o conteúdo, Sr. Deputado!

Deputado Martins Goulart (PS): Mas não é o mesmo texto! Tiveram meses a modificá-lo!

O Orador: Não tivemos meses, Sr. Deputado!

Pelo amor de Deus! O Sr. sabe perfeitamente bem que não é isso! O atraso que se verificou - e já que o Senhor quer ir para este lado-relativamente à entrada em funcionamento do Governo, deveu-se a um desentendimento entre o Partido Socialista e outras entidades aqui da Região!

Deputado Martins Goulart (PS): É falso! É falso!

O Orador: Portanto, não vale e pena pôr isto em causa!

Deputado Martins Goulart (PS): Isso é falso!

O Orador: Oh, Sr. Deputado! Isto foi usar, como o Partido Socialista parece (parece mas não é!) ser um partido de grande rigor regimental, o que o Regimento nos dá! Foi apenas isto, Sr. Deputado!

Deputado Martins Goulart (PS): Então só gastaram tempo ao povo que os colocou aí, deixando-o à espera de ver os resultados e com medo de lhe mostrar o seu Governo!!!

O Orador: Não ficámos de maneira nenhuma fora do rigor regimental.

Além disso, Sr. Deputado, e só para terminar, devo dizer o seguinte:

Relativamente ao Governo, é evidente que o Partido Socialista esquece-se - mas nós não nos esquecemos e aprendemos as boas lições - do grande barulho, do grande alevanto que o Partido Socialista fez em 1984 quando o Partido Social Democrata apresentou o seu elenco governativo para o III Governo Regional.

Deputado Martins Goulart (PS): Não percebeu sequer o que se passou!

O Orador: O Partido Socialista berrou, fez uma coisa parecida com o inferno, e até actuou junto da Comunicação Social para que não fosse divulgado o elenco do seu Governo!

Deputado Martins Goulart (PS): Não percebeu nada!

O Orador: E foi isso que aconteceu! Nós temos conhecimento até das pressões que o Partido Socialista fez junto da televisão, junto da rádio, para que não fosse divulgado o elenco do III Governo.

Deputado Martins Goulart (PS): Não percebeu nada!

O Orador: O Senhor não estava cá! Estava nas Américas e, portanto, não se lembra disso!

(Risos do PSD)

Presidente: Desculpe, Sr. Secretário...

O Orador: Mas pode ir ver aos jornais da época!

Presidente: O Sr. Secretário Regional tem só mais um minuto para acabar a sua resposta. Pedia-lhe que fosse directo e conciso.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Ele não pode

ser directo!

Deputado Martins Goulart (PS): Eu tenho aqui umas coisas para lhe mostrar daqui a bocadinho!...

Presidente: Srs. Deputados, eu peço que não mantenham o diálogo directo. O Sr. Deputado pode-se inscrever para falar outra vez e, assim, podermos realmente...

Deputado Martins Goulart (PS): Toda a gente fala aqui dentro!

Presidente: ...cumprir o nosso Regimento.

Toda a gente fala, evidentemente: é para isso que aqui estamos!

O Orador: Portanto, julgo que esta é a grande diferença: nós não seguimos a reboque do Partido Socialista; nós temos as nossas opções próprias e a opção do Partido Social Democrata foi a de apresentar o elenco do Governo depois do acto eleitoral!

Deputado Martins Goulart (PS): E por que é que assim fez?

O Orador: Porque entendeu que devia ser assim, e até por causa de evitar que o Partido Socialista viesse dizer que nós estávamos a manobrar a opinião pública!

(Risos do PS)

Mas apesar do elenco e do programa que os Senhores apresentaram e apesar do "bacalhau a pataco" que os Senhores venderam, o Partido Social Democrata conseguiu a maioria absoluta!

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Victor Ramos, devo-lhe dizer que a melhoria das condições de funcionamento de articulação entre os serviços oficiais com as cooperativas e com todas as entidades que têm interesse na habitação e nos programas de habitação, pois será a consequência da reestruturação que nós vamos fazer nos serviços de habitação e, ao mesmo tempo, a clarificação, em termos legais, dos apoios que vamos dar nesta área.

E espero trazê-los a público logo depois da discussão do Plano para o próximo mandato.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna que também a pediu para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Porque ontem também tive a necessidade de recorrer ao programa eleitoral do Partido Socialista para efectivamente demonstrar a respectiva desactualização (o que terá sido plenamente conseguido), gostaria de afirmar e reafirmar por que é que o fiz: fi-lo porque penso que é importante que aqui se analisem as alternativas e é importante, acima de tudo, procurar saber com exactidão o que é que os partidos da oposição pensam das matérias em discussão.

Quando isso não é no todo possível através das intervenções dos Srs. Deputados, penso que não cometemos qualquer tipo de atropelo indo verificar aquilo que o Partido Socialista tem no respectivo programa eleitoral.

Portanto, não entendo, porque penso que deveriam ficar satisfeitos por esta prova de procura de resposta das nossas posições no nosso programa, este nervosismo, não entendo a necessidade desta intervenção do líder do Partido Socialista, a não ser que isto seja para, de alguma forma, fazer desviar a atenção...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não se entende é a ausência do Presidente do Governo na discussão do seu Programa!

O Orador: ...da inexistência de propostas alternativas nesse documento eleitoral ou eleitoralista.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional: Gostaria simplesmente de esclarecer a bancada do Governo que o Partido Socialista nada tem a ver com o PSD e, portanto, não funciona politicamente perante as expectativas que o PSD gostaria que acontecessem para que o PS continuasse a ser um partido sem crescer na Região Autónoma dos Açores.

Ainda bem que o Sr. Secretário Regional reconhece que eu não estava presente no partido, nos Açores, na altura em que foi tomada uma determinada decisão. Agora, o Sr. Secretário Regional não espere que eu, ao assumir funções de líder do Partido Socialista dos Açores, fique condenado a todas as situações anteriores para satisfazer o PSD e para que o eleitorado dos Açores não se movimente de forma diferente.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ao definir a renovação do partido nos Açores, ao definir uma estratégia correcta, coerente e completa de participação eleitoral, o Partido Socialista teve só o aumento que teve.

Portanto, a grande dor de cotovelo que V. Exas. têm é baseada simplesmente na verificação de que nós tivemos uma estratégia correcta e não querem de forma alguma reconhecê-la porque ela está em marcha, não se completou ainda, não está esgotada, tem uma dinâmica própria que tem crescimento à sua frente, continuará a alargar o seu espaço de intervenção e nada a fará parar porque, neste momento, o povo dos Açores já reconheceu que existe uma alternativa credível ao PSD, que está corporizada no Partido Socialista, que não precisa de rebanhos nenhuns de PSDs descontentes, designadamente Secretários Regionais que não percebem de política e que há um ano, nesta Casa, dois deles que estão no Governo e

que trocaram cadeiras entre si, fizeram uma previsão de futurologia - e está no Diário das Sessões que eu tenho aqui mas para não os envergonhar não leio o que eles disseram mas que fizeram a previsão de que, dentro de um ano, exactamente durante a discussão do Programa do IV Governo Regional, iriam olhar para a bancada da oposição e vê-la com menos deputados.

É com políticos desses que nem sequer se apercebem da realidade açoriana, que nós desprezamos porque a nossa estratégia está correcta e vamos, de facto, mudar o futuro dos Açores, vamos finalmente, dentro de pouco tempo, servir os Açorianos no Governo para que as grandes questões regionais sejam resolvidas, para que, finalmente, o povo dos Açores se liberte da tutela autoritária, da tutela que não resolve problemas nenhuns porque só serve clientelas e não está vocacionada para o desenvolvimento dos Açores.

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para um protesto à intervenção do Sr. Secretário Regional da Administração Interna e para um protesto à situação que se vive neste momento nesta Sala, que é a ausência do Presidente do Governo, o que permitiu ao Sr. Secretário Regional da Administração Interna, que é o substituto para as "folgas" do Sr. Presidente, falar em nome dele.

Mas o protesto, para além de ser em relação à situação, é em relação ao facto de, com a sua intervenção, o Sr. Secretário Regional da Administração Interna ter querido apenas desviar a atenção de que o seu (não sei que número, eles estão todos numerados mas eu desconheço a numeração de alguns), o Sr. Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas não ter conseguido responder à pergunta que eu lhe tinha feito, que era a de saber não só de objectivos e medidas. Mas posso acrescentar mais alguma coisa:

Para além de contradições que existem no simples programa de habitação (até aí em duas páginas conseguem ter contradições) mas, para além dessas contradições, o programa de habitação fala 4, 5, 10 vezes em "desburocratizar", em "acelerar", em "simplificar", em "aligeirar" - estas palavras estão repetidas nas duas páginas nem sei quantas vezes.

Até posso provar que isso é copiado do Programa do Partido Socialista...

(Risos do PSD e do Governo)

...que o diz uma vez só, que era precisamente para acontecer o contrário daquilo que acontece

com o PSD, que é dizer muitas vezes mas não o fazer. E eu comprovo é com um papelinho na mão, é citando, não o Novo nem o Velho Testamento de que gosta de falar o Sr. Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas, mas lendo só mais um número (o número 7) que diz o seguinte:

"Reformular todos os esquemas de apoio à construção e aquisição de habitação própria praticados até hoje na Região, ampliando o âmbito da sua aplicação e acelerando o seu processamento desburocratizando-o".

O PS não precisa encher duas páginas a dizer que "aligeira", "acelera", "desburocratiza", "torna mais leve" porque o que nós vemos no programa de habitação do PSD é apenas uma experiência de desburocratização. Não vemos mais nenhuma coisa, porque é isso que veio sendo repetido linha a linha e página a página. Nós dizemos isso uma vez só!

É evidente que o PSD, para disfarçar e não mostrar que está a repetir o PS, diz várias vezes aquilo que o PS diz numa só palavra, e que basta, que é "desburocratizar o processamento dos esquemas de apoio à habitação".

Portanto, não só temos as medidas, como o PSD devia ter e não tem, nomeadamente num programa parlamentar (é pura ficção parlamentar o que aqui estamos fazendo), porque o PS tem-nas, e o PSD o que tem copia do PS 2, 3, 10 vezes.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas vou referir muito ligeiramente duas coisas. A primeira é a seguinte:

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa ao ler o seu programa relativamente à habitação não teve qualquer mérito porque as medidas que ali estão são "negociar", "introduzir", "elaborar" e, portanto, é uma intenção como outra qualquer. Não há, enfim, qualquer mérito sobre esta matéria.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Martins Goulart, devo dizer que o Sr. Deputado fez uma intervenção eleitoralista, na medida em que teceu algumas considerações futuristas. Espero que lhe aconteça aquilo que está estabelecido no Diário das Sessões. Portanto, o Sr. há-de ter este mérito! Esperemos que sim, já que o Senhor está tão eufórico!

E repare, Sr. Deputado, não foi preciso as eleições de 9 de Outubro para nós sermos tolerantes, para sermos um partido aberto ao diálogo, à participação. Têmo-lo demonstrado ao longo destes anos! Mesmo aqui, nesta Câmara, temos procurado os pontos de convergência entre os partidos representados nesta Assembleia para as grandes questões da Autonomia. Portanto, não

precisámos das eleições de 9 de Outubro porque já eramos assim! Admira-me é que o Partido Socialista só agora se queira modificar.

Nós continuamos abertos ao diálogo, à participação, porque é assim que entendemos que se constroem os alicerces da Autonomia!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas pôs as coisas no seu lugar. Apenas gostaria de prestar à Câmara o seguinte esclarecimento:

O Sr. Presidente do Governo encontra-se, neste momento, ausente da Sala porque está a receber a Senhora Embaixadora do Paquistão.

Muito obrigado.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E nós para aqui estamos!...

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer uma interrupção de 15 minutos para depois prosseguirmos os nossos trabalhos.

(Eram 11,50 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 12,10 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Ao subir pela primeira vez a esta tribuna, as minhas primeiras palavras são para saudar todos os presentes, como legítimos representantes do Povo Açoriano e fazer votos para que saibamos corresponder às suas legítimas aspirações.

O tema que vou abordar é a agricultura, sector que ocupa um peso significativo na economia regional, quer pela população activa que integra, quer pelo que representa para o Produto Interno Bruto Regional.

Ao longo dos anos criou-se a imagem, perante a opinião pública regional, que a agricultura era um sector em grande prosperidade, o que deu azo a que não beneficiasse nos últimos anos dos investimentos que necessitava para poder enfrentar o embate europeu com uma certa tranquilidade.

Não vamos falar do passado, vamos sim encarar o futuro com realismo, porque estou convicto que com o 9 de Outubro nasceu uma nova era para a agricultura açoriana; basta ver o reconhecimento do Sr. Presidente do Governo Regional na noite das eleições, onde, finalmente, admitiu a crise da Agro-Pecuária.

Temos plena consciência das dificuldades que caracterizam um sector que se estende ao longo de nove ilhas, quando muitas delas ainda não

dispõem das infraestruturas necessárias para a transformação e comercialização dos seus produtos.

Sempre temos caracterizado a nossa actuação por um grande rigor e verticalidade, actuando na defesa dos interesses dos agricultores com grande determinação. Podem os agricultores azerianos estar certos de que nunca abandonaremos a luta pela defesa dos seus interesses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Gostaria de fazer uma análise ao Programa do Governo no que se relaciona com a Agricultura.

Assim quando se afirma que temos de aproveitar as aptidões para produzir, em termos concorrenciais, para o exterior da Região, no quadro das políticas comunitárias e que para o Governo a opção leite-lacticínios - carne está correcta, é um facto que estamos de acordo.

Embora o Programa de Governo deixe antever uma série de medidas para o sector, as nossas preocupações são várias. Assim:

- Será que a Região terá potencialidades para, no curto espaço de três anos, construir os caminhos de penetração que neste momento são prioritários à agricultura?

- Será que a água e a energia, que terão de passar pelos respectivos projectos e que são factores essenciais ao desenvolvimento da agricultura vão avançar rapidamente? Ou vamos continuar a viver o drama que se viveu no último Verão com a falta de água, por exemplo?

Fala o Programa do Governo na reconversão das culturas e na diversificação da produção, como forma de melhorar os rendimentos dos agricultores.

Ora bem, para que tal aconteça é necessária uma garantia de escoamento dos nossos produtos, satisfeitas que sejam as necessidades da Região.

Todos nós sabemos que os produtos regionais são, à partida, estrangulados pelo elevado preço dos transportes.

As terras escasseiam nos Açores, pelo menos em algumas ilhas, e acontece por vezes que os senhorios as deixam abandonadas.

Até ao momento não há notícias da intervenção do Governo no cumprimento da lei. Por outro lado, o actual sistema de reforma dos agricultores obriga-os a exercerem a actividade para além dos limites de idade fixados o que não permite uma maior libertação de terras para os mais novos.

O mesmo acontece quando aparecem pastos vagos, quer dos serviços agrícolas ou florestais que, em vez de serem atribuídos àqueles que exercem a agricultura como actividade principal, são sim atribuídos a funcionários que a exercem em "part-time".

Achamos que a modernização da agricultura deverá ser feita e encarada com a participação

dos mais novos, mas para que estes se fixem a sério na agricultura, terão que sentir a estabilidade, a segurança e as condições que muitos dos nossos agricultores não sentiram no passado e continuam a não sentir no presente.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a vida dos agricultores é uma vida muito ingrata e só as grandes dificuldades de emigração e de emprego é que fazem com que muitos agricultores ainda vivam apegados à terra.

Para que a agricultura dê o salto que necessita é imperioso avançar rapidamente com a formação profissional, o que ajudará a melhorar a rentabilidade da agricultura e ajudará a sensibilizar os agricultores para uma das grandes apostas do futuro que é o emparcelamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A definição do tipo de exploração agrícola rentável para a Região é essencial, porque não valerá a pena investir em empresas agrícolas economicamente inviáveis, como também não valerá a pena conceder crédito ao desbarato, porque este só serve para motivar a inflação no sector, e não trará vantagens para o futuro.

Uma vez mais refiro os elevados custos de produção nos Açores. As máquinas agrícolas, alfaias e respectivas peças atingem, por vezes, o dobro do preço praticado no continente português.

Nos últimos tempos, apossou-se dos agricultores uma certa descrença, e com alguma razão, porque não se pode acreditar nas virtualidades de um sector onde, à partida, não temos a garantia de vendermos ou não receber o preço da venda dos nossos produtos, que são essenciais à nossa sobrevivência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vossas Excelências acham que, por exemplo, os agricultores das Flores, do Pico e das outras ilhas, se tivessem acesso a outras formas de emprego, ainda eram agricultores?

Há, isso sim, que motivá-los para o associativismo. A formação de cooperativas de produção e transformação será uma forma desses problemas serem ultrapassados mas, para tal, os agricultores terão que contar com um grande apoio do Governo.

Na Ilha Terceira, por exemplo, a prestação de serviços aos agricultores é mais uma prestação de serviço interno do que outra coisa. Basta ver os contactos destes com os respectivos serviços e a indisponibilidade destes.

Dizem-nos que os arrolamentos estão completos e no dia seguinte é ver as máquinas e os trabalhadores a silarem a erva, o milho, ou a lavrarem as terras dos funcionários, ou como aconteceu no Verão passado com os tanques de água destinada ao combate do escaravelho japonês, que, enquanto muitos agricultores pagavam verbas elevadas para transportarem a água para o gado, estas eram

utilizadas em proveito próprio.

É ver os agricultores que normalmente têm o tempo cronometrado quando se dirigem às repartições da Secretaria ligada ao sector, serem mal atendidos e jogados de lado para lado.

Estas e outras situações não podem continuar e há que ter a coragem política suficiente para lhes pôr cobro.

Estas situações têm originado o descrédito dos serviços juntos dos agricultores e uma vez que se está a discutir o Programa do Governo para os próximos 4 anos, é a altura ideal para os denunciar, para que tal não continue a acontecer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Agricultura Açoriana terá que passar por grandes transformações mas, para que tal aconteça, terá que haver grandes investimentos, em praticamente todas as áreas, porque, como o Programa do Governo deixa antever claramente, os investimentos essenciais ao sector estão todos por realizar.

E para terminar, deixo-vos apenas um exemplo: de 1974 a 1976 o P.P.A. com os investimentos de que dispôs conseguiu abrir quase mais caminhos do que o Governo em 12 anos.

Vamos pois aguardar que o Governo cumpra o que prometeu para a melhoria do nível de vida e do bem estar das populações rurais dos Açores. São estes os nossos votos.

Também nós queremos é o melhor para os Açorianos.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho a intenção de fazer nesta Assembleia uma intervenção um pouco diferente do que aquela que seria de esperar nas circunstâncias da discussão do Programa do Governo. E vou tentar sucintamente explicar porquê.

Por um lado, estas minhas palavras não podem ser dissociadas daquilo que muito brevemente virei fazer a esta Assembleia quando for da apresentação do Plano de Médio Prazo, ou seja, para mim não é indissociável, de forma alguma, aquilo que se diz no Programa do Governo daquilo que, depois, se deverá aqui apresentar em termos de Plano de Médio Prazo.

Por outro lado, julgo que a caracterização do sector, todas as questões que estão a ele ligadas, têm sido suficientemente apresentadas e debatidas para não perdermos grande tempo em análises muito exaustivas. Apenas irei fazer algumas referências que julgo extremamente importante para a compreensão dos tempos de mudança

que enfrentamos neste momento.

Julgo que é importante referir, até porque, muito recentemente, mudanças substanciais se avizinham na política comunitária para o sector agrícola que, aqui sim, convinha fazer convosco alguma reflexão, pois estas mudanças irão marcar de uma forma muito importante toda a evolução do sector comunitário e, conseqüentemente, a evolução do nosso sector.

Ao fim de 8 anos à frente da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas tenho apresentado aqui, de uma forma clara, aquilo que eu considero - e tenho considerado - os principais estrangulamentos do sector. Nunca fugi a caracterizá-lo da forma mais verdadeira possível, tentando ser suficientemente claro e não escamoteei, julgo eu, nenhuma verdade acerca desse mesmo sector.

Portanto, a grande história do estrangulamento da agricultura açoriana, que continua a ser de forma geral a mesma já que estas coisas não se mudam rapidamente nem ninguém é capaz de as mudar rapidamente, é sempre possível iniciar mudanças que depois se devem concretizar no tempo. E af a excessiva população activa, a população activa envelhecida e com baixo nível de formação profissional, a estrutura fundiária que temos são questões suficientemente debatidas e do conhecimento de todos nós e até de estatísticas oficiais.

Também se tem referido inúmeras vezes uma falta de dinamismo do sector institucional da produção, que facilita o aparecimento de uma questão que eu julgo que é das mais graves da agricultura açoriana, ou seja, a persistência de alguns monopólios no sector do mercado ou daquilo que se chama, de uma forma muito simples mas correcta, a "concorrência imperfeita" que se estabelece em muitas das nossas ilhas.

De qualquer das maneiras o sector teve alguma evolução que eu reputo de extremamente interessante e que poderia ser caracterizada de uma forma muito geral, por exemplo, no caso da **população activa: apesar de tudo ela baixou de 31,4 em 81 para 25,6 em 87.**

O próprio Valor Acrescentado Bruto do sector agrícola juntamente com o Valor Acrescentado Bruto das indústrias transformadoras que estão associadas, corresponde a valores significativos, ou seja, a cerca de 36% do PIB regional em 87 com uma evolução extremamente favorável.

Apesar de ser do conhecimento de todos que possuindo os Açores cerca de 26 mil agricultores, dos quais 9 700 produtores de leite o que caracteriza a importância deste subsector na economia, e apesar de sabermos que cerca de 78% destes agricultores possuem menos de 10 vacas, a verdade é que a área média das explorações evoluiu favoravelmente e podemos até, numa análise integradora do país em relação a esta matéria, já que os nossos principais concorrentes em termos de leite e lacticínios aí estão, dizer que a **média das explo-**

rações na Região é superior à do Continente e 4 vezes superior àquela que se verifica na Região Litoral Norte onde enfrentamos de facto o grande concorrente.

Por último, e talvez até para voltar a caracterizar de uma forma muito clara a importância do sector do leite e lacticínios na Região, em 1981 entraram nas fábricas 188 milhões de litros de leite e em 1986 entravam já 220 milhões de litros de leite, com um rendimento por cabeça de 2 304 em 81 para 3 500 em 87.

A importância do sector é tão grande que ela representa (e é bom retermos este número) cerca de 20% da produção total do país.

Outros índices económicos que são extremamente importantes e um pouco demonstrativos de que o sector tem zonas saudáveis - apesar de ultimamente algumas zonas marginais terem sido alguma ilusão - a produtividade por vaca aumentou cerca de 50% entre 83 e 88 e o preço do leite, que está intimamente ligado a esta produtividade por animal, aumentou cerca de 153% entre 82 e 88.

Em relação aos termos de troca, que é uma questão que é sempre aqui levantada porque está relacionada com os preços dos factores, queria acrescentar que os principais preços dos factores foram favoráveis à evolução do sector.

É aí que o valor acrescentado líquido por exploração é superior, neste caso concreto, em 19,8% ao do Continente, embora ainda inferior ao da Europa dos 10. Não está caracterizada a Europa dos 12 porque a Espanha e Portugal ainda não fazem parte deste tipo de estatísticas.

O Programa do Governo, de uma forma muito genérica, precisa as grandes áreas de intervenção.

Partindo da questão da modernização da agricultura, o Programa refere claramente que o grande objectivo está na garantia da evolução favorável dos rendimentos dos agricultores, na produção em termos concorrenciais, na qualidade dessa produção, na intensificação do ensino profissional agrícola e no aproveitamento das vantagens comparativas.

Em termos genéricos, serão estes os grandes objectivos que irão estar por detrás da actuação do Governo, e da Secretaria evidentemente, nestes próximos 4 anos. Daí que eu volte a referir que não se pode dissociar o Programa do Governo do Plano de Médio Prazo para que as questões sejam de facto coerentes. Aí sim, no Plano de Médio Prazo, se irão apresentar as metas, os objectivos quantificados, as formas de os atingir e os mecanismos a pôr à disposição desses mesmos objectivos.

Agora queria falar daquela questão que julgo que é extremamente importante e que irá condicionar o futuro da agricultura açoriana - aliás não só porque ela se encaixa hoje na agricultura comunitária - que são as novidades recentes sobre

esta matéria.

A agricultura açoriana está intimamente ligada à evolução da Política Agrícola Comum, e a partir da adesão o modelo agrícola comunitário passou a ser determinante para nós, impondo novas regras e comportamentos, quer à Administração, quer aos agentes económicos. Daí que a tarefa da modernização, a tarefa da mudança da agricultura seja, de facto, uma tarefa de todos nós.

Muito recentemente, as orientações da Comissão apresentam algumas novidades nesta matéria e claramente se evolui para a criação de uma política comunitária para o conjunto das zonas rurais, vistas agora de uma forma integrada, e no qual os Açores estão inseridos e onde existem claramente definidas três grandes preocupações:

- a coesão económica e social, face a uma comunidade mais alargada e com grandes diversidades regionais;

- o ajustamento inevitável da agricultura às realidades dos mercados e às consequências que estes ajustamentos implicam;

- a protecção do ambiente e a manutenção do património natural da própria Comunidade.

Portanto, surgem aqui três ideias novas, que são claramente influenciadas pelo problema de ajustamento da agricultura às realidades do mercado.

Os problemas que se põem ao desenvolvimento das zonas rurais não são - e a Comunidade assim o reconhece - fáceis de resolver e a entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia e a entrada das suas regiões insulares veio trazer um tipo de problema diferente que até agora não era sentido na própria Comunidade.

Aliás, o sector caracterizado por crescimentos modestos, com possibilidades de diversificação reduzidas, com dificuldades orçamentais, com riscos muitas vezes de despovoamento, necessita de facto de uma protecção especial e de uma aceleração diferente daquela que tinha vindo a ter até agora.

Daí que hoje se fale de uma forma muito clara, e em que o reconhecimento das características próprias de cada zona e de cada região, a necessidade de construção de planos de desenvolvimento integrados e a necessidade de uma concertação melhor entre o Estado, as autoridades competentes designadas para efeitos de planeamento e os órgãos representativos da produção, seja cada vez mais a palavra de ordem. Aliás, o instrumento principal para a consecução deste objectivo, que é a PAC, também sofrerá adaptações.

Mas isto, que é claro, necessita de ser também explicado de uma forma simples para que a própria evolução da PAC seja compreendida por todos.

Daí que a comunidade, vendo o sector agrícola com grandes preocupações, pretenda, à custa de três objectivos que já foram claramente definidos na panorâmica da reforma dos fundos, promover

o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das diferentes regiões entre si; ter uma perspectiva de reforma de Política Agrícola Comum também integrada, e acelerar a adaptação das estruturas entre si, promovendo o seu desenvolvimento.

Quando eu dizia há pouco - e daí a interligação destes fenómenos - que as orientações da política comunitária estão muito dependentes do mercado, isso não quer de forma alguma dizer que a agricultura é abandonada às regras do mercado e daí, sim, o surgimento de uma política de protecção onde os rendimentos dos agricultores têm, de facto, um peso muito grande e daí também que as próprias organizações comuns do mercado se adaptem para que esta protecção se faça de uma forma muito concreta.

Aliás, um exemplo claro da protecção dos rendimentos dos agricultores é o problema da concessão das indemnizações compensatórias por um lado, o seu alargamento não só à produção bovina mas a outras áreas de produção e, muito brevemente, o estabelecimento de um novo esquema de reforma dos agricultores.

Convém no entanto dizer, para que fique suficientemente claro, até porque ultimamente estas datas têm sido um pouco vendidas de uma forma errada aos agricultores, as três etapas importantes que se nos avizinham e o que é que elas significam efectivamente para o sector, já que este "medo" que se parece apossar das pessoas por, talvez, uma falta de informação mais concreta, não corresponde realmente à verdade da evolução dessas mesmas datas.

Refiro-me à primeira delas, que é 1991, ou seja, à passagem da primeira etapa do regime de transição à segunda etapa desse mesmo regime, ou seja, à passagem de uma fase em que o Estado-Membro (neste caso Portugal) assumia as responsabilidades financeiras da C.E.E. em alguns aspectos, para ser a própria Comunidade a assumi-los.

Portanto, passamos para a segunda etapa, ou seja, para aquilo que se convencionou chamar a "transição clássica", de extrema importância para a Região porque coincide com um facto que julgo que marcará inexoravelmente a evolução do tecido económico agrícola nos próximos anos, isto é, o estabelecimento do regime de quotas da produção leiteira.

Depois temos uma data que surge aqui como uma data que é hoje falada em todos os sítios, com a importância que ela encerra, e que é o estabelecimento do "mercado único" em 1992.

Seguidamente temos a data de 1996 que é a da "integração plena".

É aqui que surge, entre 92 e 96, a grande confusão: é que 92, que implica o estabelecimento do "mercado único europeu", não se aplica linearmente ao caso português e concretamente ao caso

açoriano.

E porquê? Porque **as normas do Tratado de Adesão se sobrepõem** - volto a repetir - **se sobrepõem às normas do estabelecimento do "mercado único"**. Portanto, os regimes de protecção continuarão a funcionar até 1996 e até mesmo o estabelecimento de alguns dos critérios do "mercado único europeu" a partir de 96 pressupõem fases negociais anteriores.

Não há, portanto, em 92 uma "onda" que inunda o problema agrícola, sobretudo na sua componente de mercado, desprotegendo as nossas produções.

É por isso que fiz uma intervenção um pouco diferente daquela que vem na generalidade do Programa do Governo e que antecede um pouco aquilo que se irá fazer no Plano de Médio Prazo, e procurei dar este enquadramento que é aquele sobre o qual nos vamos mover, ou seja, um enquadramento que define uma estrutura, um enquadramento que define uma evolução de mercado, um enquadramento que define também regras de protecção da actividade produtiva nas suas diversas componentes. E isto sempre numa óptica que julgo que já habituei esta Câmara: **nunca fiz, não faço e não farei promessas que julgo que não posso cumprir!** Podem às vezes levar mais tempo a ser executadas, mas, repito, não faço promessas que não julgue possível cumprirem-se, até porque há uma máquina que tem a sua velocidade de actuação e há uma questão orçamental que se sobrepõe sempre à possibilidade ou não de andar mais ou menos depressa.

Assim, julgo que os grandes objectivos seriam, de uma forma hierarquizada, os seguintes:

- o nascimento de uma nova mentalidade na agricultura;
- uma eficácia e qualidade da produção;
- um aumento da competitividade da produção regional;
- e uma garantia da evolução favorável dos rendimentos dos agricultores.

Uma das questões que irá caracterizar muito a evolução, breve, futura da nossa agricultura, é a passagem de serviços, que tradicionalmente são executados pelo Estado, para as organizações da produção, onde até hoje já existem exemplos concretos na Região.

Por último, e em relação ao sector agrícola, não posso deixar de referir algumas preocupações relacionadas com o sector de transformação. E aqui a ligação directa entre sector de transformação/concorrência imperfeita em muitas das nossas ilhas.

Assim, uma política para o sector terá que prever a actuação concreta em situações concretas para resolver esses problemas.

Não há muito tempo perguntavam-me qual era a minha maior preocupação para o sector agrícola e eu respondi claramente: "A minha maior preocupação neste momento está relacionada com o que

se passa em algumas ilhas onde a produção não recebe aquilo que produz por problemas no sector de transformação!"

Ora, isto tem que ter uma solução concreta e expedita, e já encontramos formas de lá chegar, através da própria organização da produção nessas ilhas e financiando totalmente as estruturas que vão ser montadas, concretamente nas Flores, Pico e S. Jorge.

Referindo até uma outra questão que é aqui muito falada, de facto o sector produtivo açoriano vive como que comprimido entre duas áreas de difícil resolução, e que não lhe pertencem, a montante do estabelecimento de factores e dos seus próprios circuitos comerciais e a jusante dos circuitos comerciais para a colocação dos nossos produtos.

Af de facto tem uma relevância extraordinária o problema dos custos de factores influenciada pelos custos dos transportes. É uma batalha que o Governo terá que travar por forma a descomprimir esta forma de não deixar a agricultura evoluir o mais rapidamente possível.

Apesar de tudo, e apesar de nos termos confrontado com situações difíceis que vêm do Governo da República nesta matéria, o sector, apesar das zonas marginais que aqui referi, tem tido a possibilidade de avançar de uma forma saudável. Aliás, isto decorre da forma como negociámos a integração europeia e da forma como temos conduzido a política para o sector, sobretudo até na sua componente de mecanismo/preço.

Portanto, se me perguntassem agora as perspectivas da evolução do sector para os próximos anos, diria, de uma forma muito genérica, que estamos dentro de uma área vasta que poderia ser caracterizada pela seguinte evolução:

- a diminuição da população activa;
- o aumento do grau de tecnicidade dos agricultores;
- o aumento gradual da intervenção das organizações da produção e de transformação nos diferentes sectores da actividade agrícola;
- a diversificação de mercados;
- a evolução da empresa agrícola para uma exploração mista rentável e viável;
- o aumento da qualidade dos produtos;
- a consolidação da Região como uma das zonas mais importantes de produção pecuária no país;
- a racionalização das restantes culturas e o desenvolvimento de culturas permanentes;
- uma importante expansão e desejável desenvolvimento do sector florestal;
- uma importância também (não neguemos) da chamada agricultura como actividade de "part-time" que é, na nossa Região, extremamente importante;
- e, eventualmente, "the last but not the least" uma constante articulação entre as medidas de desenvolvimento político da Região com as

medidas de protecção do ambiente rural, conjugadas com a Comunidade Económica Europeia.

E, Sr. Presidente e Srs. Deputados, era isto que se me oferecia dizer nesta minha intervenção na discussão do Programa do Governo.

Passaria agora para o problema das pescas, sector que também me cabe.

Em relação às pescas da Região, diria, muito sucintamente, que por mim estou convicto que a política iniciada tem já resultados suficientes que permitem ajuizar que foi um caminho correcto e que é necessário continuá-lo, reforçando-o.

Se fosse necessário demonstrar que a política iniciada tinha de facto aspectos extremamente concretos, positivos, bastaria comparar anos muito próximos para verificar que as nossas capturas aumentaram espectacularmente. Basta ver que em 1985 o volume global das capturas andava pelas 15 mil toneladas e em 1988 já estamos acima das 20 mil. Para vermos um caso concreto de uma espécie que tem uma importância muito grande na nossa economia, que é o caso do atum, estávamos com 12.300 toneladas em 87 e chegámos às 14 mil toneladas em 88, cumprindo, portanto, as metas produtivas que nos tínhamos proposto alcançar. Aliás, entre 85 e 87 a evolução do volume do peixe descarregado anda à volta dos 30%.

Por outro lado, e como isto não pode ser visto de uma forma desinserida das infraestruturas, o aumento da capacidade de frio, que ainda não é a necessária nem a indispensável (antes pelo contrário!), também entre 87 e 88 aumentou de uma forma significativa, ou seja, de 5.500 toneladas de conservação para 9.000 toneladas de conservação e de 220 toneladas/dia de congelação para 340 toneladas/dia de capacidade de congelação.

Af também os exemplos da Formação Profissional são extremamente importantes num esquema que, até agora, tem funcionado bem. Para dar um exemplo de um número que julgo que é extremamente significativo, entre 85 e 87 e nas diversas áreas de Formação Profissional das pescas (desde o arrais de pesca local até ao mestre do alto) 453 pescadores passaram pelos nossos esquemas de Formação Profissional, já sem falar do aumento da frota que entre 85 e 88 foi também de cerca de 81 novas unidades.

Apesar das circunstâncias, eu costumo dizer (e já disse várias vezes) que a nossa Zona Económica Exclusiva é muito grande, mas a nossa riqueza está longe de ser proporcional a essa dimensão - falando de uma forma muito genérica e englobando sobretudo as espécies vulgarmente conhecidas como "espécies de fundo". Isso está explicado. Aliás, trabalhos do Departamento de Oceanografia e Pescas nesta matéria são mais do que suficientes para que, debruçando-nos sobre eles, seja possível compreender esta situação.

A evolução do sector será o prosseguimento

desta política e, concomitantemente com o aumento das capturas, melhorar a qualidade do pescado; valorizar as infra-estruturas portuárias; incrementar a Formação Profissional; incrementar a área da investigação, sector indispensável para que possamos também proteger os nossos esquemas relacionados com os nossos stocks.

Convém também levantar aqui a questão do significado que é 1992 versus 1996, ou seja, o estabelecimento do "mercado único europeu" não tem nenhuma consequência prática no acesso às nossas águas: elas estarão protegidas, tal e qual como determina o tratado, até 1996. O "mercado único europeu" - aqui sim, mais na área da pesca do que na área da agricultura - poderá ter um significado no caso do mercado, pois nós somos, fundamentalmente no caso da conserva de atum, exportadores para mercados estrangeiros.

Assim, volto a referir, não há nenhum reflexo prático em 1992 no acesso às águas: elas continuarão protegidas, como têm estado até agora, em virtude do Tratado de Adesão e, portanto, é 96 que, de facto, conta.

E termino esta minha intervenção das pescas falando de uma questão que é fulcral nos próximos anos: aumento das capturas sim, aumento das infra-estruturas portuárias, pois com certeza, Formação Profissional, investigação, etc., mas tendo sempre que estar muito atentos à situação do mercado, ou seja, não é só produzir mais que interessa mas sim vender e bem aquilo que se produz.

Aí não é fácil, sobretudo às empresas que actuam na Região, ter passado de uma situação em poucos anos (eu diria em pouco mais de 3 anos) em que se vendia uma determinada quantidade para ser obrigado a vender o dobro.

Esta é a realidade recente da nossa história das pescas e, daí, as questões do mercado onde a elevadíssima concorrência se faz sentir. Neste momento os mercados europeus para onde vendemos são "invadidos" - é o termo - por conserva de peixe, vindas de outros pontos do globo a preços altamente concorrenciais embora não com a qualidade da nossa conserva. Ela tem, de facto, resistido e tem conseguido impor-se pela sua elevadíssima qualidade que decorre, efectivamente, das características da pesca e da sua transformação.

É aí que esquemas especiais de protecção desses mercados, que aliás já foram iniciados este ano, serão indispensáveis para garantir a evolução favorável do sector.

Tenho dito. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedidos de esclarecimento.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo considera no seu Programa que a

opção leite/lacticínios/carne está correcta.

Nós de há muito que também consideramos correcta como, aliás, em documentos próprios do meu partido isso foi divulgado e como, em intervenção própria sobre este assunto, iremos pronunciar-nos.

Esta opção implica determinada industrialização.

Também no Programa do Governo se afirma que "os serviços oficiais devem ser dotados de investigação e apoio técnico", concretamente na área da produção de leite e de carne.

Refere-se ainda no Programa do Governo "a garantia e a qualidade dos produtos" e fala-se concretamente "num eficaz controle da qualidade."

A primeira pergunta que eu faço é a seguinte:

- Isto vai ser possível no todo regional, ou melhor, existem perspectivas de, em todas as ilhas, existirem disponibilidades técnicas e humanas para se conseguir levar à prática aqueles objectivos concretos?

Uma outra pergunta que faria seria a seguinte:

- Para se conseguirem aqueles objectivos, não terá a Região grande necessidade de técnicos ligados ao sector agro-pecuário?

Muito obrigado.

Presidente: Também para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma questão muito pontual que queria colocar ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Foi dito na sua exposição que um dos objectivos seria o da "alteração da reforma dos agricultores".

Assim, eu perguntaria:

- Que objectivos se pretende atingir com esta medida e em que moldes é que se irá proceder a essa alteração?

Obrigado.

Presidente: Também para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Secretário, uma vez que sou dos poucos que aqui estão que vivem da agricultura.

Os agricultores bem sabem os números que enunciou - sabem que mais de 45% têm mais de 50 anos, que cerca de 50% são analfabetos - mas também sabem que geram mais de 60% do Produto Interno Bruto da área primária.

Tenho ouvido nestes dias com muita atenção a "prática religiosa" de toda a gente de que nós, na agricultura, vamos ver finalmente resolvidos alguns dos nossos problemas. Nós não queremos

ser os "coitadinhos"; nós queremos que nos dêem aquilo a que temos direito - e aproveito esta oportunidade porque vamos daqui para a frente trabalhar nas comissões onde se há-de decidir sobre o "bolo regional".

Como de costume, nessa altura veremos quem são aqueles que estarão interessados em que realmente sejam dados meios à Secretaria Regional da Agricultura e Pescas para ela, na área da agricultura, poder realmente andar porque, para se fazerem omeletes, são precisos ovos.

Toda a gente tem as suas prioridades das prioridades aqui dentro e eu vejo, no entanto, a boa vontade, desde o PCP, passando novamente pela campanha eleitoral que foi feita em S. Jorge pelo CDS, passando ali pelo meu amigo José Gabriel que vive como eu dum lado da barricada, e, como toda a gente, esperamos que, desta vez, nessa Comissão primeiro, haja a boa vontade de abrandar noutras áreas os investimentos para que, finalmente, a agricultura tenha direito àquilo que é justo.

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário o seguinte:

- Tem sido ou não a falta de dinheiro, digamos assim, - para ser mais realista porque os lavradores falam direito - que tem impedido a implementação dessas áreas, nomeadamente a Formação Profissional?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para prestar os esclarecimentos pedidos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou responder às questões que me foram colocadas.

Começaria por responder às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado José Gabriel, do Partido Socialista, na sua intervenção.

A intervenção do Sr. Deputado até refere algumas coisas que também foram referidas por mim: o problema do preço dos transportes, o problema dos caminhos de penetração, a necessidade de infra-estruturas.

Só queria chamar-lhe a atenção para o seguinte problema, e agora aqui, ao responder ao sistema de reforma dos agricultores, julgo que respondo também ao seu colega de bancada que me fez a mesma pergunta.

Quando falo de reforma dos agricultores estou a falar concretamente dum mecanismo comunitário que vai ser muito brevemente posto em prática e que fala da chamada "reforma antecipada (ou não) dos agricultores" que tem fundamentalmente dois objectivos, que são: proporcionar ao agricultor idoso uma reforma capaz e justa e, por outro lado, a libertação de terras para os programas de estabelecimento de jovens agricultores ou

para programas de emparcelamento.

Portanto, o objectivo fundamental do esquema da chamada "reforma antecipada dos agricultores" ou "reforma na altura própria" tem como objectivo final duas grandes áreas: o emparcelamento ou o estabelecimento de jovens agricultores.

Não referi isto na minha intervenção porque também já o referi e escrevi tantas vezes que julgo que não vale a pena repetir sempre a mesma questão, é o problema do emparcelamento que é, de facto, uma questão fulcral da agricultura açoriana e uma questão também extremamente morosa de pôr em prática. Aliás, já referi publicamente que já se pôs em prática em S. Miguel a aplicação da LOA, numa vasta operação de emparcelamento com a compra de uma propriedade onde estão cerca de 100 rendeiros - não só o emparcelamento como também o mecanismo de compra de terra pelos rendeiros.

O Sr. Deputado falou do problema do Pico e das Flores.

Ora eu disse na minha intervenção que essa era a questão mais grave que tinha para resolver de momento, ou seja, o problema do não pagamento à produção do leite.

Um esquema que já se iniciou nas Flores com a colaboração do Sr. Deputado Renato Moura, não andou mais depressa porque havia a necessidade de se criar uma união de cooperativas; havia a necessidade de se formalizar essa união de cooperativas; comprar o terreno; fazer o projecto, mas, neste momento, estamos numa fase avançada da resolução desse problema - o mesmo se põe no caso da união de cooperativas de S. Jorge e no caso do Pico.

Há uma questão que foi levantada pelo Sr. Deputado que me fere um pouco. E vou explicar porquê: porque é um problema da situação de todos nós e do nosso papel de cidadãos.

Normalmente nessa questão dos serviços funcionarem bem ou funcionarem mal - e para mim os Serviços funcionam bem até que me demonstrem o contrário e eu não estou aqui para acusar os meus funcionários de maus funcionários - tenho assistido muitas vezes a estar no final da linha, ou seja, é no final de tudo que o Secretário é informado de que o funcionário recebeu mal um agricultor ou que um funcionário utilizou a máquina dos serviços em seu proveito próprio.

E isto porquê? Porque se há conivência ou não dentro dos Serviços, o Secretário ou o superior hierárquico nunca sabem e o cidadão, quando aprecia isto, normalmente não fala.

Em 8 anos de Secretaria tive apenas dois cidadãos que se dirigiram concretamente a mim e me disseram:

"O Sr. tem um funcionário chamado fulano tal que na viatura com esta matrícula estava fazendo isto". Não quero com isto dizer que se instaure aqui o chamado "clima de denúncia", mas julgo que é dever de todo o cidadão, porque eu também faço isso, por exemplo, em relação aos meus cole-

gas de Governo quando vejo coisas desse tipo, que o cidadão, na altura própria, se vai a um serviço e um técnico de serviço o atende mal, esse cidadão tem a obrigação de, nesse mesmo dia, passar o seu protesto a escrito.

Julgo que é uma forma democrática de todos começarmos a responsabilizar os serviços públicos.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Vim a saber pela primeira vez nesta Casa - e eu falo tantas vezes com o Sr. Deputado José Gabriel - que havia máquinas que estavam a prestar serviço aos funcionários. São das tais coisas que, como se costuma dizer, passam pela expressão de que "o marido enganado é sempre o último a saber".

De qualquer das maneiras refiro-me muito claramente a isto: é uma responsabilidade da nossa situação de cidadãos e julgo que todos temos a obrigação de, ao ver uma coisa dessas, denunciar claramente quem, como e quando.

Quanto à pergunta do Sr. Deputado Valadão, devo dizer que a sua pergunta é de facilíma resposta. A qualidade do produto é uma intenção da Secretaria relativamente a todas as ilhas e em todas as circunstâncias, só que, de facto, toda a gente sabe que um dos dramas da modernização da agricultura da Região é a falta de gente preparada em diversos sectores, e o esquema nacional - porque isto já não é um problema da Região - de retribuição ao funcionalismo público, muitas vezes não é suficiente para as pessoas se fixarem numa ilha e lá ficarem devidamente preparadas.

Chamo a atenção do Sr. Deputado (e o Senhor é um homem da área) para o seguinte facto: hoje um licenciado, mesmo de um curso médio agrícola, para que se venha a transformar num bom técnico agrícola, normalmente demora entre 5 a 10 anos, ou seja, a pessoa safu da escola e para se preparar numa área específica de formação - já não é uma área genérica porque nós aqui muitas vezes temos técnicos que são "generalistas" porque não são especialistas em nada concretamente - isso leva de 5 a 10 anos e, muitas vezes, quando nós temos um indivíduo que já começa a ficar preparado, sensibilizado numa área de experimentação, etc., etc., vai para a actividade privada.

Quando ele fica na Região, do mal ao menos: safu do Estado mas ficou na Região! Agora quando sai da Região, enfim...

Relativamente à pergunta do Sr. Deputado Francisco José, é evidente que algumas das questões que hoje se colocam à agricultura e pescas decorrem claramente da falta de possibilidades financeiras para as cumprir.

Um exemplo muito concreto: o problema de fazer mais ou menos caminhos de penetração, o problema de fazer mais ou menos abastecimento de água é um

problema financeiro, ou seja, faz-se até um determinado limite com a disponibilidade financeira que se tem. Podem-se fazer num ano 1000 quilómetros de caminhos desde que haja dinheiro para os fazer, mas também se podem fazer só 10 se só houver dinheiro para se fazer 10.

E aqui vou, retroactivamente, responder ao Sr. Deputado José Gabriel: o PPA, em 1976, tinha 100 mil contos para gastar em caminhos. Se agora fizermos a extrapolação dos 100 mil contos de 76 para o dinheiro que eu tive em 88, se calhar os 100 mil contos são mais do que todo o dinheiro que eu tive para o Plano de Médio Prazo passado. Este é que é o drama!

Portanto, há aqui de facto um comprometimento da agricultura e só é possível chegar lá se houver dinheiro. Não há outra solução! E isto concretamente para já não falar de outras áreas.

Na Formação Profissional só este ano passado é que foi possível ter essa perspectiva e só este ano, com o dinheiro que conseguimos da Comunidade Económica Europeia para a Formação Profissional, passaram pelos nossos esquemas de Formação Profissional 240 agricultores.

Se não houvesse a comparticipação comunitária, não era possível assumir determinados compromissos na própria área dos caminhos de penetração e outras, visto que, só este ano, a Região recebe da Comunidade, para essas acções específicas, 750 mil contos.

E se formos ao caso da reforma - que não é uma reforma dos agricultores nem de perto nem de longe mas é a tal ajuda ao rendimento, que são as indemnizações compensatórias - se não fosse o esquema comunitário ela não seria possível. Dou um exemplo: nós, o ano passado, pagámos a cerca de 3 mil produtores pecuários directos cerca de meio milhão de contos de indemnizações compensatórias, dos quais metade eram da Comunidade, e vamos pagar este ano, julgo que este mês, a cerca de 5 mil produtores de leite. Reparem: nós temos na Região 9 700 produtores de leite e cerca de 5 mil vão receber - embora neste último produtor de leite possa estar encaixado o produtor pecuário não produtor de leite mas é uma zona marginal - 740 mil contos! Se não houvesse um programa comunitário que desse este apoio, também não seria possível lá chegarmos.

De facto, Sr. Deputado Francisco José, na esmagadora maioria das vezes é a falta de possibilidades financeiras que não nos permite andar mais depressa.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao limite da nossa hora regimental.

Recomeçaremos os nossos trabalhos às 15.00 horas.

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 15,00 horas)

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Ao iniciar esta intervenção desejo deixar os meus cumprimentos aos colegas Deputados de todos os partidos, que pela primeira vez debutam nesta Assembleia, aos Secretários Regionais e aos jovens Subsecretários Regionais que, pela primeira vez, tomam assento no Governo Regional, desejando a todos um bom começo nas suas novas funções.

Aos antigos Deputados, aos antigos Secretários Regionais, ao Presidente da Assembleia Regional e ao Presidente do Governo Regional, um cumprimento mais simples, mas não menos acalorado.

Passada uma dúzia de anos de autonomia democrática, nos Açores, encontramos-nos de novo a apreciar um Programa do Governo, apresentado pela quarta vez consecutiva pelo Partido Social Democrata.

A descida do PSD, nas eleições de 9 de Outubro, tem sido objecto das variadas análises e interpretações.

Todos os partidos jogam com os resultados eleitorais, tentando convencer os outros e por vezes a si próprios que ganharam. Ninguém admite que perdeu.

Para mim a leitura é mais simples.

De facto quem ganhou as eleições de 9 de Outubro foi o Povo dos Açores.

Demonstrou maturidade ao "castigar" o PSD, fazendo-o descer apenas naquilo que, aparentemente, poderia estar em excesso.

Demonstrou maturidade ao dizer que apesar dessa descida, o PSD é o único partido em quem tem confiança para entregar a maioria e os destinos da governação, como sempre o fez.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): "Ainda!" - falta só acrescentar essa palavra.

O Orador: Tenha calma!

Demonstrou maturidade ao atribuir à oposição o seu papel de opositor, papel que representou até aqui de forma deficiente e tem agora a possibilidade de demonstrar se é efectivamente capaz de ser oposição.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Demonstra!

O Orador: Esta é a verdadeira realidade para quem quer fazer uma leitura desapaixonada dos últimos resultados eleitorais.

Nas últimas intervenções, discussões e atitudes o Senhor Presidente do Governo Regional tem demonstrado que fez a leitura correcta dos últimos resultados eleitorais e este facto representa

mais um motivo de confiança nele e na equipe governamental que mais uma vez dirige.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Comparando este Programa com o apresentado pelo III Governo, em 1984, nomeadamente na área da agricultura, verifico que as medidas agora propostas estão menos pormenorizadas mas muito mais realistas.

Entra-se menos em descrições teóricas e mais na preocupação de definir grandes linhas de actuação preconizando medidas de forma sintética mas clara, demonstrativas de vontade em atacar os reais problemas que entravam o desenvolvimento do sector.

Esta nova forma de apresentação é sintoma de maturidade, fruto da experiência adquirida.

As medidas pormenorizadas terão de vir a seu tempo no Plano de Médio Prazo e em cada um dos Planos Anuais.

Há uma notória preocupação em distinguir qual o papel do Governo e qual o papel dos agentes económicos do sector e as responsabilidades que a cada um cabem.

É clara essa intenção quando o Governo chama a si, de forma mais efectiva e realista, a responsabilidade de contemplar a Região com melhor rede de caminhos de penetração, água e electricidade.

Por outro lado, os incentivos financeiros a atribuir ao fomento agrícola e a criação de estruturas de apoio à produção constituem outro mecanismo importante de política, implementado e a continuar.

Neste campo não deixamos de alertar para a necessidade de corrigir o actual esquema de incentivos financeiros, e melhorar a sua divulgação, por forma a abranger um maior leque de agricultores e apoiar os investimentos mais equilibrados, capazes de criar uma efectiva melhoria da produção e, conseqüentemente, da qualidade de vida e de trabalho dos agricultores, não esquecendo nunca que aqui também há especificidade regional.

Tanto o Governo Central como as próprias instâncias comunitárias precisam de compreender este facto e não criarem dificuldades acrescidas que só vêm contribuir para atrasar ainda mais as melhorias que se pretendem, e que são urgentes por razões óbvias.

Creio que a Região só teria vantagens em criar, em Bruxelas uma delegação regional para o sector agro-pecuário, atenta o que por lá se passa e em constante e rápida ligação com o Governo Regional.

Hoje o tempo não é só dinheiro:

Hoje o tempo é progresso, é desenvolvimento, ganho ou perdido.

Outra grande medida é o apoio técnico, a intensificação da formação técnico-profissional e a divulgação e acções de extensão rural; dando naturalmente prioridade à produção de leite, lacticínios e carne não é esquecida a necessidade

de diversificação da produção.

Esta diversificação não deve limitar-se ao auto-abastecimento, devem ser promovidas culturas que apresentem possibilidades de concorrência nos novos mercados que surgem.

A organização de mercados é outro aspecto de fundamental atenção e o Governo terá de prestar um apoio efectivo aos agentes económicos já organizados e substituir-se, na medida do desejável e apenas na fase de arranque, aos que ainda não apresentam condições para tal, até que demonstrem capacidade e agressividade para penetrarem no mundo da concorrência.

É também clara a intenção do Governo em dotar os serviços oficiais com meios capazes de efectuarem apoio aos agricultores.

Os serviços oficiais precisam antes de mais de meios humanos eficazes, responsáveis e com elevada dignidade profissional.

É necessário criar, em toda a Administração Regional, uma verdadeira consciência de que o serviço a prestar tem de ser bom e tem como objectivo principal e final contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos açorianos.

Nota-se uma tendência, por parte da oposição, em acusar os Secretários Regionais pela apatia que a nossa administração regional por vezes demonstra. Esquece que essa administração é constituída por pessoas de todas as tendências partidárias, e não apenas por simpatizantes do PSD, pessoas essas que são funcionários e até responsáveis, aos mais variados níveis. **Seria bom que alguns reflectissem sobre isto.** Principalmente aqueles que atiram pedras, esquecendo que têm telhados de vidro.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É um falsíssimo problema!

O Orador: Pretende também o Governo continuar a apoiar as diversas formas de associativismo agrícola mas diz, e bem, e passo a citar **"tendo em vista a sua eficácia, de molde a atingirem plena e efectivamente os seus objectivos"**.

As associações, nomeadamente as de agricultores, necessitam cada vez mais de assumir, elas próprias, responsabilidades que, por enquanto, estão a cargo do Governo.

É de resto o que acontece por toda essa Europa à qual pertencemos.

A transferência dessas tarefas terá de ser feita de forma cautelosa, sem dúvida, mas é inevitável e urgente.

Uma associação não pode funcionar apenas à base da reivindicação, têm de se organizar e estruturar.

Tem de ser criativa e saber tirar partido dos meios e ajudas que são colocadas ao seu alcance.

Neste, como noutros campos, o Governo terá de prestar um apoio claro e as associações tomar

consciência das suas responsabilidades.

A responsabilidade do desenvolvimento contínuo da Região não é tarefa apenas de alguns, mas sim de todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desejo afirmar que este é apenas um pequeno contributo para a discussão deste Programa. Tere-mos oportunidade de aprofundar ideias, na discussão dos planos e orçamentos que se seguirão, **no entanto**, o facto de eu ser um deputado numa bancada donde saíram vários elementos para constituírem o Governo Regional, nem por isso me sinto inferiorizado perante qualquer deputado de qualquer bancada da oposição.

A tónica das intervenções da bancada do PSD tem sido de credibilidade, optimismo e esperança, sintoma que o PSD, com maior ou menor maioria, está, como sempre esteve, unido e empenhado no desenvolvimento dos Açores.

Este Programa é coerente, **responde a todas as prioridades** e este Governo, **agora com novo fôlego**, vai governar, da forma mais acertada, dando resposta às esperanças e expectativas que o povo dos Açores nele depositou, e irá depositar de novo em 1992!

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se bem ouvi, o Sr. Deputado Valadão disse, a dado passo da sua intervenção, que "as associações de agricultores têm que assumir responsabilidades que ainda estão a cargo do Governo".

Assim, perguntar-lhe-ia se ele me podia aprofundar e precisar concretamente a que é que se referia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Valadão para esclarecer, se assim o entender.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isto é um problema que o Sr. Deputado Duarte Pires conhece muito bem e sabe precisamente a que é que eu me queria referir porque é um assunto vastamente discutido.

Mas, para que não fique sem resposta, devo dizer-lhe que há efectivamente várias áreas que podem ser assumidas pelas Associações e algumas delas até já estão a ser: é o caso, por exemplo, da inseminação artificial que já está a ser assumida, de uma maneira talvez ainda tímida, pela Associação de Agricultores de S. Miguel.

Outras áreas terão que passar para as Associações. Simplesmente, e eu friso isso na minha intervenção, essa transferência tem que ser feita de forma cautelosa, com acompanhamento por parte do Governo, que fará a transferência apenas e

quando as Associações tiverem preparadas para tal.

Não sei se pretende mais alguma explicação, mas outras áreas poderão também passar para a responsabilidade das Associações à medida que o tempo for decorrendo.

Obrigado.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não se esqueça que nessas Associações há muita gente que não é do PSD!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para perguntar ao Sr. Deputado Manuel Valadão se engloba ou se terá pensado de alguma forma nas propriedades do IACAPS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão para responder, se quiser, a este pedido de esclarecimento.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A transferência do IACAPS para as Associações Cooperativas ou outras, está definida em legislação regional, e se as Associações tiverem capacidade para isso, não vejo que haja inconveniente.

Presentemente é uma situação que tem que ser estudada com cuidado, porque já houve cooperativas nesta Região que, tendo as condições mínimas para assumirem essa responsabilidade, ainda não o fizeram. E não o fizeram por razões que também são conhecidas.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa está muito preocupado com as Associações que têm líderes do Partido Socialista, embora não saiba bem porquê.

Essa responsabilidade, quanto a mim, não deve ser partidária: é a responsabilidade dos agricultores e a eles diz respeito e não aos partidos!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para completar a resposta que o Sr. Deputado Valadão deu ao Sr. Deputado Duarte Pires do Partido Socialista.

Em relação a serviços assumidos pelas Associações de Agricultores, neste momento em S. Miguel não é timidamente: a Associação de Agricultores de S. Miguel tem, na íntegra, um programa com vantagens para os agricultores.

Quanto à transferência do IACAPS, quem está a ser privilegiado nessa matéria são as Cooperativas Agrícolas e não as Associações, e se em algumas ilhas essa transferência ainda não foi feita, é porque se têm estabelecido lutas entre Associações e Cooperativas que não se deviam ter estabele-

lecido, e como a Secretaria não quer arbitrar conflitos desse tipo, não transfere enquanto as Associações e as Cooperativas não chegarem a um acordo.

É por isso que em Santa Maria já foi transferido porque não havia problemas, o Faial será a segunda ilha onde não há problemas, e as outras serão sucessivamente transferidas à medida que esses problemas desaparecerem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era apenas para esclarecer o sentido das minhas preocupações, que não são minhas, uma vez que foram aqui repetidamente expressas pelo PSD, dizendo que "nem toda a Administração Regional nem todos os funcionários da Administração Regional são do PSD, o que explica as insuficiências, as limitações e as arbitrariedades que existem nessa mesma Administração".

Só chamava a atenção para o facto de que, na transferência dessas coisas, nem todas as Associações de Lavradores, nem todas as Associações Juvenis, nem toda a sociedade açoriana é do PSD, porque o problema parece ser esse e reduzir-se, no fundo, a isso: não é o PSD que está errado mas, sim, a sociedade açoriana que está errada porque não é toda do PSD!

O PSD só conseguirá governar esta sociedade, só conseguirá fazer nela aquilo que deseja, aquilo que aprova, aquilo que se propõe quando todos forem do PSD! Isso é a lógica das palavras, das preocupações que, minuto a minuto, o PSD debita nesta Sala e que já debitou, prometendo vingança: primeiro pela parte mais fraca da sociedade, que são os funcionários públicos, que, evidentemente, dependem do PSD, e há que começar por aí e atacar pelo elo mais fraco (é uma doutrina antiga), mas também, depois, passou desta versão mitigada para uma versão mais ampliada, ou seja, "as ilhas que não foram fiéis ao voto no PSD sofrerão as consequências!"

Deputado José Carlos Símas (PSD): Isso é falso!

Deputado António Cordeiro (PS): Não é falso não!

O Orador: E vemos isso sendo sucessivamente alargado.

Isto é a reprodução textual de palavras ditas desde o mais alto responsável até ao mínimo seguidor!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Administração Interna, ontem, na sua intervenção, deixou por alto uma pequena referência a meu respeito, fazendo-me um elogio, ou seja, que eu seria um óptimo funcionário ou um bom funcionário da Segurança Social.

Esse elogio não veio limitar a minha vaidade pessoal; só teve o mérito de poder esclarecer alguma coisa nesta Assembleia: é que, efectivamente, o Sr. Secretário Regional e outros Membros do Governo certamente reconhecem que também na área ideológica do Partido Socialista existem bons funcionários.

E contrapondo ali as palavras do meu amigo e colega Valadão, quero perguntar-lhe se não reconhece que por essa Região toda existem bons profissionais ligados à área ideológica do Partido Socialista, e não só, mas também doutros partidos, que também têm tido uma quota parte muito importante naquele prestígio que o PSD reclama para a Administração Regional.

Era só, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa e responder a outro que me foi solicitado.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa canta bem mas não me alegra!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Tem mau ouvido!

O Orador: É pena! Aliás, nota-se!

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa é que demonstrou preocupações relativamente às Associações e é que tentou politizar a questão das Associações. Eu não fiz isso! Nem sequer a minha intervenção aponta para nada disso e não vale a pena discutirmos mais no assunto!

Também não percebo bem essas preocupações porque, por exemplo, a Associação de Agricultores da Ilha Terceira é uma Associação que tem representantes do PSD e do PS e, presentemente, nem sequer tem Presidente, apesar de alguém se intitular de Presidente com fortes apoios partidários, porque a gente até vê isso em algumas intervenções públicas.

Quanto ao Sr. Deputado Fernando Fonte, que também é meu colega e meu amigo, gostaria de dizer que conheço efectivamente na Região bons e maus funcionários; não tenho é acesso às listas dos filiados do Partido Socialista e, portanto, não lhe posso responder.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mas tem às

do PSD!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas queria dizer ao Sr. Deputado Valadão que nunca me intitulei de Presidente da Associação de Agricultores da Ilha Terceira.

Essas referências saíram, de facto, na Comunicação Social, mas apenas o que dissemos foi que manteríamos em funcionalidade a Associação de Agricultores para organizar o Congresso e que os contactos a ela inerentes passariam por mim. Mas não há nenhum profissional da Comunicação Social que possa afirmar que eu disse que era Presidente da Associação de Agricultores, porque eu entendo, nessa como noutras áreas, que qualquer organismo passa pela eleição livre e democrática dos seus associados.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para prestar um esclarecimento e agradecer aquilo que o José Gabriel disse porque, de facto, se houve erro foi da Comunicação Social que transmitiu exactamente aquilo que eu disse.

Portanto, ainda bem que o Senhor afirma isso. Por mim fiquei esclarecido, e será bom que, à semelhança daquilo que a Comunicação Social fez, divulgando a questão de uma maneira errada, agora faça a devida correcção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sou daqueles que considero e tenho sempre admirado o papel importante que as Associações Agrícolas têm no desenvolvimento da agro-pecuária regional.

Portanto, estou de acordo com todos aqueles que afirmam que as Associações Agrícolas têm que ser reestruturadas, têm que estar em condições e à altura de assumirem as suas próprias responsabilidades.

No caso da Associação Agrícola da Ilha Terceira sempre o disse, sempre afirmei e nunca concordei com a sua desorganização e só me movimento nessa área no sentido de, conjuntamente com os agricultores, criar situações, criar condições para que a Associação Agrícola da Ilha Terceira se organize e possa estar à altura de assumir responsabilidades e de contribuir para aquilo que são os anseios dos agricultores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra, para um intervenção, o Sr. Deputado Carlos Pinto.

Deputado Carlos Pinto (PS): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo para o Sector da Saúde, apresenta-se sobreponível à política com que se orientaram os Governos anteriores, embora o responsável seja diferente.

Nesta sessão, o que está em discussão, é a apreciação dos princípios, que serão utilizados pelo Governo, na presente legislatura.

Os Socialistas têm a noção de que algumas das linhas de orientação, no Sector da Saúde, são sobreponíveis aos dois partidos.

Contudo, divergências sobrevirão, certamente, quando começarem a ser analisados os meios e os instrumentos que serão utilizados para atingirem os objectivos pretendidos pelo Governo.

É do conhecimento público, que verbas avultadas têm sido canalizadas para o Sector da Saúde, cuja gestão, em determinados departamentos, tem sido pouco racional. Por exemplo, o Sector de Pessoal tem sido hiperinflacionado, à semelhança de outras Secretarias, como que obedecendo a uma estratégia pré-determinada de emprego. Não seria mais racional informatizar de forma mais célere a Administração Pública, sem recorrer à admissão de pessoal que, a curto prazo, será excedentário? O Partido Socialista, privilegiando o homem, vê na informatização a possibilidade de prestação de serviços melhores, menos onerosos, e bem retribuídos.

Por outro lado, o apetrechamento das diferentes unidades de saúde, não tem obedecido a qualquer plano pré-estabelecido. Os Açores, devido à descontinuidade geográfica, deviam gerir, de forma criteriosa os seus recursos. No Sector da Saúde, qualquer unidade pode solicitar os aparelhos que entender sem qualquer ordem de prioridade, dos mais variados fornecedores. Dentro desta ordem de ideias, as despesas de manutenção dos mesmos são exorbitantes, havendo alguns que jamais foram utilizados porque a sua compra foi extemporânea.

Estas palavras, sendo dirigidas à Secretaria tutelar, não têm outra pretensão senão a de uma crítica que se quer construtiva, para os mesmos erros não se repetirem no futuro.

O Regulamento dos Centros de Saúde, consignado no Decreto Regulamentar Regional 3/86/A, aprovado em Conselho do Governo Regional de 4 de Novembro de 1985, ainda não entrou em vigor até ao momento presente, arriscando que, muitas expectativas, vontades, esperanças, possam ser esboroadas progressivamente pela não aplicação atempada.

Os Centros de Saúde serão áreas privilegiadas para prestação de cuidados essenciais, podendo contribuir de forma substancial, para uma optimização dos serviços prestados à população, contribuindo para uma maior longevidade do homem.

No âmbito dos cuidados de Saúde, prestados no Centro de Saúde, tem papel fulcral o médico de família/Clinico Geral, sem menosprezar os outros agentes. O MF/CG, através de atitudes e aptidões específicas, privilegiará, pela livre escolha, o atendimento personalizado de todo o utente na sua globalidade, e inserido no seu meio ambiente. Espero, do novo responsável da Secretaria da Saúde, um tratamento condigno para estes profissionais, premiando, através de dados objectivos, os que se apresentem com melhor perfil médico.

O Partido Socialista advoga que três anos são tempo mais que suficiente para dar início à implementação dos Centros de Saúde.

Quanto à medicina hospitalar, a realidade difere dos Centros de Saúde. No futuro, os hospitais prestarão cuidados cada vez mais diferenciados, acudindo somente ao sector lesado do homem. Neste campo, torna-se necessário rentabilizar os recursos existentes. Por exemplo, no momento presente, há unidades hospitalares privadas que fazem, em média, 7/operações/sala/dia, quando nos hospitais públicos a média é de 2/operações/sala/dia. Não é possível manter esta situação por tempo indefinido. Compete ao Governo tirar as ilações devidas e fazer as opções mais convenientes.

No momento actual ventila-se, através dos diferentes meios de comunicação, a existência de um projecto-novo sobre as carreiras médicas. Também se fala na existência de três formas de exercício de medicina, incompatíveis entre si: a oficial, a convencionada e a privada.

Gostaria, que o Exmo. Secretário da Saúde, esclarecesse sobre estes assuntos, e se foi ouvido, pelo Governo Central, ao abrigo do Estatuto Autónomo.

Contudo, a saúde não se pode ver de forma isolada, estando intimamente correlacionada com factores de ordem cultural, social e económica. Todas contribuindo para o bem estar do homem.

Não posso deixar de fazer uma referência ao ano de 1992, ano do "Acto Único Europeu". Este ano corresponderá à abolição de toda e qualquer barreira entre os estados comunitários, embora a Região dos Açores tenha um período de transição posterior a essa data. Os Açorianos têm de se preparar, desde já, para o impacto resultante da integração europeia.

Há um sector que, embora não possa apresentar resultados visíveis a curto prazo, será o único que permitirá aos Açorianos vencer o desafio do desenvolvimento. Esse sector corresponde à educação que, infelizmente, só na presente legislatura é considerado como prioritário para o Governo. Damos o benefício da dúvida ao novo titular. Apelo a Vossa Exa., que crie condições à fixação de professores com habilitações profissionais na Região, de modo que se permita o salto

qualitativo que todos desejam. É de primordial importância chegar ao ano de 1992 com os Açorianos mais pensantes, mais profissionais, em suma, com mais formação.

O caminho para a integração europeia é longo, complexo, exigente, onde o apetrechamento tecnológico não é condição suficiente. Se não valorizarmos o capital humano, não conseguiremos libertar os Açores de serem considerados uma zona periférica.

A Região dos Açores é uma das mais atrasadas da Europa. Tem uma produtividade que é um quarto da média europeia. O produto interno bruto há cinco anos que se mantém estacionário. Há que apostar e tomar opções para sair do impasse.

Aos Açorianos, têm que ser dadas oportunidades idênticas às de qualquer Região Europeia, recebendo apoios, quer para o investimento, quer para a formação profissional.

Não posso deixar de expressar a minha discordância, relativamente à taxa de inflação regional de 7,1%, referida pelo Exmo. Secretário da Economia.

Consideramos esse valor uma mistificação. Não há ninguém nesta Sala que acredite, de facto, que a Região possa ter um referencial inflacionista inferior aos 9,5%, previstos para o Governo Central durante o ano de 1988.

V. Exa. está aureolado de ser possuidor de um perfil essencialmente técnico. Gostaríamos que retratasse a realidade açoriana tal como ela se encontra. Por razões estruturais, os Açores importam cerca de 90% daquilo que utilizam. Por outro lado, a produtividade da Região é cerca de 1/4 da média europeia. Principalmente por estes motivos, temos obrigatoriamente uma carestia de vida, superior à do Continente.

Sr. Presidente da Assembleia Regional, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista deseja que V. Exa. contribua para a existência de uma sociedade mais justa nos Açores.

Diga não a encenações políticas.

Não explore a emotividade pública.

Aceite a diferença e a discussão como instrumentos necessários e imprescindíveis para a existência de uma democracia salutar.

Importa, acima de tudo, sermos fiéis aos valores do homem, procurando, quer ideias, quer estratégias coerentes, que contribuam para o seu bem estar.

Tenho dito. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não restarão dúvidas a ninguém que as questões que se prendem com a economia regional, a sua adequação ao novo quadro definido pela integração europeia e a sua sobrevivência e desenvolvimento enquanto conjunto complexo autónomo e racional de capacidades produtivas, necessidades a satisfazer, bens a produzir e riqueza a criar, serão questões que nos próximos anos assumem uma natureza determinante e que obrigarão os órgãos de Governo próprio da Região - a Assembleia e o Governo - a um esforço de inovação muito acentuado se se quiser encontrar o caminho justo e certo.

Aqueles políticos e comentadores de política que do fenómeno político só sabem ver e comentar as atitudes que constroem "imagem", têm imensa dificuldade em perceber a profundidade do embaraço em que a economia regional se encontra.

Se é certo que o relacionamento entre as instituições é uma questão essencial para o desenvolvimento do processo político, não é menos certo que as atitudes de cada um e de todos os órgãos institucionais é que são decisivas para que os processos avancem, paralise ou retrocedam.

No que respeita à economia regional o comportamento de vários órgãos institucionais não tem sido, na nossa opinião, o mais adequado.

O III Governo Regional iniciou o seu mandato ao som das trombetas da tecnocracia, sopradas com o primeiro fôlego do então Secretário Regional das Finanças. A tecnocracia não apareceu, o Secretário safu, o desenvolvimento não aconteceu, dois anos de período de transição para a adesão plena foram pessimamente aproveitados, a desconfiança instalou-se na produção, as nuvens negras adensaram-se.

O Governo Cavaco Silva, durante parte do mesmo período, mimoseou a Região com atitudes de verdadeiro centralismo económico, uma vez que tomou medidas diversas que punham em causa aspectos vitais da nossa economia, sem se preocupar com as consequências dessas medidas.

Os casos do subsídio ao leite no Continente e do desarmamento das taxas aduaneiras sobre a importação de carne são bem exemplares.

A maioria PSD da anterior Assembleia Regional continuou a aprovar Orçamentos e Planos sem ponderar, minimamente, acerca da necessidade de se alterarem critérios, se ajustarem políticas, se tomarem medidas inovadoras que correspondessem à nova situação criada.

A maioria PSD na Assembleia da República, por seu turno, nunca levou até ao fim discussões importantes para a vida económica regional, como seja, a questão dos custos da insularidade, a questão da lei quadro do sistema fiscal regional e tem mesmo grandes responsabilidades na questão da redução real da comparticipação do Orçamento Regional pelo Orçamento de Estado.

Pode dizer-se mesmo que as atitudes e decisões

dos dois órgãos de Governo Regional e que as atitudes e omissões de dois órgãos de soberania, todos eles de responsabilidade maioritária do PSD, têm sido altamente lesivas dos interesses da economia regional.

A continuar a ser este o procedimento adoptado, os problemas não só não se resolverão como tomarão uma amplitude enorme e se transformarão numa dura crise.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Programa do IV Governo Regional não dá, na nossa opinião, respostas claras aos principais problemas da economia açoriana nem abre muitos dos caminhos que este tempo e esta circunstância exigiriam.

Não obstante isso, algumas inovações aparecem, embora em quantidade e em qualidade claramente insuficientes para fazer face à situação actual.

Diz o Governo, a páginas 17 do Programa, que "A estratégia do Governo para o período 88/92 é dirigida ao desenvolvimento rápido e sustentado da economia açoriana e ao aproveitamento integral do potencial de crescimento existente..." (fim de citação).

No desenvolvimento dos objectivos e no traçar de caminhos que não-de levar ao tal "desenvolvimento rápido e sustentado" o Governo usa uma metodologia de apresentação diferente da usada pelo III Governo e comete um erro (involuntário ou voluntário) ao considerar a integração europeia apenas como "um dado" e não como a condicionante global que, no nosso caso, o é totalmente.

Embora com outra metodologia de apresentação o Governo retoma vários objectivos que o III Governo definiu mas não alcançou.

O tom agora é talvez menos triunfalista mas o caminho apontado é semelhante.

No que respeita à estrutura da economia o Governo Regional apresenta o sector público como um mal a fazer desaparecer, ignora sobranceiramente o sector cooperativo e reduz a estrutura da economia ao sector privado.

Toda esta questão é colocada de forma falsa.

Para quem lê o Programa parece que o sector privado da Região, não é mais forte daquilo que é, porque há um sector público razoavelmente importante.

Tal aceção não é verdadeira.

Para quem lê o Programa o sector cooperativo parece que pura e simplesmente não existe, o que não é verdade.

Seria útil e muito importante que o Governo Regional dissesse ao Povo dos Açores quantos milhões de contos do Orçamento foram consignados ao longo dos anos como incentivo económico-financeiro ao sector privado sem que se tivessem visto os resultados.

Seria útil e muito importante que fossem aten-

tamente ouvidas as opiniões de muitos investidores privados que se sentem marginalizados, no que toca a incentivos, em favor dos poucos escolhidos.

O sector privado tem que crescer, mas para que tal aconteça há que adoptar um conjunto de medidas legislativas que estabeleçam uma nova e economicamente verdadeira política de incentivos à iniciativa privada. Por definição, a existência do sector privado pressupõe a circulação de capitais privados. Muito embora seja ilícito prever-se incentivos é economicamente errado e socialmente injusto que a Região invista apenas para que uns poucos (pomposamente chamados de "iniciativa" privada) arrecadem depois os lucros.

Como já foi aqui dito por diversas vezes tal prática reduz-se à apropriação privada dos resultados do investimento público.

A frequência que esta prática adquiriu falseou a nossa economia, desabitou o investimento privado e apenas serviu a uns poucos.

A força de enormes injeções de dinheiro público certos sectores foram rentabilizados. Pretende o Governo, depois de ter semeado a árvore, dar os frutos a colher a alguns privilegiados.

A Região só ganharia se o sector público regional fosse dinamizado e a sua parte rentável fosse posta ao serviço da Região. Para além de todas as razões há ainda que considerar as crescentes dificuldades financeiras que transformam, todos os anos e cada vez mais, o financiamento do orçamento num quebra cabeças resolvido sempre insuficientemente.

A nossa economia tem espaço e tem necessidade simultânea do sector privado e do sector público, como tem necessidade do sector cooperativo.

Repare-se que o Governo, ao incluir dois parágrafos vazios sobre o cooperativismo, no ponto dedicado aos recursos humanos está, pura e simplesmente a riscar do mapa o sector cooperativo, como sector económico.

A nossa visão é diferente. Em primeiro lugar, o sector cooperativo tem uma dimensão maior do que se possa pensar à primeira vista. Em segundo lugar, numa Região com as nossas características, as soluções cooperativistas podem ter grande futuro, na produção, comercialização, consumo, transporte e outras áreas, desde que tais soluções sejam incentivadas. Não nos venham dizer que a Região não pode fazer isso, porque se estaria a ingerir no sector cooperativo porque nesse caso há que perguntar se se não está a ingerir no sector privado ao defender uma política tão vasta de incentivos?

Na opinião do PCP é necessário conceber um verdadeiro programa geral de desenvolvimento do sector cooperativo que vise aumentar o peso económico e social desse sector. Tal programa teria que dispôr de meios para incentivar, formar e dar apoios técnicos às cooperativas existentes

e a outras que fossem criadas.

Para ultrapassar a situação actual a Região tem que dispôr de um forte sector privado, com iniciativa e com capacidade; de um fortalecido sector cooperativo, que congregue esforços e capacidades avulsas; de um sector público que, tendo embora certos aspectos de complementaridade em relação aos restantes, não pode ser encarado nem como o caixote do lixo da economia nem como o fabricante de futuros lucros fáceis para quem não quer ou não sabe investir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Neste Programa, apesar da sua pobreza e vacuidade e da perspectiva económica limitada que tem, há algumas afirmações novas em relação à tradicional linguagem política do PSD e dos seus Governos, como há um ou outro objectivo que anteriormente o PSD não defendia e até combatia.

Quanto às afirmações é importante registar o que é dito na página 29 a respeito de uma questão fundamental. É dito assim (passo a citar) "para o Governo a opção leite/lacticínios/carne está correcta e deve ser potenciada..." (fim de citação).

A afirmação precedente, muitas vezes feita nesta Assembleia e em documentos próprios pelo PCP é muito significativa neste momento. A Adesão de Portugal à C.E.E. pôs em causa a garantia económica natural que temos há dezenas de anos segundo a qual as nossas condições e custos de produção garantiam, apesar do transporte, capacidade de concorrência, no continente, ao leite, lacticínios e carne, por nós defendidas. Confirmar a opção por estas produções implica pois, necessariamente, admitir a necessidade de, no novo quadro, criar as condições económicas e políticas necessárias e suficientes para que as nossas produções tenham escoamento garantido a preços comunitários.

Para que tal aconteça há que aproveitar a sério o período de transição, mas há também que trabalhar, nos quadros nacional e comunitário, para que sejam adoptadas as medidas de preferência que forem necessárias por forma a que essas produções não sejam postas em causa.

Não reafirmar a opção leite/lacticínios/carne seria abrir as portas a todos os aventureirismos e a todos os insucessos. Reafirmar essa opção que resulta das nossas aptidões e capacidade produtiva instalada, obriga a ter, face à adesão à C.E.E., uma posição atenta de defesa da nossa especificidade.

Na página 65 do Programa é dito que "o Plano a Médio Prazo, enquadrar-se-á numa Operação Integrada de Desenvolvimento" para se dizer mais adiante que "a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional perfeitamente integrado com o PMP será um importante meio para a realização dos objectivos económicos, sociais e culturais

do Governo".

Não contestamos que o PDR é, neste momento importante. Defendemos até, como é público, ser necessário conjugar todos os esforços para que daí resultem fortes apoios à economia regional. Não nos parece é que seja certo dizer-se que o PMP se vai enquadrar numa Operação Integrada de Desenvolvimento. Deve antes dizer-se e fazer-se o contrário, ou seja, as acções e os objectivos da OID devem ser parte do PMP e os meios financeiros da OID devem ser uma das fontes de financiamento do PMP. Esta formulação não é um mero formalismo é, antes, a forma de garantir a intervenção desta Assembleia nas definições necessárias, quer o carácter mais geral, global e autónomo que o PMP deve ter.

No que respeita a objectivos enunciados na área económica e antes combatidos, gostaria, a título de exemplo, de lembrar um debate travado aqui há cerca de dois anos em que o então deputado do PCP defendia a necessidade de um pequeno navio misto que ligasse toda a Região, numa perspectiva de integração económica interna e que o então Secretário dos Transportes e Turismo recusava, terminantemente, tal proposta.

Ela agora consta na página 33 do Programa nos termos e com os objectivos que o PCP a fez. Seria caso para dizer que "água mole em pedra dura tanto bate até que fura"! É pena é ser apenas numa ou duas questões!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para além de tudo quanto está dito e do muito que não está dito no Programa do Governo, o certo é que esta Região precisa de uma política económica inovadora, audaciosa e que enfrente a situação difícil em que nos encontramos.

O próximo PMP terá que reflectir esse espírito, porque o rotineirismo não responde às situações que os próximos 4 anos colocarão.

Pela nossa parte daremos, como o sempre temos feito, o nosso esforçado contributo.

Disse. Muito obrigado.

Presidente: Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Não é propriamente um pedido de esclarecimento, mas talvez um esclarecimento da minha parte ao Sr. Deputado.

Considero que é uma tremenda injustiça, por parte do Sr. Deputado, dizer, nesta Casa, que o Governo ignora o sector cooperativo.

Isso só pode revelar algum desconhecimento nessa área, que se aceita, mas o Sr. Deputado tem de concordar, até porque tem exemplos na sua ilha.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Infelizes!

O Orador: Eles poderão estar numa fase inicial,

concordo consigo, até porque agora é que o movimento está a nascer, mas aí é o sector cooperativo que vai actuar para que as Flores tenham também no sector de lacticínios algumas condições de trabalho que outras ilhas não têm.

Portanto, o Governo não ignora o sector cooperativo: há um instituto na Região que apoia esse mesmo sector, há medidas já concretas em várias ilhas da nossa Região, não só na área dos lacticínios, mas também na área do artesanato e noutras áreas.

Assim sendo, o Sr. Deputado há-de concordar comigo que o Governo não ignora o sector cooperativo.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, já ontem o disse, hoje o reafirmei, e neste momento volto a reafirmar, que no Programa do Governo o sector cooperativo é tratado em dois parágrafos que nada dizem.

O Sr. Deputado há pouco referia-se à experiência das Flores e eu acrescento que a experiência das Flores é infeliz porque, efectivamente, o cooperativismo não nasceu ontem nas Flores: nasceu na década de 20! O que o cooperativismo nas Flores, aliás como em muitas outras ilhas, não tem tido, são os apoios e a protecção devida.

Já ontem disse e volto a repetir, que, apesar de há mais de um ano, em documento escrito pelo então Governo Regional, se ter afirmado a necessidade de uma fábrica de lacticínios na Ilha das Flores, ela hoje continua, infelizmente, apenas com o processo feito, e o que eu disse ontem e repito hoje é que, efectivamente, se continuarmos com este ritmo, vamos chegar ao fim, possivelmente, muito tarde.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para um pequeno protesto.

O Governo, e numa área social decorata, não é que cria as cooperativas nem é que as orienta: são os sócios e as suas direcções!

A social democracia não é um outro tipo de governo que (felizmente!) não existe nesta Região. Aqui os homens são livres e gerem livremente (bem ou mal) as suas cooperativas. O Governo tem de ajudar consoante os pedidos que lhe são feitos - e aí julgo que estamos de acordo - e se o Governo actuou nas Flores a pedido de um outro Sr. Deputado do meu partido - o Sr. Deputado Renato Moura trouxe essa questão à Assembleia em tempos em que o Senhor por aqui ainda não andava - foi no sentido de ajudar a resolver, mas não no sentido de se meter na vida interna das cooperativas porque elas são eleitas por homens livres e num regime democrático.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente,

Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Paulo Valadão na medida em que, sendo ele das Flores e tendo aqui trazido ao longo destes dias questões pontuais - mesmo nesta altura em que se discute um Programa do Governo - relativas às Flores, não consigo entender como é que o Sr. Deputado Paulo Valadão considera que a atitude do Governo Regional relativamente às cooperativas, e no caso concreto das Flores, é uma intervenção infeliz.

Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado se considera que é infeliz, da parte do Governo Regional, perante a situação que neste momento existe, de calamidade por parte do comportamento absolutamente incorrecto e absolutamente condenável que tem tido a empresa Martins & Rebelo nas Flores, e noutras ilhas da Região, não pagando atempadamente aos produtores o leite que recebe, labora e cujo produto vende, que perante uma situação desta natureza o Governo da Região Autónoma dos Açores tenha decidido e feito publicar uma resolução na qual se inclufa um ponto no sentido de que venha a ser construída, inteiramente paga pelo Governo Regional dos Açores, uma estrutura fabril para entregar, inteiramente gratuita, à União de Cooperativas que se formou - só que a União de Cooperativas se formou por vontade das próprias cooperativas porque é assim que deve nascer o movimento associativo numa sociedade do tipo daquela que aqui temos.

Assim, pergunto ao Sr. Deputado se considera que é infeliz que o Governo Regional dos Açores vá gastar nas Flores uma verba que vai ultrapassar os 110 mil contos para dotar a ilha de um mecanismo que vai ser o único capaz de dar resposta à actual situação de crise que vive a lavoura nas Flores.

- Ou será que o Sr. Deputado considera que se deve manter a actual situação que neste momento existe?!

Parece-nos que é perfeitamente claro que esta é uma atitude extremamente feliz da parte do Governo, à qual me associo como sempre me associei, porque foi sugestão que apresentei ao Governo e que, felizmente, foi aceite por este Governo, o que é uma resposta bem clara às cooperativas.

Gostaria também de perguntar se o Sr. Deputado não sabe que outras vezes foram apoiadas cooperativas das Flores em resposta a pedidos concretos que foram feitos em determinadas áreas.

É exactamente por isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que gostaria de ver uma resposta do Sr. Deputado Paulo Valadão para ver se, efectivamente, ele clarifica o que é a sua posição relativamente a esta matéria e se considera ou não que esta medida do Governo deve ou não ser feita, se é ou não é proveitosa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vou procurar ser rápido porque tenho que gerir devidamente o meu tempo e, portanto, terei que responder muito rapidamente.

Relativamente ao Sr. Deputado António Silveira que diz que o Governo tem de ajudar, é isso efectivamente o que nós consideramos: que o Governo tem que ajudar as cooperativas que já estão feitas. Não é necessário o Governo interferir na orgânica própria das cooperativas; há que apoiar as cooperativas e é isso que nós defendemos e o que não tem acontecido até ao momento.

Em relação ao Sr. Deputado Renato Moura, eu remeto-o para o Diário das Sessões quando lá estiver o que aqui se passou. Tanto a minha intervenção de ontem como a de hoje, deve o Sr. Deputado lê-las e interpretá-las de acordo com aquilo que está dito.

Aquilo que nós lamentamos é que a tal fábrica que está para ser construída ainda não se tenha iniciado; o que nós lamentamos de facto é estarmos à beira da nossa entrada na C.E.E., à beira do mercado exigente que se vai ter, e continuarmos com as promessas que o Sr. Deputado desde há muitos anos anda a prometer.

Felizmente as pessoas acreditam cada vez menos nessas promessas e o Sr. Deputado sabe perfeitamente que os resultados eleitorais da Ilha das Flores nas últimas eleições são uma prova disso.

É tudo. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou ter que prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão e vou começar até pela parte final.

Afinal de contas, Sr. Deputado, não é só o povo das Flores que acredita que efectivamente essas realizações vão ser feitas nas Flores, como é o próprio Deputado do Partido Comunista nesta Câmara que assim acredita porque, afinal de contas - e remeto-o agora eu para a sua intervenção que segui atentamente -, é o Sr. Deputado que aqui veio defender, o que é o mesmo que dizer "apoiar as medidas que estão contidas nessa mesma Resolução 477/87", que o Senhor ontem aqui, explicitamente, referiu.

Portanto, significa que não é só o povo das Flores que acredita nelas, como também o próprio Deputado do Partido Comunista que, efectivamente, não encontrou, porque não poderia encontrar, mais questões para incluir, para além daquelas que estão incluídas na Resolução, que são, afinal, uma resposta global para as carências existentes

neste momento na Ilha das Flores.

O povo acredita que essas questões serão resolvidas e este Governo há-de demonstrar, ao longo do tempo, que realmente essas questões vão ser resolvidas!

Diz o Sr. Deputado que lamenta que o apoio do Governo não tenha sido dado mais cedo à União de Cooperativas.

Gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado (e é pena que o não saiba), que a escritura da União de Cooperativas da Ilha das Flores apenas foi feita há cerca de um mês, de modo que só após esta situação é que a União de Cooperativas pode adquirir os terrenos necessários para essa instalação. O Governo já prestou o apoio no sentido de fazer o levantamento topográfico dos terrenos onde vai ser instalada essa dita União de Cooperativas e, portanto, é a partir de agora que a União, com o apoio governamental que já lhe foi oferecido e prometido, vai poder avançar em termos de ser encomendado o projecto, na medida em que existe, neste momento, um estudo prévio (que julgo que o Sr. Deputado conhece) e, portanto, é a partir de agora que o processo pode avançar.

O apoio do Governo nesta matéria vai tão longe ao ponto de a própria publicação da escritura no Jornal Oficial, a própria publicação da escritura nos jornais, que é elemento essencial para um registo da Cooperativa, até esse apoio está sendo dado porque é o Governo Regional que até esse mesmo anúncio vai pagar. A União de Cooperativas não tem, nesta matéria, qualquer despesa; portanto, o apoio é integral!

É preciso que isto se diga, porque ninguém mais do que eu gosta de chamar a atenção para o Governo e de criticar, naquilo em que efectivamente o Governo possa ter errado ou possa não ter andado com a celeridade que é desejável. Nesta matéria julgo que é injusto para o Governo Regional criticá-lo nesta área!

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários e Subsecretários:

Sendo a primeira vez que venho a esta tribuna, desejo saudar toda a população do Arquipélago dos Açores, e também os Senhores Deputados, legítimos representantes do Povo Açoriano.

Ao Governo Regional, formulo votos de um bom trabalho, na dura mas não impossível tarefa que vai enfrentar nos próximos 4 anos - o desenvolvimento harmónico de todas as ilhas dos Açores nas componentes económica, social, cultural e política.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No passado dia 9 de Outubro, os Açorianos, mais uma vez, exerceram o seu direito de voto nas eleições para a Assembleia Regional.

O Partido Social Democrata, que durante doze anos governou a Região, recebeu de novo um mandato

até 1992.

Só que desta vez o povo, na sua máxima sabedoria, lançou um aviso.

Os resultados finais falam por si.

Ao reagirem desta forma os eleitores desejam que o Executivo seja portador de uma nova dinâmica de modo a resolverem-se os problemas básicos das populações, e que sejam criadas as medidas estruturais necessárias para enfrentarmos o grande desafio que irá constituir a nossa plena adesão ao Mercado Comum.

Ao concederem uma maioria ao PSD, os Açorianos dão a entender, claramente, que confiam na Social Democracia como opção política para os Açores.

Vamos ser dignos desta confiança.

Ao procedermos à leitura e análise do Programa do Governo podemos afirmar que o novo Governo Regional vai responder às legítimas reivindicações do Povo Açoriano.

Apraz-me registar que, ao contrário da oposição, o Governo não considera o Projecto NAV 2 um assunto esgotado, mas sim um problema a discutir e a reivindicar, contra todas as formas de centralismo, seja ele governativo ou empresarial.

A implementação do Projecto em Santa Maria é primordial, principalmente na manutenção dos trabalhadores na Ilha, evitando mais uma sangria na já escassa população, não desprezando a sua importância na vertente económica.

Sendo um sector onde vão ser aplicadas novas tecnologias, aumenta a sua importância que virá a reflectir-se na valorização dos recursos humanos marienses a ele afectos.

A implementação deste Projecto tem que ser discutida com rapidez, frontalidade, e ao mais alto nível da Governação Regional e Central.

A Zona Franca de Santa Maria representa um projecto de desenvolvimento em que se empenhou o anterior Governo Regional, infelizmente com poucos resultados.

As intenções do novo Governo, expressas no Programa, levam-me a crer que este projecto vai conhecer um desenvolvimento rápido e dinâmico, contribuindo efectivamente para o fim em vista, criação de postos de trabalho, numa ilha onde escasseiam as oportunidades de emprego, principalmente no campo da juventude que todos os anos sai das nossas escolas.

O custo de vida nos Açores é uma preocupação neste Programa do Governo.

No caso particular de Santa Maria, que sofremos uma dupla insularidade, a resolução deste problema é premente.

O alto custo de vida levanta sérios problemas, incidindo principalmente nas camadas de população com baixos rendimentos.

Tem o Governo que combatê-lo com todos os meios disponíveis, procurando exercer uma maior fiscalização na área das margens de comercializa-

ção e de preços ao consumidor.

Como linhas de desenvolvimento e projecto prioritários, refere o Governo o Turismo para Santa Maria.

Estamos de pleno acordo, uma vez que a Ilha tem grandes potencialidades a desenvolver neste campo e pode vir a ser um sector muito importante no desenvolvimento económico de Santa Maria.

Chamo a atenção do Governo Regional que, ao criar os incentivos financeiros para esta importante indústria, deve ter em conta o fraco poder de investimento privado das ilhas mais pequenas, para que não se venha, no futuro, a esbarrar com problemas que se prendem com a falta de capacidade financeira local para poderem concorrer aos incentivos criados.

No sector das Obras Públicas define-se o campo de acção das divisões de Ilha, "A manutenção e conservação das estruturas e equipamentos existentes," entregando às empresas privadas a construção de novas estruturas.

Espero que em 1989, e em resposta a esta nova definição, se venha a levar a efeito as obras de asfaltagem que há diversos anos se arrastam, em parte devido ao grande campo de acção a que eram obrigadas a responder as referidas divisões.

Seria oportuno e ideal um plano global de recuperação de todas as estradas regionais de Santa Maria.

No que respeita a Energia, o Programa do Governo, assume a importância que a mesma representa para o desenvolvimento da Região Açores, e para a qualidade de vida que queremos e vamos proporcionar aos Açorianos.

Santa Maria é uma ilha, cujos aglomerados habitacionais são extremamente dispersos. Esta situação tem contribuído para o atraso na electrificação total da mesma.

Esperamos que a dinâmica no sector, proposta pelo novo Governo, acabe com a situação presente, a fim de todos poderem usufruir dum bem tão precioso.

O apoio às Autarquias Locais é outra das intenções expressas no Programa que analisamos.

Este apoio é necessário, principalmente no financiamento dos projectos de abastecimento de água às populações e na prestação de apoio técnico, para que sejam analisados com rigor todos os projectos que em grande número passam pelas Câmaras Municipais, e assim poderemos contribuir para uma protecção efectiva do nosso meio ambiente.

No sector da Saúde, a construção do Centro de Saúde de Vila do Porto é uma necessidade premente, uma vez que nas instalações existentes começam a surgir problemas de espaço para instalação dos equipamentos necessários a uma boa resposta aos cuidados primários de saúde.

Deve o Secretário da tutela envidar todos os esforços para a real aplicação da Portaria

50/86 (deslocação de especialistas dos Hospitais Distritais), principalmente nas especialidades mais requisitadas.

O apoio à "Terceira Idade" é uma das intenções do Governo Regional, o que nos dá esperança de vermos no futuro os idosos Marienses disporem de uma estrutura tão importante e necessária.

Sr. Presidente da Assembleia Regional, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo Social Democrata que estamos a discutir, reflecte o conhecimento real e profundo da Região Açores, dos seus problemas e dos anseios da sua população.

Com este Programa, vai o Governo Regional vencer o desafio do desenvolvimento que os Açores enfrentam.

Por estas razões, o meu voto é favorável.

Disse. Obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira Carvão.

Deputado Manuel Silveira Carvão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Ao usar da palavra pela primeira vez nesta Assembleia peço licença para enviar, desta tribuna, uma sincera saudação a todo o povo que nos elegeu e expressar os meus melhores desejos no sentido de que o trabalho a efectuar, pelos seus representantes que aqui reunirão durante esta legislatura, resulte sempre em benefício da nossa gente e da nossa Terra.

Saúdo igualmente V. Exas., Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários e Srs. Subsecretários do Governo Regional.

Saúde também os representantes dos órgãos de comunicação social e o público presente nesta Sala.

Seja-me permitido ainda, como estamos em período natalício, desejar a todos BOAS FESTAS E FELIZ ANO NOVO!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Por divisão de trabalho equacionado no seio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, coube-me a tarefa de, na discussão do Programa do IV Governo Regional, intervir na parte que se relaciona com o Poder Local.

Compulsando e tentando analisar o Programa apreço-nos com muita clareza e simplicidade como que um repositório de intenções e objectivos, onde tudo parece ser prioritário. E digo repositório porque, muitas dessas intenções e objectivos já constavam dos Programas de anteriores Governos Regionais, sem que tenham sido realizados. Como tudo parece ser prioritário, isso pode significar que o Governo, através do seu Programa, não assume qualquer compromisso de acção ou acções prioritárias. Será para ficar com todos os campos de

acção descomprometidos a fim de melhor poder utilizar as políticas ou politiquices económicas e sociais partidárias, de compadrio, bairristas ou eleitoralistas, quando chegar a ocasião?

Na IV parte do Programa - Políticas Sectoriais - relativa ao Poder Local, verifica-se a mesma regra geral de intenções e objectivos a alcançar e o que me parece mais importante e mais gravoso é a tendência em atirar para cima das Autarquias Locais mais atribuições, mais responsabilidades, mais eficácias, como se depreende das seguintes transcrições da página 55 do Programa. Passo a citar: "O exercício das responsabilidades públicas deve, de maneira geral, ser preferencialmente atribuído às autoridades mais próximas dos cidadãos", e "Essa atribuição deve ter em consideração a amplitude e natureza da tarefa e as exigências de eficácia e de economia." Parece, pois, que para este Governo Regional as Autarquias Locais é que deverão, é que terão de, é que assumirão, é que exercerão, é que merecerão e é que realizarão tudo o que for necessário e o Governo apenas desejará que tudo corra bem e apoiará, na medida do possível, ou do maior afecto por esta ou aquela Autarquia. Assim não, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo!

É necessário, é razoável, é justo, diria mesmo imperioso, que o Governo Regional e a sua maioria, ainda absoluta, nesta Assembleia, usassem da sua capacidade política, administrativa e financeira, muito maior do que a das Autarquias e dissessem no Programa que criariam e resolveriam em concreto todas, ou pelo menos as carências essenciais das Autarquias Locais e que as ultrapassam, caindo por isso na esfera de acção do Governo, ou de outras entidades, nomeadamente, financeiras, tecnológicas, infraestruturais e a clara delimitação de atribuições e competências nalgumas áreas, como por exemplo nas dos caminhos, para que elas pudessem vir a ser de facto, não "os" mas "uns" ou "alguns" motores locais de desenvolvimento.

Afirmar na situação actual das Autarquias Locais que elas "são os motores locais do desenvolvimento" afigura-se-me ser mais uma forma demagógica e eleitoralista (as eleições autárquicas não vêm muito longe) de, através do elogio fácil às Autarquias e suas populações, encobrir não só a incapacidade dos Governos Regionais anteriores, neste e noutros capítulos, mas também os receios de alcançar os objectivos e/ou intenções traçadas no seu Programa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me V. Exas. que deixe aqui transcritas, para registo, informação e possível achega para a eficácia do IV Governo Regional, nas suas relações com o Poder Local e numa atitude de oposição socialista-democrática, construtiva

e de verdadeira alternativa ao Poder Regional, parte do que, segundo o Programa do Governo do Partido Socialista, a páginas 8, um Executivo Regional do PS entende, e resolveria, no que respeita ao Poder Local:

"A autonomia real e efectiva dos Açores realiza-se ainda no respeito pelo poder autárquico. Sem quebra ou esvaziamento da sua capacidade ou legitimidade orgânica deverão os poderes funcionais dos órgãos próprios das autarquias locais ser adequadas à capacidade que as mesmas possuam para a sua exequibilidade.

A aplicação consequente da Lei das Finanças Locais e um reforço técnico e administrativo das autarquias... constituem imperativo de actualização para quantos, como socialistas, apostam no reforço da autonomia municipal e local.

A clara definição das atribuições e competências da Região e do Município constituem elemento chave da democracia regional.

Nesta área caberá ao Executivo Regional:

- criar condições para que se modernizem os Municípios e Freguesias da Região dotando-os da suficiente capacidade financeira, técnica e administrativa;

- criar gabinetes de apoio técnico às autarquias e destacar técnicos regionais para nelas prestarem serviço quando tal se mostre necessário;

- fomentar as modalidades possíveis e cooperação intermunicipal;

- definir os quadros legais para a coordenação entre serviços regionais e camarários, no tocante às áreas urbanas;

-

- regular as modalidades de tutela inspectiva sobre as autarquias;

- efectuar e propor a necessária regulamentação da legislação autárquica nacional à realidade insular e velar pelo seu cumprimento;..."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

De facto pensamos que o desenvolvimento do nosso país e da nossa Região, passa necessariamente pelo desenvolvimento das nossas comunidades locais.

Tem sido muito grande o esforço e o empenho que os nossos autarcas vêm fazendo no sentido do desenvolvimento das comunidades em que se propuseram trabalhar. Daqui lhes presto a minha modesta homenagem.

Mas, quantos desânimos, quantos esforços em vão, em virtude das suas limitações.

Por isso, como autarca e como deputado da Região Autónoma dos Açores, pelo círculo da Ilha do Pico, julgo que o Governo Regional, esta Assembleia, os deputados à Assembleia da República, todos devemos juntar esforços e promover as diligências e iniciativas necessárias para que as receitas das nossas autarquias, de Santa Maria

ao Corvo, quer as vindas do Orçamento do Estado, ou da Região, quer as próprias, sejam ajustadas à satisfação das necessidades comuns dos municípios e a uma mais justa e equilibrada distribuição das receitas globais do Estado e da Região Autónoma.

É um apelo que aqui deixo, convicto de que se ele se realizar, teremos, então, um verdadeiro Poder Local, e autarquias com meios à sua disposição para poderem desempenhar, com eficiência plena, as funções que lhes estão ou venham a estar confiadas e não apenas um Poder Local legítimo e democrático.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Adelaide Teles.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Continuamos a apreciar o Programa do IV Governo da Região Autónoma dos Açores para os próximos quatro anos.

O turismo é apontado como área prioritária do desenvolvimento regional e penso que tem de ser uma das nossas grandes preocupações.

O clima temperado, as águas despoluídas do nosso mar, um ambiente convidativo aos desportos náuticos, belezas naturais, vegetação exuberante, flores multicolores, que poderão ser ainda mais abundantes, e em algumas ilhas os cursos de água e as lagoas, são verdadeiros atractivos para oferecer a esse sector, que é o turismo.

Cada ilha tem os seus aspectos próprios e belezas particulares que chamam a atenção do turista.

A Gaciosa apresenta duas manifestações curiosas de vulcanismo - a Furna da Caldeira com o seu lago de água sulfurosa e as Termas do Carapacho com águas minerais próprias para o tratamento de certas doenças, sobretudo reumáticas. Estes dois privilégios, de que foi dotada a ilha, têm de ser aproveitados e poderão ser um vector para o turismo científico.

O termalismo vai ser incentivado e todos nós ouvimos nesta Câmara o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente afirmar que serão levadas a efeito acções de remodelação e recuperação das termas bem como construção de alojamentos anexos. Acreditamos que estas medidas vão ser incrementadas já no próximo ano no Carapacho, o que constituirá um passo positivo para o aumento de visitantes àquela zona e à ilha.

Os Açores oferecem boas perspectivas ao Turismo, pois em todas se encontram já equipamentos para alojamento - hotéis, estalagens e/ou residenciais.

Todas dispõem de aeroportos - principais portas de entrada e de saída. O Governo, no seu Programa,

refere-se à conclusão da segunda fase do aeroporto de Ponta Delgada, à ampliação do das Flores e a obras de melhoramento nos aeroportos do Faial, Pico, S. Jorge e Graciosa,, decisões que vêm de encontro aos desejos dessas ilhas.

Quanto a infraestruturas portuárias, vão ser construídos os portos das Flores e do Corvo e o de pescas de S. Miguel; o da Praia da Vitória vai ser continuado e o de Velas ampliado. É um programa correcto, contudo, os portos só têm utilidade se houver barcos.

Assim, considero da máxima importância a ligação via marítima entre todas as ilhas, não só para possibilitar o transporte de passageiros, mas também o de cargas para favorecer o mercado inter-ilhas.

A construção dum navio tipo misto que faça viagens para todas as ilhas do Arquipélago e com tarifas aceitáveis é uma das prioridades das ilhas mais isoladas.

A SATA tem vindo a dar resposta às necessidades de transporte aéreo e o Programa do Governo aponta para a renovação da frota daquela transportadora, tendo em vista a melhoria e maior segurança do serviço, opção que também merece, naturalmente, o nosso inteiro apoio.

A boa conservação do nosso património arquitectónico e uma boa rede de estradas são elementos importantes. O Governo propõe-se promover a recuperação e conservação do parque habitacional existente, tanto nos meios urbanos como nos meios rurais e estabelecer um programa para recuperação do piso das estradas regionais e respectiva manutenção, obras de grande importância.

É que o desenvolvimento turístico dos Açores traz o aumento de actividades regionais, com destaque para o da produção agrícola e sua diversificação, nomeadamente o sector hortícola e frutícola, para os quais a Graciosa é uma ilha altamente vocacionada.

Acredito que o turismo pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos açorianos pela diversidade de sectores que absorve, pelo que o desenvolvimento tem de abranger todas as vertentes da vida social e políticas sectoriais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Já vai longa esta intervenção, dado o tempo de que dispomos. Todavia, ainda antes de terminar, uma breve referência à **educação**, porque sendo ela uma das grandes prioridades do presente Programa, não podemos deixar de manifestar a nossa concordância e a nossa grande esperança.

A valorização da pessoa humana passa também pela educação que não deve ser apenas instrução mas sim "formação integral".

O Governo assegura a escolaridade obrigatória de nove anos, mas não basta existirem edifícios escolares, equipamento e professores para que se tenha garantido o sucesso escolar. O acompanha-

mento real do trabalho do professor tem de ser um trabalho sempre presente, como factor de valorização não só do ensino mas também dos agentes de educação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo possui resposta para todas as exigências reais.

Vou pois dar-lhe toda a minha confiança porque acredito no seu conteúdo e na capacidade de execução do Governo.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As aspirações de uma Região como a nossa, a um novo estágio de desenvolvimento, obriga a um constante aperfeiçoamento de todos os meios que possam conduzir a um cada vez mais transparente relacionamento entre os responsáveis políticos e os agentes económicos, de forma a que estes sintam confiança naqueles e sintam que a política definida é coerente e responde na prática aos seus justos anseios.

Três governos da responsabilidades do ainda partido maioritário, outros tantos programas de Governo com um rol de intenções que, à partida, qualquer Açoriano aceitaria como razoável, acaso fossem substituídas algumas referências ideológicas e algumas contradições, um quarto Governo na forja, um programa em discussão que em vez de inovado, como seria lógico esperar, deixa transparecer, em muitos casos, que mais não é do que a reedição, revista e melhorada na sua redacção, das promessas não cumpridas pelos Governos anteriores.

Efectivamente para um quase debutante nestas andanças Parlamentares (o que por vezes até é vantajoso) não deixou de causar alguma perplexidade as contradições existentes neste Programa de Governo, numa clara demonstração de que o PSD - aliás como o povo açoriano se vem apercebendo - está perdendo clarividência, recuando a olhos vistos, como quem tem andado equivocado qual sonâmbulo mal acordado e ainda confuso na escolha do caminho a seguir.

Mas falava eu em contradições, senão vejamos como interpretar o que a seguir se transcreve e consta da pag. 29 do Programa do Governo numa referência ao comércio: (citação) "O êxito dos programas definidos pelos anteriores Governos para a modernização dos circuitos de comercialização justificará talvez que se considerem terminados." (Fim de citação).

Na página 103 do mesmo programa, considerando como um dos grandes objectivos deste Governo,

escreve-se: (Citação) "Disciplinar e tornar mais transparente, circuitos que oneram os bens e serviços." (Fim de citação).

Apesar daquele "talvez se encontrem terminados"... não queremos ser levados a deduzir que o articulista quis insinuar que este Governo já não tem objectivo.

Não podemos dissociar os circuitos de comercialização da melhoria do poder de compra dos cidadãos, por isso não queremos deixar de fazer aqui duas referências especiais: uma a esse poder de compra que não obstante o discurso de alguns políticos que diariamente bombardeiam a mente das pessoas procurando convencê-las de que estão bem, essas mesmas pessoas sabem que na prática o seu poder de compra está cada vez mais reduzido; a outra referência vai para os transportes e para dizer aos Senhores do Governo que se efectivamente querem resolver os problemas desta Região, nomeadamente os que se prendem com a circulação de mercadorias entre as diversas Ilhas e destas para o exterior ou vice-versa, resolvam os problemas de transporte e os respectivos custos e terão dado, afim, um grande passo em frente no sentido do progresso e do bem estar dos Açorianos.

Deputado Fernando Fonte (PS): Muito bem!

O Orador: Efectivamente, e como se já não bastasse os Açorianos pagarem os transportes de tudo que importam e quase tudo que exportam, ainda têm que ser confrontados com diferentes tarifas nos diversos portos da Região, sendo no da Terceira 60% do custo (60 contos) entre qualquer porto da Região de um contentor de 20 pés, e no da Graciosa superior a 10% daquele custo.

Este facto é extremamente limitativo da expansão das trocas. Mas como se não bastasse, ainda existem tarifas nuns portos e não existem noutros, como, por exemplo, a taxa de tráfego, dando bem a ideia de que os sucessivos Governos Regionais do PSD não têm andado atentos aos problemas reais da Região e que o cartão amarelo, que agora o eleitorado açoriano lhes mostrou, só pecou por tardio.

Para ficarmos com uma ideia mais clara do custo dos transportes, poderíamos dar vários exemplos, no entanto escolhemos o que se passa com a importação de rações através de uma cooperativa com alguma dimensão, tendo-se apurado que o custo de transporte equivale a 1/3 do custo total, chegando mesmo a ultrapassá-lo nalguns casos como, por exemplo, a **Rumifibra** onde dos 1 700\$00 do custo total a parte para transportes é de 700\$00.

Outro problema que urge resolver relaciona-se com um melhor apetrechamento dos nossos portos em termos de equipamento, o que trará certamente um aumento de produtividade no trabalho portuário

que não deixará de se reflectir num abaixamento dos custos.

Convém aqui deixar bem claro que estes problemas relacionados com os transportes de mercadorias e seus custos são já bastante antigos e esperamos que o Governo Regional tenha desta vez a coragem e a capacidade que faltou a outros Governos do PSD e resolva estes problemas que continuam a afligir tudo e todos e continuam também a estrangular a economia açoriana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das realidades que nalguns casos já se constata nesta fase de Integração Europeia, é de que - não bastasse a nossa pequenez - cada vez estamos mais dependentes de situações exógenas à Região e até, nalguns casos, ao País, e, neste caso não podemos deixar de apontar algumas lacunas graves no processo de Integração Europeia, como tem sido a falta de informação dos empresários e trabalhadores, bem como dos cidadãos em geral, sobre a adesão e as consequências desta para a Região.

A passividade do Governo Regional neste capítulo foi total: não desenvolveu uma campanha sistemática de informação sobre as alterações introduzidas pela adesão. Os resultados estão à vista. De resto, e tal como foi admitido por responsáveis do Governo da República que durante este ano visitaram os Açores, a nossa Região perdeu milhares de contos por subsídios não reivindicados! Esta situação é inadmissível e não faz realmente sentido que os principais destinatários das novas regras do jogo económico não as conheçam e estejam, por esse facto, em situação de inferioridade perante os seus concorrentes comunitários.

Importa pois alterar esta situação, devendo a acção informativa passar a ser comandada pelos interesses dos utilizadores e da população em geral, sendo certo que, neste capítulo uma parte importante da responsabilidade cabe à Administração Regional: é que sem funcionários especializados nas diferentes matérias comunitárias não pode haver acção pedagógica junto das populações.

Por outro lado, sem uma informação oportuna e dirigida aos aspectos operacionais, muitos dos benefícios e auxílios comunitários não serão suficientemente aproveitados como sucedeu até agora, sendo certo que a adesão apenas será um factor de estabilidade dos comportamentos económicos na medida em que forem conhecidas as regras comunitárias que balizam o sentido da evolução a prazo e se essas regras não forem suficientemente conhecidas, a falta de informação poderá transformar a estabilidade em perturbação.

Esperamos que o Governo passe aos actos e saiba recuperar o tempo perdido que tantos prejuízos tem trazido aos agentes económicos.

É que, Senhores do Governo e da maioria, dois cartões amarelos dão direito a expulsão... Portan-

to, muito cuidado!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 16,45 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 17,15 horas)

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José da Terra Carlos.

Deputado José da Terra Carlos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Neste debate sobre o Programa do IV Governo Regional, pretendo dar o meu contributo, tecendo algumas considerações no âmbito de duas áreas de intervenção que a Juventude Social Democrática considera importantes para os jovens, as quais têm reflexos no progresso social e cultural da Região.

São duas áreas sectoriais, que têm merecido especial cuidado de análise e reflexão por parte da JSD.

Refiro-me, concretamente, à educação e ao poder local.

Sobre o poder local, o Programa do Governo é francamente positivo ao reconhecer aquele como um dos principais fundamentos do regime democrático e ao definir as autarquias como os motores locais de desenvolvimento.

As autarquias têm dado um contributo precioso ao todo regional, de uma forma empenhada, eficaz e, na sua grande maioria, com a optimização dos recursos disponíveis.

Só o Partido Socialista, que tem reduzida implantação no poder autárquico, não consegue, nem pode compreender, como as autarquias têm sido motores, e continuarão a sê-lo, do desenvolvimento local, com reflexos francamente positivos no progresso regional.

E os motores de bicicleta, do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, mais não são do que o apetrechamento que o Partido Socialista tem para o poder local, e a demonstração da incapacidade revelada, e do desrespeito, por quem, de forma dedicada e esforçada, tem empenhado a sua capacidade e boa vontade na resolução de problemas concretos e específicos das populações.

Por isso, as medidas preconizadas por este Governo, que se fundamentam no fortalecimento da autonomia local, ampliando as atribuições dos órgãos próprios das autarquias e, como é óbvio, responsabilizando os seus titulares, medidas essas que necessariamente não podem estar dissociadas do diálogo e espírito de colaboração entre Administração Regional e órgãos do Poder

Local e procura de mútua cooperação, vêm de encontro às propostas defendidas pela JSD.

Sendo o poder local uma área efectivamente importante na prossecução dos interesses das populações, é necessário o reforço dos meios financeiros, técnicos e humanos, colocados à disposição deste.

Assim, o apoio técnico-jurídico e de gestão, complementarizado com a formação profissional dos eleitos locais e funcionários municipais, bem como a elaboração de documentos de apoio e cooperação financeira, têm de ser implementados ou reforçados.

Os jovens estão sensibilizados para assumirem responsabilidades nas autarquias, corporizando a vertente humanista do projecto social democrata, de forma inovadora e criativa, e, cumprindo assim, em toda a linha, a tradução institucional do Projecto da JSD, para o qual scubemos ganhar a confiança e a compreensão do Partido Social Democrata e deste Governo, bem como o reconhecimento explícito das nossas capacidades.

Infelizmente para a Juventude, os partidos da oposição, com o canto de sereia aos jovens e cartas de intenções, que lhes são próprias, não demonstram a tradução prática dos objectivos que dizem defender, nomeadamente nas autarquias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito da outra área que me propus intervir - a educação - a concepção humanista que o PSD defende, e que o Programa deste Governo acentua, tem aqui também a sua tradução.

Sendo reconhecidamente complexa a problemática educativa, este Governo teve o cuidado necessário de procurar adequar o sistema educativo à nossa realidade açórica.

A escola tem necessariamente de dar respostas consentâneas com os nossos valores, a nossa cultura, os nossos costumes, enfim, a nossa idiossincrasia.

De um modo geral, o Programa do Governo nesta área, vem dar resposta às nossas aspirações e, extensivamente, às necessidades educativas da nossa Região, aos interesses dos jovens e demais intervenientes no processo educativo.

A aposta privilegiada no ensino pré-primário e primário, e nas vias profissionalizantes do ensino secundário, vem de encontro ao desenvolvimento das potencialidades da criança e, contribuir para o sucesso escolar.

Sucesso escolar que passa, por uma escola viva e dinâmica, com um parque escolar adequado e renovado, pela alteração de planos curriculares, pelo incentivo do ensino técnico-profissional e, onde as novas tecnologias e o computador sejam a realidade.

Sendo importante a complementaridade entre

a rede do ensino oficial e a rede do ensino particular, é também necessária a clarificação da questão da planificação da rede escolar na nossa Região e a articulação com o ensino particular e cooperativo.

Sobre o ensino superior, julgamos que o esforço que o Governo se propõe, relativamente à Universidade dos Açores, é um imperativo para a adequação desta às nossas necessidades e inserção no meio, devendo a mesma assumir-se como verdadeira Universidade Regional, sem perder o espírito universalista que é a sua essência.

Porque neste Programa não encontramos qualquer alusão ao projecto da universidade aberta, que pensamos dever ser extensivo à nossa Região, julgamos que os órgãos próprios da Administração Regional devem acompanhar o desenvolvimento deste projecto, acautelando os interesses regionais.

A universidade aberta, funcionando como ensino à distância, é uma resposta ao prosseguimento dos estudos superiores dos trabalhadores estudantes.

Por isso, gostaria de saber a posição do Governo sobre este assunto.

É também positiva, a vontade expressa pelo Governo, da continuação do combate ao analfabetismo, assim como a aposta no funcionamento integral do CIFOP, na formação contínua e profissionalização em exercício dos professores e no apoio à educação especial.

A questão da melhoria do apoio social ao estudante passa pelo reforço de bolsas de estudo, pelo aumento do montante dos empréstimos concedidos aos estudantes do ensino superior, pela criação da "merenda escolar" no ensino pré-primário e primário, pela inspecção regional da qualidade alimentar nas cantinas escolares, pela fiscalização dos transportes escolares, pelo acesso a residências de estudantes, etc..

Julgamos que o Governo está sensível a todas estas questões aqui levantadas e que implementará as medidas mais correctas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Governo, definindo-se como um "Governo de Combate", não enferma dos complexos militaristas que ontem e no dia anterior o PS revelou nesta Assembleia.

Provavelmente, trata-se de contágio que o PS nacional, com os seus problemas de generais sem tropas, e tropas sem generais, transmitiu aos seus camaradas da Região Autónoma dos Açores.

Estamos convictos, que este Governo demonstrará durante os próximos quatro anos que é capaz de cumprir, exemplarmente, com os objectivos a que se propôs, apesar dos ataques da desorganizada companhia de atiradores do PS.

Disse. Obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente,

Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Infelizmente as limitações temporais do Regimento obstam a que eu seja muito rápido porque, como Socialista, respeito todos os meus colegas e todos têm que intervir nesta Casa, mas não podia, de modo algum, deixar de roubar, aos meus camaradas, um minuto neste momento.

A intervenção que o Sr. Deputado acabou de proferir, merecia, da minha parte e da parte da minha bancada, um protesto muito veemente.

Por formação pessoal, vou ser educado, mas podia não sê-lo para responder "taco a taco" à sua intervenção, Sr. Deputado!

E para começar vou dizer-lhe o seguinte: no exército do Partido Socialista V. Exa. talvez não teria lugar com aquilo que, quando eu fui militar, se classificava sem posto, que era "básico"! E limito-me a pôr-lhe uma questão, porque o tempo não me permite pôr n questões, tal como em relação aos Srs. Membros do Governo que têm passado, em relação a restantes colegas de todas as bancadas, que desejava pôr.

O Sr. Deputado reconhece na sua intervenção que um dos problemas da sociedade açoriana é - e já foi, de resto, aqui reconhecido por vários colegas ao longo dos debates que se têm proferido - o "insucesso escolar". É na realidade uma chaga!

Eu pergunto-lhe se confirma, se sim ou não, se foi a falta de capacidade deste Governo, que já vai em 12 anos com a mesma gestão ou com o mesmo rei a reinar...

Deputado Rui Melo (PSD): Não é o D. Sebastião!

O Orador: ...que não teve capacidade de ultrapassar essa chaga, esse grave problema societário dos Açores.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José da Terra Carlos para responder se assim o entender.

Deputado José da Terra Carlos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que a minha intervenção foi bastante clara e explícita. Realmente levei à tribuna problemas que a JSD coloca e que procura também resolver; a JSD está sensível a todos estes problemas; reconhece que o Governo tem feito muito, e aposta neste Governo para fazer muito mais.

Deputado Carlos Mendonça (PS): O insucesso escolar, Sr. Deputado!

O Orador: Quanto ao insucesso escolar, toda a gente sabe que o sistema educativo é muito complexo e, em relação ao insucesso escolar, muito se tem feito já.

Sobre a questão militar, a terminologia é dos Senhores e foram os Senhores que, no primeiro e no segundo dia, a utilizaram aqui abusivamente!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Vossa Excelência pode responder ao que quiser, mas não foi isso

que lhe perguntei!

O Orador: Realmente poderia ser básico...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Eu disse que poderia ser básico no nosso exército!

O Orador: ...ou posso ser básico no nosso exército...

Deputado Carlos Mendonça (PS): No nosso! No nosso!

O Orador: ...do PSD. Agora a vossa Companhia tem um aspirante a Aspirante a comandá-la, tem um 2º Furriel que é o Senhor...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Prezo-me muito!

O Orador: ...terá algum Cabo contratado também, mas as teorias militares não sei onde é que o vosso líder as foi aprender. Terá sido na América? Nos Estados Unidos? É porque eu gostaria de saber onde é que ele cumpriu o serviço militar.

Deputado Carlos Mendonça (PS): É de facto um complexo de V. Exas. porque não têm uma pessoa doutorada talvez na bancada! É um complexo! Não têm na bancada nem talvez no Governo!...

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Não estava para intervir nesta discussão, mas há coisas que se passam nesta Sala que ultrapassam todos os limites.

Vem aqui o Sr. Deputado falar de "humanismo" e de "humanistas". O Sr. Deputado conhece alguma área onde haja menos humanismo do que nas Autarquias? Conhece? Se conhece quero que me explique!

Todos nós, de todos os partidos, andando na roda de um ano atrás de pessoas para uma lista. Sabe como é que funcionam as Assembleias de Freguesia? Um Presidente da Junta - e o Senhor sabe bem - é um pedinte que vai pedir a uma Câmara para lhe fazer isto ou aquilo e a Câmara faz se for do seu gosto. Ele não tem um orçamento, e não brinque que eu sei que não tem porque eu também sou autarca desde a primeira hora e sei como é que as coisas se passam! Não falemos em coisas que não têm interesse para aqui nem brinquemos com militares: brinquemos com aquilo que é fundamental!

O humanismo é intrínseco da pessoa humana, e temos que respeitar aqueles homens do campo que foram a uma Assembleia e a uma Junta - e temos que respeitá-los de cima para baixo! Isso é que é fundamental - o que não acontece, infelizmente, nesta Região com todos aqueles que são responsáveis, e as pessoas que estão nesta Sala são todas responsáveis.

É muito fácil dizer humanismo, é muito fácil enviar humanismo, mas é difícil cumprir humanismo!

E começa daí e dali a prática desse humanismo.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José da Terra Carlos.

Deputado José da Terra Carlos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para um esclarecimento e, ao mesmo tempo, para um protesto.

Embora jovem, estou nas lides autárquicas há já 6 anos - estou concretamente como presidente de uma Junta de Freguesia - e, portanto, conheço perfeitamente o que é o Poder Local.

O meu protesto, Sr. Deputado, vai para a afronta que o Sr. Deputado está a fazer às pessoas que, de forma empenhada, têm trabalhado nas autarquias, e o Senhor sabe muito bem que o Poder Local tem sido um grande suporte no desenvolvimento da nossa Região: são as pessoas que lidam com os habitantes das suas comunidades no dia a dia tentando resolver vários problemas e trabalhando fora de horas que se têm esforçado ao máximo e contribuído muito para a resolução de certos problemas que existiam.

É evidente que se não houvesse o apoio das Câmaras e do Governo, muita coisa não estaria feita. É evidente que existe esse apoio, e o Sr. Deputado sabe muito bem que existe: basta olhar por esses Açores fora!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para um contraprotesto.

O Sr. Deputado faça um inquérito às ilhas e pergunte quais são as freguesias onde a Assembleia de Freguesia se reúne desde há 4 anos a esta parte.

E eles não se reúnem porque eles só vão para uma lista mas são desprezados no dia seguinte; não contam para nada porque eles são "mendigos", Sr. Presidente!

Se eles fazem um orçamento, não há dinheiro para cobrir esse orçamento. Quem é que não sabe disto?! Toda a gente sabe que se uma Assembleia de Freguesia, com a sua Junta, fizer um orçamento, onde é que está a verba para cobrir esse orçamento? Há Juntas de Freguesia que receberam meses e meses depois o dinheiro a que tinham direito - e eu posso prová-lo em qualquer ocasião!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Que o neguem!

O Orador: Eu não tenho vergonha de ser um deputado rural, repare bem nisso! Já pertenci a uma Assembleia de Freguesia e pertença quando for preciso. Conheço perfeitamente a problemática autárquica. Não vamos encobrir com coloridos a problemática fundamental da autarquia, que

é o miserabilismo em que ela vive!

Isto tem que ser dito em qualquer lugar: todos nós - e eu disse "todos" temos de fazer um esforço para dignificar as autarquias! O verdadeiro e intrínseco humanismo é o respeito pela pessoa humana!

Deputado José Carlos Simas (PSD): É o que se está a fazer há 12 anos!

Deputado Carlos Mendonça (PS): O resultado está à vista!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José da Terra Carlos.

Deputado José da Terra Carlos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se há Assembleias de Freguesia que não se reúnem como é de lei, porque é que os elementos do PS nessas Assembleias não solicitam a sua dissolução?

Eles têm ou não responsabilidade nesses casos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Varão.

Deputado António Varão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, na minha intervenção, pedi a personalização das Juntas de Freguesia e a sua responsabilização e, até mesmo, maiores participações financeiras.

No entanto, não posso deixar de dizer que há muitas e muitas Juntas de Freguesia cujos Presidentes são Presidentes por serem Presidentes, mas que não têm criatividade nem, digamos, vontade de trabalhar, porque aquele que tem vontade de trabalhar faz sempre muita coisa - e eu pessoalmente posso comprovar isso.

Portanto, às vezes não é só a questão de se meter o dinheiro pela porta dentro: é preciso também trabalhar, é preciso ter muita persistência, é preciso ter muita criatividade, é preciso ter muito amor à sua terra e amar o seu próximo!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

Presidente: Esclarecido este assunto, vamos voltar às inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Rodrigues.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Ao iniciar esta minha intervenção sobre o debate do Programa do IV Governo Regional, compete-me saudar V. Exa. Senhor Presidente da Assembleia, todos os Senhores Deputados e em especial os membros do IV Governo Regional, aqui presentes, cujo Programa estamos a apreciar.

Gostaria de exprimir, antes de mais, uma palavra de apreço para o Presidente do Governo Regional que se apresenta para um quarto mandato com uma vontade diferente da que demonstrou durante

todos estes anos. Mais humilde, mais consensual, menos autosuficiente e mais dialogante.

O discurso que proferiu no decorrer da tomada de posse é exemplo do que acabo de afirmar.

Congratulo-me, assim, com esta nova fase que o Governo pretende, na voz do seu Presidente, implementar, reconhecendo as inegáveis vantagens do diálogo institucional, recusando atitudes de conflito e situando-se rigorosamente nos limites da Constituição.

A procura do diálogo que em democracia deveria ser normal é, a partir do seu discurso de posse, um facto inédito.

Os motivos desta nova atitude são para nós claros: a necessidade, a falência de uma política e o pragmatismo essencial para poder enfrentar o desgaste do PSD, por demais evidente neste último acto eleitoral.

Espero que as suas palavras sejam sinceras. Nós estaremos aqui para avaliar delas e reconhecer o devido mérito.

Congratulo-me, ainda, por saber o que a Autonomia Progressiva não é, embora fique sem saber o que seja.

Resta-nos a afirmação que será uma Autonomia Tranquila, dentro dos valores da liberdade e da democracia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos, nesta quarta legislatura do Parlamento Açoriano, a discutir o IV Programa da responsabilidade do PSD.

Confrontamo-nos com um programa que não permite uma análise séria. Não traz novas propostas. É semelhante aos outros, pese embora o esforço, neste debate feito pelos Secretários Regionais em nos esclarecerem, o que nos permite clarificar bem o que é este Programa.

Não fosse o facto de termos visto o Governo a tomar solenemente posse, perante o Ministro da República, eu diria que este Programa era mais um acto de propaganda eleitoral, recheado de intenções eleitoralistas e sem quaisquer medidas concretas que permitam vislumbrar o desenvolvimento e a modernização da Região.

Poder-se-á dizer que um programa de Governo é apenas um instrumento explicitador de uma série de intenções. Mas, quando essas intenções são velhas propostas, semelhantes a programas anteriores é, na verdade, reconhecer que nada foi feito.

Assim, os Açorianos não terão garantias de estarem melhor em 1992.

As grandes linhas de desenvolvimento e de projectos prioritários que este Programa preconiza é a confissão nítida que o desenvolvimento económico-social dos Açores não é substancialmente diferente de há 12 anos atrás.

Na agricultura reafirma a opção leite-lacticínios-carne mas confessa ainda serem necessários

investimentos significativos em caminhos de penetração, água em melhores condições e mais energia que permitam a qualidade dos produtos.

Perguntamos nós, muito legitimamente:

- Onde estão as dezenas de quilómetros de caminhos de penetração prometidos à lavoura açoriana pelo Governo anterior?

- Para onde foram os fundos comunitários destinados a esse fim?

O Governo anterior nada explicou. Este, limita-se a reafirmar promessas de longa data.

Os Açorianos terão mais quatro anos para julgar as promessas.

O pior é que o desenvolvimento necessário e rápido para enfrentarmos o desafio da integração europeia não se compadece com a generalidade de intenções, nem com a timidez das medidas propostas.

Uma agricultura moderna passa pela transformação das actuais estruturas da terra, exige políticas arrojadas e estudos profundos sobre as aptidões de cada ilha, passa pelo desenvolvimento integrado do sector, pelo redimensionamento das explorações agro-pecuárias.

Nem uma destas medidas o Governo propõe.

O Emparcelamento é uma palavra solta num capítulo tão importante.

As pescas!

Que políticas coerentes preconiza o Governo para este sector?

Nem uma. Apenas se limita a dizer que é a vocação natural dos Açores.

Apraz perguntar: Então se é a vocação natural porque é que se continua a permitir que o peixe seja lançado ao mar por falta de estruturas? Se permite que os barcos parem a sua faina, nas épocas mais rentáveis, por falta de estruturas de frio?

Onde estão as políticas de "Combate" neste sector?

Não existem. É apenas vocação!

Em três governos consecutivos o PSD não resolveu nenhum dos problemas estruturais das pescas, nem sabe como valorizar a nossa Zona Económica Exclusiva.

No Comércio. Brada aos céus o que se afirma no programa.

O Governo diz peremptoriamente que nada tem a fazer!

Numa Região em que o abastecimento de bens alimentares em matérias primas é todo importado; que é necessário defender o poder de compra das populações através da transparência do mercado, o Governo inacreditavelmente diz: **nada ter a fazer.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foquei já três sectores da economia da Região que, por demasiado importantes para nós, bastariam para condenar todo o Programa do Governo.

O governo apresenta-se como de "Combate",

elege como sectores prioritários o turismo e a modernização do tecido industrial. Mas fraqueja nas medidas que preconiza e não toma em conta as relações intersectoriais.

Várias condicionantes têm sido travão ao desenvolvimento destes dois sectores.

Passo a destacar:

- completa inadequação das redes de transportes;

- energia cara e de fraca viabilidade;

- deficientes redes de abastecimento de água;

- falta de técnicos e de formação profissional adequadas;

- falta de mecanismos de apoio e de incentivos ao investimento.

Por tudo isto e pelo conjunto desgarrado de intenções manifestado neste Programa, tudo leva a crer que o Governo dito de "Combate" perderá a guerra daqui a quatro anos. Isto, obviamente, se não houver antes dissidências entre os generais.

A ver vamos. O PS estará atento e combativo.

Disse. Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem agora a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional, Srs. Deputados:

Nos termos estatutários, está esta Câmara a apreciar o Programa do Governo Regional.

Um Programa que é da responsabilidade do PSD.

Sim, Srs. Deputados!

Este é o Programa de Governo do PSD e não o da oposição.

Nem poderia ser de outra forma, pois a 9 de Outubro o Povo dos Açores mandatou inequivocamente o PSD para continuar a conduzir os seus destinos, e assim será feito, mesmo contra a vontade do PS.

É certo que a nossa maioria diminuiu, mas não deixou de ser a maioria absoluta nesta Assembleia.

Nós entendemos o aviso do eleitorado e estamos a corrigir um ou outro erro do passado para que daqui a quatro anos possamos ver renovada, com mais força, a confiança do eleitorado.

Mas não deixa de ser ridícula a arrogância com que o Partido Socialista se tem apresentado nesta Câmara.

Até parece que ganharam as eleições.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Quase... quase!

O Orador: Não, srs. Deputados, os Srs. perderam as eleições - são oposição e vão continuar a ser oposição.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Democrática!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vive-se hoje nos Açores uma situação económico-

-social completamente diferente daquela que existia há doze anos quando o PSD assumiu o encargo de governar os Açores - está à vista de todos a obra feita -, apesar de tudo, ontem como hoje para a oposição nada tem mérito, tudo está mal, realmente é mais fácil destruir do que construir.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Isso que V. Exa. está a dizer não é verdade!

O Orador: É mais fácil destruir do que construir e o Senhor só sabe destruir!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Mas o PSD com a confiança do Povo dos Açores começou e vai continuar a construir uma Região onde todos - mas todos - possam viver com dignidade.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É a cassetete de há 12 anos! Ele não a pode mudar!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Isso também não é verdade!

O Orador: Contra a vontade dos Senhores, mas isso também vai acontecer!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Essa também não é verdade!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O documento que estamos a apreciar contém propostas realistas de quem tem a responsabilidade de prometer para realizar.

O Programa do Governo define uma estratégia de desenvolvimento regional que assenta nitidamente no papel relevante e primordial que a iniciativa privada terá na sua execução.

Mas não perde de vista o papel que ao Estado cabe como dinamizador e impulsionador deste mesmo desenvolvimento, assumindo com firmeza a responsabilidade de pôr à disposição dos agentes económicos os meios necessários à sua concretização.

É assim que, o Programa do Governo, indica as medidas concretas a tomar na área do Turismo, do Comércio, da Indústria e das Pescas.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mas isso não é para o Plano?!

O Orador: Não tenho culpa do Sr. Deputado não ter lido o Programa!

Esta última, como todos nós sabemos, tem um peso relativo apreciável na actividade económica regional.

O sector das pescas emprega 4,6% da população activa do sector primário e o Valor Acrescentado Bruto corresponde a 5,6% deste sector.

Além disso, o saldo da balança comercial dos produtos da pesca e conservas é largamente positivo e tem vindo a aumentar favoravelmente, representando cerca de 50% das exportações totais da Região.

Dá-nos parecer correcta a proposta do Governo ao considerar como prioritária a área das pescas.

Privilegiar nas escolas o ensino profissional da pesca e transformar o Pólo Universitário de Oceanografia e Pescas num instrumento dinâmico de apoio à investigação aplicada, aproveitando os seus resultados...

Deputado Carlos Mendonça (PS): O Sr. aprendeu isso com alguém...

O orador: ...na orientação prática dos pescadores açorianos, são medidas de relevante importância que certamente ninguém porá em causa, nem mesmo os que, aqui nesta Casa, vão votar contra o Programa do Governo.

Isto está no Programa: é uma questão de ler, Sr. Deputado!

Por nós, sem tibiezas vamos dar o nosso apoio inequívoco ao Programa do Governo Regional que, no fundo, é o Programa do PSD.

Disse. Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Muito bem pela coragem!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No momento em que esta Assembleia se debruça, numa análise o mais completa possível, sobre o Programa de Governo para esta legislatura, julguei oportuno fazer uma exposição, o mais sintética possível, das carências mais gritantes da Ilha das Flores.

E faço-o intencionalmente já que o Programa de um governo que se apresenta para governar esta Região por um período de quatro anos tem, subjacente à sua feitura, a realidade de uma autonomia descentralizada que deve abranger as nove Ilhas do Arquipélago.

Não basta um programa lançado para o ar, um brevíssimo rol de boas intenções.

Resta saber se todos nós os que vivemos nesta Região, mesmo os mais Ocidentais, vamos usufruir ou estamos contemplados nessa programação.

A minha intenção é um alerta para os problemas sócio-económicos de uma ilha onde a esperança parece ter morrido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na sequência do que disse e para uma modernização da agricultura, no que respeita à Ilha das Flores, em primeiro lugar temos de ter presente como ponto chave, e como já tive ocasião de afirmar na minha primeira intervenção nesta Casa, a criação urgente da Fábrica de Lacticínios, que o Governo irá atribuir à Federação das Cooperativas.

Cada vez se torna mais urgente a resolução

deste problema para a economia da nossa terra, dado que se arrasta e continuará a arrastar o atraso nos pagamentos da Firma Martins & Rebello, exploradora exclusiva do leite daquela Ilha.

Mais de 50% da superfície da Ilha das Flores está hoje a ser gerida pelos Serviços Florestais, que nos últimos anos têm feito o possível para um aproveitamento cada vez mais alargado dessa área, mas urge investir mais neste campo, com mais vias de penetração, definição de áreas destinadas à pastagem e florestação, bem como escolha adequada das espécies florestais a nela serem cultivadas.

Não podemos esquecer que há certas espécies florestais que longe de serem benéficas são extremamente prejudiciais.

É necessário definir para a Ilha das Flores, também no que diz respeito à propriedade privada, áreas prioritárias destinadas a produção agrícola, pecuária, hortícola, aplicando uma política adequada de incentivos e de apoio técnico, estabelecendo contratos e quotas de produção, preços de garantia e seguros de colheitas.

Quanto às pescas, tendo em conta que os Açores possuem a maior Zona Económica Exclusiva e que dessa Zona 1/3 pertence às Flores e Corvo, constatamos com profunda tristeza que o referido terço é aproveitado apenas em benefício dos Florenses numa forma reduzida por embarcações de boca aberta, sendo o resto explorado na sua maior parte por estrangeiros.

Seria de estimular, tal qual se fez para as Ilhas do Grupo Central, um investimento na formação de profissionais, na construção de traineiras tripuladas por florenses, com sede na Ilha das Flores, o que importaria naturalmente no apressamento da construção do Porto das Lajes e melhoramento dos portos de pesca da Fajã e Ponta Delgada, bem como no aumento de capacidade da rede de fric.

Passando ao turismo, praticamente no que respeita à Ilha das Flores, temos que partir do zero, pois naquela ilha nem ao menos existe um posto de turismo, que oriente aqueles que nos dão a honra de nos visitar. Seria também muito desejável o arranque da tão falada infraestrutura "Siturflor", digna do maior interesse.

Mas para que os objectivos primários do programa governamental sejam realidade na Ilha das Flores, temos que ter presente que o isolamento em que aquela Ilha se encontra é em verdade o principal factor a debelar.

Pelo preenchimento da lacuna deixada pelo velho Carvalho Araújo e mais tarde pelo Ponta Delgada, para tanto seria necessário a constituição duma empresa de transportes marítimos para o tráfego de passageiros Inter-Ilhas, entre todas as ilhas e não apenas entre algumas como agora acontece.

Quanto à transportadora aérea seria desejável que aquela Ilha beneficiasse de mais um voo semanal, no período de Inverno, para assim permitir maior facilidade de acesso às restantes Ilhas por motivos económicos ou de saúde.

Para o desenvolvimento geral da Ilha não poderá de forma alguma ser esquecido nesta curta resenha, o problema da energia que julgo será resolvido mais eficazmente com o estudo e aproveitamento dos potenciais hídricos da Ilha das Flores. O que a meu ver só será possível com o auxílio do Governo e verbas resultantes do Acordo Luso-Francês, que terão logicamente de beneficiar prioritariamente a Ilha das Flores e não apenas o Governo Francês.

Para o desenvolvimento eficaz da Ilha das Flores há que ter presente uma potencialidade que importa valorizar ao máximo: a sua juventude.

Uma integração na CEE a curto prazo exige que demos o máximo do nosso esforço à juventude, procurando equipará-lo àquele que os grandes países onde estamos integrados lhe emprestam.

Para isso haveria que terminar, em primeiro lugar, com o horário de desdobramento em que funciona a Escola Preparatória de Santa Cruz, extremamente gravoso para os estudantes da nossa terra, os quais têm de partir às 6 horas da manhã e outros se vêem forçados a regressar às 10 horas da noite a suas casas.

O problema, a meu ver, resolver-se-fa não só com a ampliação da referida Escola de Santa Cruz, mas com a criação de outra Escola Preparatória na Vila das Lajes.

Também será de considerar a dotação à Escola Preparatória existente com o 11º e 12º para evitar a saída da nossa Ilha de jovens entre os 15 e os 17 anos, idade em que mais carecem de apoio paternal.

Finalmente, um problema que devia ter sido tratado prioritariamente, o problema da saúde, que na Ilha das Flores por vezes tem estado entregue a um só médico e este de clínica geral.

Lamentamos que em virtude do Acordo Luso-Francês, estabelecido pelo Governo deposto pelo 25 de Abril, determinasse a presença de um cirurgião português, mas que depois da Autonomia dos Açores, essa cláusula fosse abandonada, não sabemos até hoje por que motivo.

No entanto, aproveitamos a ocasião para aqui fazermos eco das lamentações do Povo Florense neste capítulo, formuladas pela ocasião da última campanha eleitoral.

Embora o Governo se comprometesse a enviar à Ilha das Flores anualmente especialistas nas diversas especialidades, acontece que poucos são os que lá têm ido no decurso do ano e alguns até sem programação estabelecida de forma que a nossa população tenha conhecimento atempadamente.

Já que estou a falar de saúde não posso deixar de falar na Casa de Repouso para a terceira idade,

problema este que é um dos mais agudizantes, dado o traumatismo em que muitos dos nossos velhinhos passam os últimos dias da sua vida.

Tenho dito.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Azevedo Rosa): Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Deputados:

Direi palavras breves. Farei, principalmente, uma promessa.

Tenho ouvido, com atenção, as afirmações que têm sido feitas nesta Assembleia; tenham elas sido dirigidas de uma forma exaltada ou de uma forma calma (talvez mais convincente), confesso que aprendi muito nestes dias de trabalho parlamentar.

As perguntas feitas (admito que a pergunta é mais reveladora do conhecimento ou da ignorância que a possível resposta) as perguntas feitas, repito, têm sido, principalmente, objecções; elas quase não têm feito supor a existência de uma alternativa trazida a esta Assembleia.

Srs. Deputados:

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de Dezembro de 1948, começa por afirmar que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos...". Ao artigo 1º desta Declaração eu acrescento que a Educação, a Cultura e o Desporto têm de estar ao alcance de todos, nem que seja necessário resolver dificuldades resultantes das condições físicas ou até mesmo da situação social em que as pessoas se encontrem.

Considero que a Educação, a Cultura e o Desporto estão principalmente ao serviço da gente nova, da juventude, da juventude que se assume "uma geração autonomista de corpo inteiro"; a escola é principalmente para ela, para essa gente nova; a escola é uma instituição principalmente orientada para o futuro.

A própria Escola há-de ser jovem, no edifício e na docência, para acompanhar a gente nova que a frequenta. Interessa que a Escola não envelheça, que se aprenda nela a novidade, que se recorde nela o tradicional.

A criança é acção, a juventude é acção; fazendo se aprende e a escola ensina e acelera esse saber-fazer.

A escola terá que se deslocar até junto dos alunos; a escola terá que ser um convite, tanto pelo espaço em que ela se encontra, como pelo trabalho que nela se faz. A escola terá que viver de portas abertas para o ambiente humano e natural que a rodeia, há-de ser honrosa para a sociedade em que existir.

A Educação, a Cultura, o Desporto constituem um dos melhores investimentos: eles são as raízes

da planta que há-de dar frutos.

Todo o Programa do Governo é uma oferta de serviços que serão realizados, se possível completamente, no período previsto para a vigência do Executivo. A Secretaria Regional da Educação e Cultura terá sempre as suas portas abertas a quem se lhe dirija, a quem queira ajudar a resolver problemas que são de todos nós, da nossa Região. A primeira atitude do Secretário consiste, principalmente, em ouvir quem sabe falar de si próprio e dos problemas que lhe dificultam a vida.

Srs. Deputados:

A Educação é polémica pela sua extensão, pela sua incidência, pela sua necessidade urgente; é necessário incentivar a preparação educativa, no sentido de construir em cada um a civilidade a que tem direito.

Que todo o ser humano consiga a sua identidade, que os açorianos definam a sua autonomia pela diferença e não somente pela distância.

Elaborei um pequeno conjunto de propostas de trabalho que considero prioritárias.

Quero dar a V.Exas. notícias de algumas dessas prioridades:

Relativamente à **Educação:**

Assegurar, em condições de igualdade, o acesso à Educação a todos os Açorianos, respeitando o princípio da liberdade de aprender e de ensinar.

Conceder privilégio à Educação Pré-Escolar, "complementar e ou supletiva da acção educativa da família", bem como ao Ensino Básico, por se reconhecer que a formação do perfil cultural e das mentalidades são fundamento para a "formação de cidadãos livres, responsáveis e solidários...".

Considerar o sucesso escolar uma meta a atingir, aproximando mais a escola da sociedade circundante, melhorando a qualidade da docência, preparando os cidadãos para o mundo do saber e do saber-fazer.

Combater o analfabetismo para que todos os açorianos possam usufruir e participar do possível benefício de diálogo que um texto ofereça.

Promover a formação profissional e técnico-profissional, bem como a consequente inserção e realização dos jovens no mundo do trabalho.

Reforçar o apoio aos alunos economicamente mais carenciados e tentar a recuperação e integração dos deficientes na sociedade açoriana, a partir de uma educação especial.

Em referência ao **Ensino Superior:**

Melhorar os recursos físicos e financeiros da Universidade dos Açores para que ela seja um projecto açoriano actual, com dimensão nacional e internacional, salvaguardando a autonomia da instituição universitária.

Apoiar a Universidade dos Açores na abertura de novos cursos, nas suas funções de investigação e de formação adequadas, promotoras da melhoria social e económica da Região.

Quanto à Cultura:

Na sequência do que tem sido, os açorianos serão apoiados na afirmação da sua identidade através de manifestações artísticas pessoais ou de instituições de cultura que assegurem essa afirmação integral.

Promover a descentralização da cultura em benefício das iniciativas locais, para que a Região seja integrada pelas diferenças e não só demarcada pela distância.

Organizar e ou participar em celebrações comemorativas que evoquem açorianos ilustres ou acontecimentos de projecção nacional e internacional ocorridos na Região.

Em relação ao Desporto:

Introduzir a educação física e respectiva coordenação no Ensino Pré-Primário e actualizar os programas de educação física no Ensino Primário.

Continuar a oferecer condições que permitam a ampliação da prática do desporto; que se realize uma educação integral do jovem.

Ultrapassar dificuldades para que o desporto possa favorecer camadas vastas da população, englobando diversos grupos etários.

Reorganizar o desporto escolar e dinamizar a actividade desportiva, tentando a interpretação estética e realista do jogo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acabo de lhes indicar alguns aspectos da promessa que há pouco referi e com ela vai também o meu desejo de uma escola que se há-de modificar, que talvez um dia tenha a juventude da gente/jovem que a frequenta.

Agradeço-lhes a atenção dispensada.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Senhor Presidente, Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Aproveito a minha primeira intervenção nesta Câmara para saudar os Senhores Deputados e o Governo Regional, formulando os melhores votos para que o trabalho a desenvolver por estes órgãos de poder regional venha a dar os melhores frutos em benefício de todos quantos, nesta Região Autónoma, aqui vivem e labutam um dia a dia que nem sempre é fácil.

Não tenho dúvidas que o Governo Regional e o Partido Social Democrata que o apoia nesta Assembleia tudo farão para prosseguir o desenvolvimento harmónico da Região e promover, cada vez mais e melhor, o bem estar das populações.

Espera-se que a oposição assumia idêntico comportamento ou, pelo menos, e como costuma dizer-se, "não seja empata", deixando trabalhar quem sabe, quem está disposto e quem quer fazê-lo.

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Tem-se verificado ao longo deste debate que as críticas por parte de alguns Srs. Deputados, nomeadamente do Partido Socialista, se revelam pretensamente jocosas e, algumas vezes e com o devido respeito, de gosto muito duvidoso. Com efeito, ouviram-se nesta Sala expressões como estas: "A Orgânica do Governo Regional comprovou que o chamado Governo de Combate tem 4 generais e 7 soldados rasos".

Ainda há pouco voltámos a ouvir a referência aos generais.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Da vossa banca-da!

O Orador: Então se é verdade, ouça o resto calado!

(Risos do PSD)

Ouviu-se também que ... "A troca de titulares das Secretarias Regionais dos Assuntos Sociais e da Administração Pública e respectivas instalações não passaram de mera mascarada." E ouviram-se ainda expressões como esta: "baile de máscaras", "rei momo" e "curso carnavalesco", referindo-se e imputando-se as ditas expressões à forma como decorreram as eleições regionais e posterior constituição e actuação do Executivo.

Confesso que pasmei! E outra coisa não era de esperar de quem, como eu, um ingénuo caloiro nestas lides parlamentares, destas tinha a peregrina ideia de que os Srs. Deputados, **mesmo os da oposição**, teriam o bom senso de usar a pouca ou muita massa cinzenta que têm numa crítica linear, concisa e precisa às lacunas que encontrassem no Programa do Governo, aqui e agora em discussão.

Ora, como longe de mim pôr em causa a **quantidade e a qualidade** da dita massa cinzenta dos Srs. Deputados, nomeadamente do Partido Socialista...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Eu gostaria de medir a massa cinzenta de V. Exa.!

O Orador: Eu também depois lhe peço a sua!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Está bem, mas na sua há uma grande confusão!

(Risos da Câmara)

O Orador: Mas agora ouça calado, Sr. Deputado! Leia o artigo 88º para protestar!

Deputado Carlos Mendonça (PS): V. Exa. não tem legitimidade para me mandar calar!

O Orador: Tenho...tenho!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Não tem não! Só quem tem legitimidade é o Sr. Presidente! E não me mande calar porque eu não me calo às suas ordens!

Presidente: Calma, Srs. Deputados...

O Orador: Eu só quero lembrar ao Sr. Deputado que o artigo 88º lhe concede a palavra para protestar.

Presidente: Srs. Deputados, peço que mantenham a calma...

Deputado Carlos Mendonça (PS): O Senhor não tem legitimidade para me mandar calar! E não me mande mais, por favor, porque é uma falta de respeito da sua parte!

O Orador: Não é não, Sr. Deputado! Falta de respeito é o Senhor interromper-me! Isso é que é falta de respeito!

Presidente: Srs. Deputados, peço que mantenham a calma e não utilizem o diálogo directo.

O Orador: V. Exa. dá-me licença que eu continue, Sr. Presidente? O Sr. Deputado está muito zangado com a massa cinzenta...

(Risos do PSD)

Mas, dizia eu, longe de mim, repito, longe de mim (o Sr. Deputado não se agaste) pôr em causa a **quantidade e a qualidade** da dita massa cinzenta dos Srs. Deputados, vi-me forçado a chegar à conclusão, atentas as expressões que acabei de referir atrás, de que aos Srs. Deputados do Partido Socialista, certamente por indicação da sua direcção parlamentar, teria sido distribuída uma ordem de trabalhos diferente daquela que está aqui a ser discutida hoje e, como nós não tivemos conhecimento dela, apenas a posso imaginar.

Deputado António Cordeiro (PS): Mas os Membros do Governo também usaram linguagem insultuosa nesta Assembleia!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

E é bom, Sr. Deputado, que registe também isso nos seus apontamentos!

O Orador: Sim, Senhor! Se V. Exa. me deixar continuar, eu registo.

Deputado António Cordeiro (PS): É como antigamente: só vê para um lado!

Presidente: Srs. Deputados, calma!

O Orador: Mas, dizia eu, que desconhecia essa ordem de trabalhos, e, como tal, limito-me a imaginar que será mais ou menos desta maneira:

Ponto 1 - "Quantos generais deve ter um executivo?"

Ponto 2 - Programa a levar a efeito pelo Partido Socialista no próximo Carnaval".

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Está a ser engraçado!...

O Orador: Estou... estou!

É que, só com uma ordem de trabalhos mais ou menos deste género, se poderá compreender a preocupação do Sr. Deputado Dionísio de Sousa em definir as linhas de rumo do seu partido nestas matérias. Por isso, o Sr. Deputado falou em "curso carnavalesco", em "rei momo" e realmente eu fiquei confundido. Mas vamos adiante!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Continua o Curso!

O Orador: No entanto, para que se não diga

que o Partido Social Democrata não quer colaborar nesta programação - embora dela não tivesse tido conhecimento prévio - sempre sugerimos, se me permite, o seguinte: é que se num Executivo Social Democrata poderá haver como os Senhores dizem 4 generais e 7 soldados...

Deputado António Cordeiro (PS): O que é que isso tem a ver com o Programa do Governo?!

O Orador: ...eu pensaria que realmente no Executivo Socialista eram todos da mesma patente - soldados rasos - o que, aliás, corresponde perfeitamente ao nivelamento, **por baixo**, tão defendido pela própria ideologia.

Quanto ao programa de Carnaval, que seria o tal Ponto 2 da hipotética ordem de trabalhos, a sugestão confesso que foi para mim uma delícia e aceitaria com bom grado um convite vosso, com o pedido antecipado, porém, de nos indicarem onde **irão desfilar o curso**, onde **terá lugar o baile de máscaras** e, sobretudo, se já elegeram, com certeza democraticamente e por voto secreto, quem irá desempenhar o papel principal de **rei momo**.

(Risos do PSD)

É que estamos realmente inquietos por assistir a tão brilhante festa e gratos por se terem lembrado de nós.

Deputado Fernando Fonte (PS): O Sr. pode ser candidato!...

O Orador: Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Porém, como ao Grupo Parlamentar do PSD foi eventualmente - e só - distribuída uma outra ordem de trabalhos, permitir-me-ão que diga qualquer coisa sobre ela.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Eu gostaria de saber qual era se tivesse sido dada por V. Exa!

O Orador: É...é!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Eu gostaria de saber a capacidade de V. Exa. para estar a avaliar dessa maneira a dos outros!

O Orador: Eu já lhe vou dizer qual é, Sr. Deputado! O Sr. fala muito e ouve pouco!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Eu ouço bem e interpreto ainda melhor!

O Orador: Discute-se aqui o **Programa do IV Governo Regional**. É essa a ordem de trabalhos, Sr. Deputado! Discute-se e analisa-se!

Deputado António Cordeiro (PS): Isso é uma peça de teatro e não a discussão do Programa do Governo! O Sr. não está a falar do Programa do Governo!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Mas o Governo está satisfeito!

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa compreensão para a necessidade de não se manter

diálogo directo entre o orador e os Srs. Deputados. Os Srs. Deputados têm todo o direito de manifestarem as suas discordâncias e a sua concordância com o orador, mas pedia que isso não fosse causa de perturbação para a sequência de raciocínio do Sr. Deputado.

Faz favor de continuar, Sr. Deputado!

O Orador: Ora, dizia eu, que se discute o **Programa do IV Governo Regional**. Discute-se e analisa-se, pois e apenas, um Programa, só isto: não se discute uma actuação futura como aqui nesta Câmara já se pretende fazer. E um Programa é, por definição, como o Sr. Deputado sabe, uma súmula, contendo linhas programáticas, indicadoras de objectivos fundamentais a levar a efeito num futuro próximo, contendo a indicação das linhas e projectos prioritários que se pretendem levar a efeito nesse futuro próximo. E tudo isto está claramente indiciado e suficientemente desenvolvido no Programa apresentado à discussão nesta Câmara. Estão, assim, claramente explanados quais os objectivos prioritários que o IV Governo Regional pretende levar a efeito nos próximos 4 anos. Recordo ao Sr. Deputado que são os seguintes: a educação, a cultura, a qualidade de vida, o emprego, o ordenamento do território, as privatizações, as pescas, a agricultura e o turismo, os quais estão claramente lá definidos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não se dá por eles!

O Orador: Basta lê-los, Sr. Deputado!

Sem dúvida que estes objectivos foram bem escolhidos, até porque vêm na sequência da política económica de Governos anteriores.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Da política que não houve!

O Orador: Chegou a altura - passada a fase da criação das tão faladas estruturas básicas indispensáveis - de se cumprirem objectivos de carácter eminentemente social que este Programa visa, tendo em vista, nomeada e principalmente o bem estar das pessoas. É a casa que se vai fazendo com respeito absoluto das regras de construção.

Concluídos os alicerces e as paredes, prosseguirá agora o trabalho de concluir a obra. E vai ser o IV Governo Regional, que terá esse encargo e o saberá levar ao fim, tal como soube iniciá-lo, sem necessidade de que a oposição venha pôr o telhado e entregar as chaves, como se de obra sua se tivesse tratado.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Era o que eles queriam!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Até agora não ouvi qualquer crítica da oposição que se tornasse minimamente consistente e consequente.

Deputado Carlos Mendonça (PS): A intervenção de V. Exa. é que é ultra consequente e consistente, não é?

O Orador: É isso que estou ouvindo de críticas do Senhor a esta!

Deputado Carlos Mendonça (PS): É porque V. Exa. não fez outra!

O Orador: Claro! Muito bem!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Realmente V. Exa. não merece outras!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Deputado! Agradeço-lhe...

Presidente: Calma, Srs. Deputados...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Não preciso que me agradeça!

O Orador: ...mas a sua voz não me afecta nada!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Não...não! Eu é que lhe digo: "calma!"

O Orador: Apenas e só, pontualmente, têm sido apontadas ao Programa umas quantas "gralhas" de impressão, que corajosamente até foram distribuídas, e uma que outra queixa de falta de resposta do Governo anterior a requerimentos de um ou outro Sr. Deputado também da legislatura anterior.

Convenhamos, Sr. Deputado da oposição, que é muito pouco, para não dizer quase nada, a crítica que o Programa aqui tem sofrido. Esperávamos, com franqueza, mais e melhor.

E por que é que essas críticas não têm vindo? Porque se trata de um documento válido e ambicioso - que os Srs. compreenderam perfeitamente - e que vai contribuir, quer queiram quer não, a curto prazo, para uma decisiva melhoria da qualidade de vida do Povo dos Açores.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

O Orador: E é precisamente isto que a oposição receia, dada a sua incapacidade de levar um projecto destes para diante.

(Risos do PSD)

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Damos, assim, a nossa concordância a este Programa, tal como ele está (pois que, aliás, está muito bem) e estamos convictos de que este IV Governo Regional terá capacidade suficiente para o executar na íntegra. O futuro próximo dar-nos-á razão.

E então, finalmente, a população destas ilhas, avaliará correcta e definitivamente quem lhe tem dedicado **trabalho e obra**, não voltando à tentação de se deixar embalar pelo canto da sereia.

Disse.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Como muitos, senão mesmo todos, estão à espera, venho falar-vos de Turismo e Ambiente.

E faço-o na esperança de que a minha experiência de mais de vinte anos no Sector do Turismo possa, de alguma forma, enriquecer este debate do Programa do IV Governo Regional.

Suponho que já não constitui motivo de surpresa para ninguém o facto de que o Secretário Regional do Turismo e Ambiente é meu irmão.

Todavia, não se vai assistir neste órgão máximo da autonomia regional a uma luta fratricida, mas sim ao enumerar de algumas críticas e formulação de sugestões feitas por um membro da oposição que também ama a sua terra, que com sacrifício investiu exactamente no Turismo, que a este arquipélago tem dedicado, em diversos domínios, o melhor do seu saber e esforço, e que, de igual modo, aspira e luta por um melhor futuro para quantos aqui vivem.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

O facto de o Governo Regional ter escolhido o "turismo como área prioritária do desenvolvimento regional" (pág. 125) levou-me a esperar que, na apresentação do Programa deste IV Governo, a este sector se dedicasse mais algum tempo, a invés do que aconteceu.

Daf que aguardasse com natural expectativa a intervenção do titular da nova pasta do Turismo e Ambiente.

E devo dizer que, apesar de, na minha opinião, ela ter sido, porventura, demasiado extensa, não deixa de conter aspectos que, a serem postos em execução, decerto contribuirão para a melhoria da qualidade de vida das nossas gentes e, consequentemente, do número, felizmente, cada vez maior de quantos nos visitam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

O Turismo é, com efeito, uma das indústrias que em muito poderá contribuir para o desenvolvimento da economia regional.

A ausência de animais selvagens, o baixíssimo índice de criminalidade, a amenidade do clima, a hospitalidade do nosso povo, a fauna e a flora e as nossas invejáveis belezas naturais, derivadas sobretudo da nossa origem vulcânica fazem dos Açores um destino atraente, se bem que caro, devido principalmente ao elevado custo do transporte aéreo.

Nesse sentido, e uma vez que o aumento da

pista do aeroporto de Ponta Delgada se encontra em adiantada fase de execução, gostaria de ouvir a opinião do Sr. Secretário sobre a hipótese de operações tipo "charter", sabendo-se as vantagens e também as desvantagens que isso pode acarretar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Eu não quero duvidar das boas intenções da equipa que está à frente do Turismo e do Ambiente.

Só que me parece que essa equipa vai ter que realizar um esforço hercúleo para mobilizar tanta gente quanta a necessária para pôr em prática o programa que o Governo prevê para este sector.

E é exactamente aqui que uma terrível dúvida me assola.

Tendo em conta a nossa experiência, será que vai ser possível? Eu gostaria de crer que sim.

Na passada 2ª feira o Sr. Secretário do Turismo e Ambiente falou de termalismo, referindo-se concretamente às Furnas, Carapacho e Varadouro.

O que é que pensa fazer neste sector? Existem já, por exemplo, contactos com médicos e enfermeiros interessados em desenvolver a sua actividade profissional neste sector ou os actuais são quanto basta?

É que este projecto, dada a especificidade da clientela a que se destina, tem que ser cuidadosamente preparado e atempadamente divulgado, sob pena de não se colherem os frutos desejados.

Uma das outras clientelas que nos anos mais recentes tem vindo a aumentar consideravelmente prende-se com os chamados "passeios a pé".

Este tipo de turista é extremamente importante para nós, atendendo a que em norma permanece cá por mais tempo e não é tão exigente como os outros e, melhor do que isso, não destrói o ambiente.

Porém, neste campo, há ainda um longo caminho a percorrer.

Gostaria de, por exemplo, saber o que está a ser feito ou se pensa vir a fazer, em conjugação, se necessário, com outros departamentos, no que concerne à elaboração de cartas das ilhas, (que se encontram bastante desactualizadas), mapas dos trilhos, com sinalização adequada e indicação das distâncias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

A págs. 131 do Programa do Governo pode ler-se que o Governo promoverá "o apoio à execução de projectos que visem recuperar zonas históricas, salvaguardando assim o património e o seu aproveitamento turístico."

Neste contexto, como encara o Sr. Secretário do Turismo e Ambiente a eventual recuperação da zona velha da Horta, vulgarmente designada por vila velha, assim como da parte oeste desta

ilha, dado o papel relevante que o Porto do Comprido desempenhou na caça à baleia, a importância da Ponta dos Capelinhos nos voos dos clippers da Pan America e da recente erupção do Vulcão dos Capelinhos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Diversos sectores criticam com frequência o facto de, como dizem, o Governo ser accionista maioritário de alguns hotéis açorianos.

Na pág. 128 refere-se que o Governo vai "proporcionar à iniciativa privada a possibilidade de adquirir as participações que a Região detém em algumas unidades hoteleiras."

Quando prevê o Sr. Secretário do Turismo e Ambiente desencadear esse processo?

Há porém um ponto em que estou em total desacordo: prende-se com os Museus.

As dificuldades sentidas, por exemplo, na instalação definitiva do Museu dos Baleeiros, pelo pleno arranque do Museu da Horta, assim como pelas vicissitudes por que tem passado a abertura da casa onde estará patente uma colecção de trabalhos relativos à erupção dos Capelinhos, conduzem-me a essa conclusão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

No que respeita ao Ambiente, creio que todos estaremos de acordo em que, dada a fase de desenvolvimento em que nos encontramos, qualquer perturbação ambiental, por pequena que seja, pode causar danos irreparáveis e incontroláveis e, deste modo, pôr em risco não só a nossa qualidade de vida, como também a qualidade da nossa oferta turística.

Dá que me proponha seguir com atenção o que, neste sector, o IV Governo Regional se propõe levar a efeito.

E que, se sob o ponto de vista teórico, é interessante esta associação do Turismo ao Ambiente, ao mesmo não se dirá sob o ponto de vista prático, atendendo aos interesses, não raro antagónicos, entre alguns investidores turísticos e as leis de defesa e protecção do ambiente.

A prática infelizmente ensina-nos que grande parte dos problemas ambientais que nos afligem derivam não da falta de legislação, mas sobretudo do desrespeito a que essa legislação é frequentemente votada.

E é aqui que me parece que um esforço muito grande tem que ser feito no sentido do seu efectivo cumprimento.

E, neste domínio, é pena ter que reconhecê-lo aqui e agora, mas muito há já a fazer na recuperação de algumas zonas recentemente declaradas como reservas naturais.

É que, neste domínio, porventura mais do que

noutros, na acção educativa têm que ser utilizados mais meios físicos e financeiros do que na acção fiscalizadora e punitiva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

A equipa que se encontra à frente da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente darei o benefício da dúvida, prometendo uma actuação crítica, mas responsável, tendo sempre em vista um melhor futuro para todos os que vivem neste arquipélago.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Renato Leal.

Foi o Sr. Deputado Renato Leal a pessoa indicada para ser o Sr. Secretário Regional da Juventude no hipotético Governo do PS, ou seja, o Sr. Deputado é que é a pessoa que o Partido Socialista indicava para ser Secretário da Juventude?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Confirma-se, de facto, como publicamente foi divulgado com fotografia e tudo, que eu fui a pessoa que o Partido Socialista indigitou para, numa eventual vitória nas eleições de 9 de Outubro, assegurar esse departamento que referiu.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para frisar aqui na Câmara que os interesses comerciais sobreponem-se aos interesses políticos.

(Risos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu estranhava que o Sr. Deputado Rui Melo não tentasse intervir depois da minha intervenção. A isso me habituei desde que cá cheguei, para este debate, na passada 2ª feira.

Não sei com que objectivo é que o Sr. Deputado Rui Melo tenta atirar para o ar um palpite desses. Penso que não tendo sido ganhas, pelo Partido Socialista, como ficou provado, as eleições do passado dia 9 de Outubro...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Finalmente admite! Eu estava convencido que ainda tinham ganho!

(Risos do Sr. Presidente do Governo Regional)

O Orador: O Sr. Presidente encontra-se nesse lugar exactamente porque o partido que o Sr. Presidente lidera ganhou as eleições.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Ah! Finalmente! Não tinha ouvido ainda essa da parte do PS!

O Orador: O Sr. Presidente estava à espera que fosse eu e dizer-lhe isso? Pois bem: registarei com prazer que fui eu que lhe dei essa enorme satisfação!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Da parte do PS?!

O Orador: Da parte do PS!

Presidente: Peço desculpa ao Sr. Deputado Renato Leal, mas há uma interpelação à Mesa da parte do Sr. Deputado Oliveira Rodrigues.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostava de interpelar a Mesa porque realmente não posso reconhecer que o Sr. Presidente do Governo Regional, nos seus apartes, tenha o mesmo comportamento que o Deputado da Juventude Social Democrata, Rui Melo, que se quer pôr aqui nos bicos dos pés, embora não saiba porquê.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado, peço desculpa, mas isso não pode ser considerado uma interpelação à Mesa, mas sim um protesto da parte do Sr. Deputado.

Vamos restabelecer a ordem de trabalhos.

Peço desculpa ao Sr. Deputado Renato Leal, mas julguei que era uma interpelação à Mesa e, como tal, tinha que ter despacho regimental imediato.

Assim, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não vou gastar muito mais tempo com o Sr. Deputado Rui Melo. Registarei apenas essa insinuação, uma vez que creio que da minha intervenção e das perguntas que, honestamente, formulei a um membro do Governo Regional, não se poderá aduzir, de modo algum, interesses comerciais.

Fi-lo - repito - e por isso aqui me baterei, na defesa do interesse do ambiente, bastante ameaçado, dos Açores. Não quis descer a muitos pormenores, mas penso que todos estarão de acordo, inclusivamente pelos recentes acontecimentos na Lagoa do Fogo e com as inevitáveis e (talvez?) previsíveis (eu não quero ser maldoso nesse sentido) implicações que teve no abastecimento de água ao Concelho da Ribeira Grande. Mas não vejo que isso possa ter as ditas intenções comerciais que o Sr. Deputado Rui Melo pretendeu atirar para a minha pessoa.

Infelizmente, como disse (não sou só eu que registo), desde a passada 2ª feira que o Sr.

Deputado Rui Melo tem pautado o seu comportamento nesta Casa, que muitos dos seus colegas de bancada têm prestigiado como o órgão máximo da Autonomia, por uma actuação que, infelizmente, não tem assumido aqui esse papel.

É lamentável que tenha utilizado uma intervenção que, porventura, poderia ser delicada e melindrosa, dadas as circunstâncias de - insisto - o Secretário Regional do Turismo e Ambiente ser meu irmão, utilizado, dizia eu, uma das cláusulas do Regimento desta Assembleia para tentar dirigir para a minha pessoa, enfim, o "palpite" - como ele classificaria-que dirigiu.

Registo e tê-lo-ei em devida conta para uma próxima oportunidade, mas não aqui nesta Sala!

Veze do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo. Pedia-lhe que fosse breve, porque o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente também pretende prestar esclarecimentos.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu só quero demonstrar que não insinuei nada porque, Sr. Deputado, nós temos plena confiança no seu irmão: a nossa solidariedade para o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente é total!

O que eu considero é que a política de juventude é também muito importante. Não quero dizer que aquelas que trouxe aqui à Câmara não o fossem, mas a política de juventude também é, e estava a pensar na sua colaboração para a definição dessa política. Era só isso, Sr. Deputado!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente vou prestar alguns esclarecimentos à intervenção do meu ilustre irmão, que acabou de referir alguns pontos sobre o Turismo.

Vou ser muito rápido, porque o tempo de que o Governo dispõe é muito pouco.

Quanto aos "charters", devo dizer-lhe que, neste momento, já existem voos "charters". Logicamente que os voos charters, relacionados directamente com o Turismo, têm a ver com a capacidade hoteleira existente.

Referi ontem, e aliás faz parte do Programa do Governo, que um dos primeiros objectivos será o aumento da capacidade hoteleira. Evidentemente não se poderá pensar em efectuar voos charters enquanto não tivermos o número suficiente de camas disponíveis para podermos albergar as pessoas que vêm nesses voos charters.

Quanto à questão dos passeios a pé e aos mapas de trilhos, está efectivamente prevista a realização e a elaboração desses aspectos.

Relativamente à salvaguarda de zonas com interesse histórico, e concretamente o caso da zona velha da cidade da Horta, devo dizer que está contemplada uma forma de apoio ao projecto da

iniciativa da autarquia local, e não só será esse projecto, como também outros que tenham interesse na salvaguarda do património com interesse turístico.

Quanto à questão de proporcionar à iniciativa privada a possibilidade de adquirir as participações de que dispõe nas empresas participadas pelo Estado, pois ela será feita de acordo com os interessados. Há já, neste momento, intenções de indivíduos que pretendem adquirir parte dessas participações, e elas serão feitas de acordo com a legislação em vigor.

Quanto aos Museus, é evidente que é uma acção conjunta da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente e da Secretaria Regional da Educação e Cultura. Pretendemos, em conjunto, levar a efeito a criação de mais alguns Museus, inclusivamente também no que diz respeito, não só à sua criação, mas também ao seu funcionamento.

A exposição da erupção sobre o Vulcão dos Capelinhos está para breve. Foram realizadas obras recentemente e, possivelmente no início do próximo ano, será aberta essa exposição.

Quanto à questão de desrespeito da legislação do ambiente, estou de acordo que tem havido algum desrespeito pela legislação existente, nomeadamente na criação de algumas reservas, mas também ontem tive oportunidade de referir na minha intervenção que um dos objectivos seria a criação de uma rede de vigilância, precisamente para evitar situações de desrespeito que têm vindo a ser verificadas.

Aproveito a oportunidade para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Rogério Serpa, do Partido Socialista, e ao Sr. Deputado Paulo Valadão, do PCP, ambos das Flores, no que se refere à questão do orçamento da Estalagem das Flores: o processo está completo e o mesmo será lançado a concurso no início do próximo ano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Pedia ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar que providenciasse a sua substituição na Mesa.

(Neste momento ocupou o lugar de Secretário da Mesa o Sr. Deputado David Santos).

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Trago à vossa reflexão um aspecto do Programa do IV Governo Regional dos Açores que me é particularmente caro.

Refiro-me às Comunidades Açorianas espalhadas pelos quatro cantos do planeta Terra que, afinal parece, com o facto de desafiar o conceito de distância, um espaço bem pequeno, na incomensurável vastidão cósmica onde nos inserimos, como seres vivos neste Universo que nos desafia permanentemente.

Falar das Comunidades Açorianas no estrangeiro, é assumir o espírito de aventura de um povo que não se deixou limitar por estes horizontes sempre iguais. Não se ficou pelo comodismo atávico perante as contrariedades do dia-a-dia. Não se "amANHOU" com a falta de qualidade de vida; com a escravidão à terra que mal dava para sustentar os seus; não se acomodou à espera que outros fossem à sombra da sua indiferença, do baixar dos braços, resolver-lhe os problemas.

Pelo contrário. As gentes dos Açores estão habituadas aos grandes desafios. Enfrentaram a fúria da Natureza, a terra a sacudir-lhes debaixo dos pés, a ânsia do mar a querer galgar a terra, o vento em corropios doidos a devastar as culturas, o pão nosso de cada dia...

Fomos e somos gente que não tem medo do mar, do vento e das tempestades medonhas. Por isso, o nosso povo também não receia os desafios do desconhecido. Sai da sua aldeia que salpica de branco o verde da paisagem. Atravessa mares e rasga os céus na ânsia de reencontrar os seus ou à procura de uma vida melhor. Não desiste quando se insinua no meio de gente estranha, falando línguas que não entende, enfrentando usos e costumes novos, desajustados à sua maneira de ser e de estar nas ilhas.

Agarra-se ao trabalho como ninguém. Desde as docas de Nova York, aos verdejantes campos de Connecticut, passando pelas terras férteis de Ontário, pelas florestas do Brasil e pelo exotismo das ilhas do Hawai e da Nova Zelândia, o povo dos Açores espalha-se por esse mundo fora, orgulha-se da terra que lhe serviu de berço e assinala a sua presença, quais padrões de descobrimentos que atestam o facto de também termos passado por aqui.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

Como seria de esperar, o Programa deste IV Governo dos Açores dedica uma especial atenção às Comunidades Açorianas, considerando que a emigração da Região Autónoma dos Açores se reveste de "aspectos específicos que têm de ser levados em conta ao definir-se a política do sector".

Também se assinala que "sendo uma emigração secular, transoceânica, de reunião familiar e de fixação definitiva, deu origem a numerosas e prestigiadas Comunidades Açorianas no novo Mundo".

Mas o que mais nos seduz neste preâmbulo às medidas preconizadas pelo IV Governo dos Açores no que concerne às nossas Comunidades, é o facto do Executivo estar consciente "de que as comunidades Açorianas são o maior apoio humano, vindo do exterior, com que o processo autonómico pode contar". E, mais adiante, refere que o "permanente relacionamento com essas comunidades espalhadas pelo mundo é já, e sê-lo-á cada vez mais no futuro, factor de enriquecimento mútuo, contributo positivo para a defesa dos interesses das mesmas, da Região e até nacionais, reforço da identidade

açoriana e prestígio das instituições autonómicas e da Região".

Não tem conta as vezes em que, através dos nossos emigrantes ou seus descendentes, a Região Autónoma foi prestigiada nesses países de acolhimento.

Ainda recentemente, os Senados Estaduais de Massachusetts, de Rhode Island e da Califórnia, aprovaram uma recomendação ao Congresso dos Estados Unidos da América do Norte, para que os Açores mantivessem os nfeis das contrapartidas pagas a Portugal pela utilização Norte-Americana da Base das Lajes. Apesar das ameaças dos tradicionais profetas da desgraça, de retaliações por parte do Governo da República por via da divulgação de uma carta do Senador Claiborne Pell a dar conta das diligências do Congresso, viu-se que, afinal, resultaram positivamente para o nosso país e para os Açores, essas iniciativas dos mencionados Senados Estaduais, o que muito nos honra.

É por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que damos o nosso apoio às medidas preconizadas no Programa do IV Governo dos Açores, no que diz respeito às nossas Comunidades das quais nos permitimos salientar a que assegura a "informação mais completa e actualizada possível de e para as Comunidades Açorianas, privilegiando os mais modernos e eficazes meios de comunicação"; a que preconiza a "concretização de iniciativas e colaboração com acções que resultem numa maior divulgação da nossa cultura"; a que incentiva a "promoção de acções no sentido de solidificar o prestígio das Comunidades Açorianas no estrangeiro e estreitar os laços que as unem à comunidade residente"; a "difusão das oportunidades de investimento directo e produtivo na Região"; a estimulação da "participação cívica e política dos açorianos nos países que os acolheram e na comunidade de origem", mediante, neste último aspecto, o "reconhecimento do direito de voto, nas eleições legislativas regionais"; e, "the last but not the least", "melhorar os serviços de apoio aos açorianos não residentes que se encontrem de visita aos Açores, quer através dos departamentos governamentais, quer colaborando e apoiando outras entidades".

Paralelamente a estas medidas práticas preconizadas pelo IV Governo dos Açores, há que incentivar a criação de Associações de Amizade, uma das quais já existe e tem apoiado de várias formas aqueles que nos vêm visitar das distantes ilhas do Hawai.

O contacto assíduo com os Senados Estaduais onde a nossa gente mais se encontra representada; o convite a personalidades políticas e empresariais desses países de acolhimento para que visitem a nossa Região, permitindo-lhes um conhecimento efectivo das nossas realidades como povo e como Região, acabando com estigmas que nos colam

a etnias que pouco ou nada têm a ver conosco, são também perspectivas abertas neste Programa do IV Governo dos Açores, a que se junta a necessidade de um contínuo e alargado esforço no intercâmbio entre órgãos de comunicação social locais e os que exercem a sua actividade nas dinâmicas comunidades emigradas.

Estamos cientes da importância destas medidas que visam consolidar profundas ligações com aqueles que, um dia de um ano qualquer, tiveram necessidade de despedir-se das aldeias que salpicam o verde das colinas, do rendilhado do mar que se roça nos rochedos de lava, olhar para o horizonte imenso que rodeia as ilhas e partir.

Até um dia, se Deus quiser.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart.

Peço ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar que designe um substituto.

(Neste momento ocupou o lugar de Secretário da Mesa o Sr. Deputado Fernando Fonte)

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

No exercício do poder que lhe é conferido pela alínea j) do artigo 32º da Lei nº 9/87, de 26 de Março (Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores) está esta Assembleia a apreciar o Programa do IV Governo Regional dos Açores.

Poderia começar esta minha intervenção repetindo o que aqui já dissemos por várias vezes, aquando da discussão dos Planos Regionais, porque, ao analisarmos este Programa do Governo, chegámos à conclusão - uma vez mais - que muitas medidas essenciais e necessárias para o efectivo desenvolvimento das nossas ilhas e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida de quem aqui vive, não são contempladas.

O Programa do Governo, para além de repetitivo, limita-se a reformular intenções desgarradas, muitas já anteriormente enunciadas, mas que os sucessivos Governos Regionais do PSD foram incapazes de pôr em prática.

A Constituição confere a todos os portugueses o direito a uma habitação condigna.

Mas apesar deste ter sido sempre apontado como um dos sectores prioritários, a política dos sucessivos Governos Regionais do PSD neste sector, como em muitos outros, falhou sempre.

Perante um parque habitacional envelhecido e muito degradado, com especial incidência nos meios urbanos e suburbanos, os Governos Regionais do PSD foram incapazes de pôr em prática um verdadeiro e eficiente programa de recuperação da habitação degradada, onde não imperasse a burocracia

cia, as injustiças e o compadrio.

É urgente proceder-se a um levantamento do grau de degradação do parque habitacional da Região e à sua rápida recuperação, para que se evitem catástrofes em futuras crises sísmicas.

É necessário proceder já à criação de mecanismos que possibilitem, a proprietários e rendeiros, a rápida recuperação e consolidação das casas degradadas, para que amanhã não nos lamentemos de algum desastre.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo Regional:

Propunha o III Governo Regional no seu Programa, cito: "que a política de habitação tenha como objectivo primordial a atingir a garantia do direito a uma habitação condigna e do acesso à habitação própria" e o que verificamos é que o direito constitucional "a uma habitação condigna" não passa do papel e que é cada vez mais difícil o "acesso à habitação própria".

Hoje, como o jogador que "baralha as cartas e dá de novo" propõe-se o IV Governo Regional, cito: "prosseguir uma política agressiva na área da habitação de modo a que a cada família corresponda uma habitação condigna."

Perante esta afirmação assalta-nos a dúvida se o Governo Regional irá mesmo "prosseguir" na sua apatia perante a "política agressiva" do Governo de Cavaco Silva, ao orçamento familiar dos beneficiários de empréstimos para habitação, que viram as suas prestações aumentarem em mais de 100%.

Obrigou-se o extinto III Governo Regional no seu programa, aprovado nesta Assembleia, a "implementar um sistema regional de incentivos à construção e aquisição de casa própria, mediante a criação de linhas de crédito apropriadas", o que não foi capaz de concretizar.

O IV Governo afirma-nos agora que "apoiará os mecanismos que criem as condições de financiamento de modo que se alargue o mercado da habitação própria".

Que credibilidade nos poderá merecer esta afirmação?

Quando da discussão do Plano a Médio Prazo 85/88, em Março de 1985, considerámos que cito: "os mecanismos existentes não são suficientes para que uma boa parcela da nossa população possa conseguir ter uma casa. É preciso criar novos mecanismos, pois só assim será possível viabilizar o acesso a casa própria de uma boa parcela da nossa população".

Dissemos então que "uma das formas de resolver o problema habitacional das pessoas de fracos recursos financeiros é a construção de habitação social. Não em grandes bairros que poderiam correr o risco de se transformarem em "ghettos" mas em pequenos aglomerados, distribuídos por várias localidades de forma a se possibilitar a essas pessoas a sua integração na sociedade".

Afirmámos ainda que "existe um outro estrato social - a chamada "classe média" - que não tendo acesso ao programa de auto-construção, encontra sérias dificuldades em concretizar o sonho (quantas vezes necessidade) de construir a sua casa.

É com alguma expectativa que aguardamos ver concretizadas algumas destas medidas, quando lemos no Programa do Governo que cito: "queremos uma política desburocratizada e eficaz nas facilidades de construção de habitação própria que alargue a sua actuação a outras camadas sociais, que no actual esquema não são contempladas".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo Regional:

Verificamos assim que algumas das medidas preconizadas pelo PS ao longo destes anos e insertes no nosso Programa de Governo, poderão ter sido acolhidas pelo IV Governo Regional.

No entanto, para alterar radical e definitivamente o panorama habitacional dos Açores, julgamos necessário definir para a Região, em colaboração com as instituições nacionais especializadas no crédito habitacional, novas vias de acesso ao crédito e novas formas de amortização dos empréstimos que permitam, quer aliviar o esforço inicial do investimento, quer adequar as amortizações aos rendimentos.

Reformular todos os esquemas de apoio à construção e aquisição de habitação própria praticados até hoje na Região, ampliando o âmbito da sua aplicação e simplificando e acelerando o seu processamento, com total transparência, e definir medidas de política habitacional, quer de aplicação em toda a Região, quer de aplicação específica em determinadas zonas, adequando os meios disponíveis às carências reais, são medidas que se impõem.

Os baixos rendimentos da esmagadora maioria da população dos Açores, devem motivar a regionalização das taxas de juro para a habitação, com a correspondente bonificação a suportar pelo Orçamento Regional.

O direito à habitação deverá ter uma concretização prática que signifique a possibilidade de todas as famílias poderem dispor de um alojamento condigno, com o mínimo de conforto, em áreas de fácil acesso ou próximo do local de trabalho e num quadro de vida humanizado.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há cerca de doze anos, a primeira reunião da Assembleia Regional marcou o início de uma nova época na história dos Açores. Uma época de esperança; de enorme confiança nos resultados do funcionamento de uma autonomia democrática, portadora da entusiasmante novidade de assegurar, como nunca havia acontecido antes, a participação directa e eficaz do povo deste Arquipélago na orientação dos seus destinos. Estavam criadas

condições para que a unidade dos Açores, a cooperação solidária entre todos os Açorianos, a promoção da justiça, da liberdade e do bem estar pudessem ser as **realidades desejadas** e concretizadas pelas nossas próprias mãos.

Os anos que se seguiram trouxeram-nos equipamentos colectivos e serviços sociais básicos; investimentos públicos em obras de inegável utilidade e há muito reivindicadas a redução dos estrangulamentos, a solidariedade regional e a coesão do Arquipélago; a credibilidade internacional do regime autonómico; soluções específicas para os nossos problemas; incentivos para os investimentos privados; um espaço e uma oportunidade diferentes, para melhor, na procura do desenvolvimento económico e na realização cultural.

Mas também sobrevieram dificuldades emergentes de políticas económicas restritivas lançadas para debelar crises que não havíamos gerado; da protecção gravosa para a nossa economia de interesses de outras regiões do País; dificuldades derivadas da necessidade de dar prioridade e de concentrar esforços e recursos na recuperação de bens e actividades destruídas por crises sísmicas; dificuldades criadas por incompreensões ou suspeições infundadas relativamente ao propósito de adaptar o regime de autonomia a novas exigências decorrentes da evolução económica e social ou da necessidade de introduzir aperfeiçoamentos político-jurídicos destinados a evitar conflitos desnecessários e o bloqueio de soluções.

Como há doze anos atrás, estou convencido de que, sem autonomia, nunca existirá democracia, nem liberdade, nem justiça nos Açores e o caminho do desenvolvimento será **estreito, penoso e sem fim**.

Que compromissos estamos dispostos a assumir, para os próximos quatro anos, nas áreas governativas que me estão confiadas?

Ao Departamento da Economia do Governo Regional incumbe especialmente:

- a promoção do investimento que aumente a riqueza e o emprego;
- a gestão das participações da Região em empresas públicas ou de economia mista, com a possibilidade que a lei geral hoje confere de as transferir, por venda, para o sector privado, com a finalidade que adiante referirei;
- promover o normal funcionamento do mercado com vista a garantir em todo o Arquipélago uma oferta de bens essenciais com níveis adequados de qualidade e preços;
- definir e concretizar uma política industrial realista, sem protecctionismos, mas com correcção das imperfeições e distorções, no âmbito de uma actuação essencialmente estimuladora, reguladora e fiscalizadora;
- assegurar o abastecimento energético, que o farei, sem esquecer qualquer sector de activida-

de económica e as necessidades das famílias;

- definir e concretizar uma política de transportes que, com racionalidade e eficiência, melhore a acessibilidade no interior da Região, e entre esta e o exterior.

Em primeiro lugar, quero afirmar nesta Assembleia, que o Governo levará por diante essas tarefas, que incumbem especialmente ao Departamento que me está confiado, de acordo com os princípios da social democracia que, na sua aplicação ao caso concreto da Região, recomendam:

- um crescimento económico **equilibrado e disseminado** que promova a coesão e a solidariedade entre todos os Açorianos;
- a humanização do trabalho e a modernização económica;
- o diálogo, a cooperação e a concertação social como vias para a harmonização de interesses;
- o respeito pela livre iniciativa individual, pelo direito à diferença, pelo predomínio dos mecanismos do mercado, mas com regras de funcionamento e transparência;

Em segundo lugar, na convicção de que os Açores encontram nas Comunidades Europeias um quadro adequado à sua modernização e desenvolvimento, à resolução dos seus maiores problemas e de que os períodos de transição nos oferecem um importante conjunto de vantagens e de condições especiais, a saber: protecção perante a concorrência; derrogações de normas comunitárias; apoios financeiros ao investimento produtivo e a operações de reestruturação e reconversão sectoriais.

À Comunidade Económica Europeia, temos ido e poderemos continuar a ir buscar os recursos financeiros que no País rareiam. Isto sem esquecer os aspectos fortemente positivos do reforço dos laços económicos às comunidades dos nossos emigrantes no estrangeiro.

Passo em seguida a considerar, relativamente a cada uma das áreas que a Secretaria Regional da Economia abrange, os objectivos e as medidas programáticas concretas.

Incentivar o investimento produtivo na Região é uma tarefa que requer especial cuidado e medidas de apoio adequadas à redução ou eliminação de bloqueios derivados da dimensão, isolamento e fragmentação da nossa economia.

É necessário:

- Reformular o quadro de incentivos fiscais ao investimento, não só através da solução da Zona Franca de Santa Maria, relativamente à qual importa conseguir a publicação de diplomas cujos projectos se encontram prontos respeitantes ao estabelecimento de **sucursais financeiras, gestão fiduciária off shore, serviços notariais**, mas também através de definição de sistemas de exoneração fiscal no âmbito do Código de Benefícios Fiscais cujo projecto nacional está já concluído.

Admito a hipótese neste domínio de se optar por um sistema de incentivos selectivos de aplica-

ção casuística através do regime contratual, de preferência a um sistema genérico, de modelo standard.

- Melhorar o regime de incentivos de natureza financeira por forma a conjugá-los com os concedidos pela CEE e os de âmbito nacional. Estabelecer nesta área um quadro estável de incentivos e de acesso rápido. Os procedimentos estão acordados já com os departamentos competentes do Governo da República e assegurada a intervenção do Governo Regional, importa agora, o que se fará, uma grande divulgação. Será criado um serviço exclusivamente dedicado à "gestão" dos incentivos, não burocratizado, que racionalize os já existentes, naturalmente que será revista a estrutura de gestão dos parques industriais. Os múltiplos sistemas de incentivos irão ser compatibilizados.

Concomitantemente, desenvolver-se-ão acções de promoção das oportunidades de investimento na Região perante potenciais investidores no exterior e incentivar-se-á a cooperação empresarial como processo de defesa dos interesses regionais.

- Serão prevenidos aventureirismos em matéria de investimento.

- Facilitaremos o diálogo entre os investidores e a Administração, reduzindo o número de interlocutores governamentais.

O reforço do apoio técnico e financeiro ao artesanato regional, a aplicação de medidas sobre o ordenamento industrial que se incluem numa nova gestão para o estabelecimento de parques ou zonas industriais, a dinamização do Parque Industrial de S. Miguel, o estabelecimento de um programa de desenvolvimento das áreas envolventes do Porto da Praia da Vitória, a intensificação da investigação e inovação tecnológica, a elaboração de um guia do investidor, são, entre outras, medidas concretas.

Se o tecido empresarial da nossa Região precisa de ser reforçado e ampliado, há que conseguir que os circuitos comerciais funcionem com base em preços realistas, sem proteccionismos e situações de excepção.

Na área do comércio, o Governo prestará uma atenção permanente à evolução dos preços e à garantia do abastecimento...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Espero bem que sim!

O Orador: Com a sua ajuda, Sr. Deputado, que não tem sido dada até agora!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Estarei aberto para quando isso for necessário!

O Orador: Com certeza, Sr. Deputado! Se for como a ajuda que o Partido Socialista até agora deu ao desenvolvimento da Região, estaremos conversados!

Mas, dizia, o Governo apoiará a formação pro-

fissional, especialmente no domínio da gestão de stocks, e também em cooperação com as associações empresariais apoiará a modernização e promoverá a fiscalização e o cumprimento de normas que visem assegurar a defesa do consumidor. Incrementará os apoios às acções de promoção e distribuição externa dos produtos regionais.

O sector empresarial público da Região deve ser sujeito a medidas que o reformem, no sentido de que a gestão das participações detidas pela Região nas empresas públicas ou empresas de economia mista, inclua os casos em que se justifique o interesse regional.

Aprovado o quadro legal sobre as privatizações, o que só ocorreu em meados do corrente ano, ficamos agora em condições de permitir a entrada de capital privado nas empresas Públicas Regionais, convindo que fosse baseada numa forte componente de accionistas populares, disseminação de capital esta que deverá beneficiar, em primeira linha, os trabalhadores das próprias empresas. Os meios financeiros libertos com a alienação poderão ser reafectados ao próprio sector, noutras empresas públicas, ou para proceder a amortizações da dívida pública regional. O regime de alienação está previsto na lei geral, competindo-nos agora escolher as empresas, fixar o calendário e a forma de alienação. Fá-lo-emos com prudência, transparência e rigor processual e nos casos em que o interesse regional o justificar. Recorreremos aos mecanismos do mercado, faremos acompanhar o processo de um júri independente e qualificado, e começaremos por uma concreta avaliação das empresas a privatizar.

Esta será também uma forma concreta de dinamizar o mercado de capitais na nossa Região.

No sector estratégico dos transportes, a prioridade será estabelecida, obviamente, a favor dos transportes marítimos e aéreos, para os quais, no novo quadro criado pelo aparecimento de novas empresas no caso do transporte marítimo e pela definição do novo quadro legal da política aérea para o País anunciado recentemente pelo Ministro dos Transportes, no respeito, como ele afirmou, pelas "soluções específicas" para a problemática das ligações de, para e entre as Regiões Autónomas, no quadro da solidariedade nacional.

Está assegurada a nossa participação na definição da política aérea nacional.

Entendemos que a C.E.E. deve contribuir para a atenuação do custo do transporte de pessoas e bens de e para a Região e entre as ilhas.

Iremos defender a elaboração de uma carta de transportes aéreos e marítimos que identifique e quantifique o problema dos transportes nas regiões insulares, quanto a tarifas, capacidade e frequência para efeitos de aplicação dos princípios da coesão económica e social prevista no "Acto Único".

Defendemos como sendo o interesse regional a existência de uma empresa regional de transportes aéreos com capacidade para o transporte inter-ilhas e para operar nas linhas de e para a Região em voos regulares ou não.

O Governo da República já aceitou, abriu a outras companhias, que não a TAP, as linhas regulares de e para as Regiões Autónomas.

A revisão profunda da estrutura das tarifas dos transportes marítimos de e para a Região, o apoio às empresas de transportes marítimos inter-ilhas, o projecto correspondente à primeira fase do Porto da Praia da Vitória, a construção do Porto das Flores e do Corvo, a ampliação do Porto das Velas, em S. Jorge, as obras no Porto de Ponta Delgada, e o estudo da forma de o desorganizar são outras tantas medidas concretas do Programa do Governo nesta área.

São também medidas concretas no sector das infraestruturas do transporte aéreo: a 2ª fase do aeroporto de S. Miguel; a ampliação do aeroporto das Flores; as obras de melhoramento nos aeroportos do Faial, Pico, Graciosa e S. Jorge.

A segurança dos aeroportos será também objecto de investimentos adequados.

No campo da energia:

- Concluir a cobertura energética do Arquipélago;

- Diversificar as fontes de energia primária;
- Evitar as flutuações de preços e o aprovisionamento, são objectivos que procuramos alcançar.

Temos medidas, das quais saliento:

- A concretização do projecto geotérmico e aproveitamento de energia hídrica e eólica;

- O aumento da potência instalada (Central do Pico);

- Investimentos na renovação de redes.

Dois programas, um de âmbito europeu e outro de âmbito nacional, serão divulgados e adequadamente aproveitados: o Programa Valoren e os Sistemas de Incentivos à Utilização Racional de Energia.

Vale a pena agora, Srs. Deputados, dedicarmos alguma atenção ao Programa, não sei se hei-de chamar eleitoral, se Programa de Governo, do Partido Socialista - o Programa que o Partido Socialista apresentou, aqui várias vezes dito hoje durante esta Sessão, no dia 2 de Outubro.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Outra vez?!

O Orador: É outra vez porque ele merece ser lido e apreendido nos seus objectivos.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Pode ser que V. Exa. aprenda alguma coisa!

O Orador: É isso que vamos ver, Sr. Deputado: vou-lhe demonstrar quem é que tem que aprender!...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Não se considere o único dono da verdade, do saber e da ciência!

O Orador: O Sr. Deputado é que o tem feito ao longo desta Sessão, considerando-se o único dono da verdade, pretendendo ser a consciência

da Assembleia Regional.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Não... não! Veremos é o futuro!

O Orador: O Sr. Deputado não o foi nas outras nem o será nesta: faltam-lhe condições!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que ouvimos dizer pela boca do deputado que agora sai da Assembleia tratar-se de um programa eleitoral, afinal era um autêntico Programa de Governo. Vou ler as primeiras cinco palavras por que começa o dito programa eleitoral:

"O presente Programa de Governo (estou a citar e é do Partido Socialista) inspira-se numa filosofia política..." - que é a vossa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): A honra é nossa!

O Orador: A páginas 15 desse programa está uma passagem que eu desafio qualquer deputado desta Assembleia, desafiava a Região a interpretá-la e a explicar-nos aquilo que diz. Vamos ver:

"Uma das áreas da política económica em que mais se faz sentir a necessidade de uma orientação inovadora é precisamente a da política do investimento." - investimento está mal escrito mas não faz mal.

(Risos do PSD e do Governo)

"A aceitação dos recursos nas grandes áreas de investimento (agora bem escrito) tendo em atenção o seu impacto sobre os equilíbrios relevantes a nível regional, inter-regional e sectorial deverá constituir um dos eixos prioritários do planeamento a médio e a longo prazos em estreita articulação com o desdobramento das políticas económicas conjunturais."

O que é isto, Srs. Deputados?

(Risos do PSD e do Governo)

Isto não é tecnocracia: isto é outra coisa!

Deputado António Cordeiro (PS): Como é que se chama?

O Orador: É, "confusocracia", Sr. Deputado!

(Risos do PSD e do Governo)

Mas não acaba aqui; há mais, e ainda tenho tempo para o fazer.

- O que é que o Partido Socialista propunha como medidas concretas numa determinada área?

Programa de Governo:

"Regionalizar o Banco de Portugal"!

(Risos do PSD e do Governo)

Está dito: "Adequar a estrutura e funções do Banco de Portugal na Região a uma realidade autónoma por forma a responder cabalmente às exigências de política económica definida nos Açores."

Mais: O que é que o Partido Socialista propunha ainda dentro da área financeira?

- "Definição das normas de selectividade do

crédito com especial atenção ao crédito de investimento que deverá ser bonificado para as empresas seguradoras..."

Aquilo que nos acusaram aqui: expansão do papel das empresas seguradoras!

Estas são as medidas concretas que o Partido Socialista apresentaria.

Mas indo mais adiante poderemos verificar que o Partido Socialista pretendia constituir associações que são de âmbito privado (e devem sê-lo) como podemos ver a páginas 11, que diz o seguinte:

"Promover associações de defesa do consumidor..."

Não é ao Governo que compete promover associações! Isto está cá dito na página 11!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): É óptimo! Não compete ao Governo...

O Orador: O Partido Socialista propunha-se mais. Pode sobrar o entusiasmo, mas de facto é tal o panorama, são tais as enormidades que eu aqui leio...

Deputado António Cordeiro (PS): Isto parece a feira das vaidades!

O Orador: Até agora, Sr. Deputado, vaidades foram as vossas! Desde que esta reunião começou até agora, não ouvi dizer aqui outra coisa que não fosse a de que iriam ganhar as eleições daqui a 4 anos.

Isto é uma profecia dita em verso: é uma autêntica profecia de Bandarra!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Braga.

Deputado João Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos quase no fim dos debates do Programa do IV Governo Regional para os próximos quatro anos. Vem isto na sequência do mandato que nos foi conferido no dia 9 de Outubro pelo povo dos Açores. A maioria nesta Assembleia continua a ser do PSD, mas desta vez com apenas um deputado a mais que a oposição.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): É o bastante!

O Orador: Ninguém está a dizer que não é!

Tal facto evidencia bem o descontentamento de uma grande parte da população destas ilhas em relação à política do PSD. Quer isto dizer que os consecutivos Governos do PSD, em doze anos, não foram capazes de conduzir a sociedade açoriana num rumo de progresso e bem estar que lhes permitisse vislumbrar com optimismo um futuro melhor, e sem receios dos desafios que o mundo de hoje nos apresenta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da leitura deste Programa fica-se com a sensação de que será agora que finalmente o Governo PSD vai acabar, de uma vez por todas, com os

problemas desta Região.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Vai ser da próxima ainda!

O Orador: Muitos dos princípios e intenções enunciados evidentemente não são para cumprir. Eles são principalmente para consumo interno dos ainda não crentes do PSD, um isco para os indecisos e uma armadilha para os descrentes. É a demagogia já em marcha para o próximo acto eleitoral.

Qualquer pessoa esclarecida sabe perfeitamente que este Governo, à semelhança dos anteriores, não terá capacidade de pôr em execução este Programa. Será o falhanço, o descrédito e a queda do PSD na Região Autónoma dos Açores daqui a quatro anos.

Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): O Sr. está preocupado com isso?!

Deputado António Cordeiro (PS): Ele é de Santa Maria e sabe isso muito bem!

O Orador: Já ganhámos duas vezes seguidas!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E atentando a questões mais concretas do Programa, e na parte que se refere à Zona Franca de Santa Maria, se poderá ajuizar da seriedade das propostas do Governo. O Programa diz que a Zona Franca de Santa Maria, com o Aeroporto de Santa Maria, o Porto da Praia da Vitória e o Parque Industrial da Ribeira Grande, constituem um conjunto de real valor para a captação do investimento externo. Três infraestruturas que se juntaram, e estão a ser valorizadas juntas. Interessa-nos antes saber separadamente o valor de cada uma no contexto da Zona Franca e o que está realmente previsto para cada uma delas concretamente.

O facto é que tanto o Aeroporto de Santa Maria, como o Parque Industrial da Ribeira Grande aguardam há anos o seu devido aproveitamento.

Não existem indicadores, pelo menos que se conheçam, de que as coisas relativamente à Zona Franca de Santa Maria estejam a evoluir no bom sentido. Até parecem estar numa fase estacionária, e ouve-se falar em recuos, consórcios falidos, etc. Da nossa parte, e no que diz respeito a Santa Maria, continuaremos a afirmar que só a viabilização de um espaço franco alargado a toda a ilha poderá dar satisfação àquilo para que foi criada a Zona Franca de Santa Maria.

Convém lembrar que, outrora, a Zona Franca era a tábua de salvação para o reactivamento do Aeroporto de Santa Maria, e que agora parece também ser para o Parque Industrial da Ribeira Grande e o Porto Oceânico da Praia da Vitória. Mais adiante o Programa ainda diz que o Governo Regional vai desencadear uma operação de chamamen-

to de possíveis utilizadores do Aeroporto de Santa Maria, o que significa então que já se perderam as esperanças dos efeitos da Zona Franca relativamente ao aproveitamento do Aeroporto. - Esperamos é que esse chamamento não seja para militares -.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente aos aeroportos a cargo da ANA-EP, do Governo Regional, a SATA, etc., terão de passar por uma redefinição da política aérea, não só regional, mas também nacional. Não se poderá dissociar uma coisa da outra. É claro que o Governo Regional tem a consciência pesada relativamente ao Aeroporto de Santa Maria. Daí que se alvitre uma operação de chamamento, se enalteça o seu valor em relação à Zona Franca, contudo nada de realístico é feito em relação àquele aeroporto.

Na verdade o que realmente se enquadraria neste Programa, atendendo ao princípio apontado de que um dos vectores específicos para a Ilha de Santa Maria é o turismo, seria com certeza, como intenção lógica, facto concreto e realístico, de fácil solução, e nada difícil de acreditar, seria a passagem de um voo da TAP, intercontinental por aquela ilha, já não digo semanalmente, mas pelo menos quinzenalmente. O Aeroporto de Santa Maria, juntamente com o das Lajes, são os aeroportos que operam 24 horas por dia. Tal medida não nos parece que traria encargos adicionais. Seria uma consequência lógica das boas intenções do Governo, e constituiria uma referência positiva em relação à implantação do projecto do Atlântico (NAV 2) em Santa Maria.

E para finalizar este assunto da Zona Franca e Aeroporto, gostaria que o Governo me respondesse qual a localização prevista relativamente ao centro de operações financeiras na Zona Franca de que fala o Programa e também qual o ponto da situação relativamente ao projecto do Atlântico (NAV 2).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E reportando-nos um pouco para a parte do programa que se refere directamente ao problema dos transportes aéreos e marítimos verificamos que se aponta para o acabamento e melhoramento das infra-estruturas portuárias e aeroportuárias.

Não o achamos suficientemente elucidativo relativamente à política da Transportadora Aérea Regional SATA, em matéria de renovação de frota e políticas de transportes para o exterior.

Temos ainda presente aquilo que foi o aluguer de um jacto à British Aerospace e os seus custos ainda não bem esclarecidos.

Assim perguntamos:

Que tipo de frota vai a SATA adoptar e que estudos estão feitos para renovação dessa frota? Na renovação da frota estão ou não estão previstos já a compra de aviões para voar para o exterior, nomeadamente para Lisboa?

E relativamente aos transportes marítimos o programa aponta para uma intervenção no preço dos transportes marítimos na Região e no tráfego com origem e destino no Continente.

Assim como se afirma que se tomarão medidas no que concerne a manuseamento de cargas, de modo a conter os custos destas operações.

Não tendo o Governo qualquer interferência nos transportes marítimos que ligam a Região ao exterior, e não estando prevista a criação de uma empresa marítima para as ligações inter-ilhas, como pensa o Governo intervir na política dos custos dos transportes marítimos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assiste-me ainda aqui lançar uma outra questão também relacionada com os transportes e que tem a ver com as ilhas do Grupo Ocidental, e mais propriamente as Flores e o Corvo.

As infra-estruturas de portos e aeroportos lançadas nas ilhas mais pequenas obedeceram a uma concepção de desenvolvimento regional que, quanto a nós, marginaliza as ilhas mais pequenas e que não têm nada a ver com o desenvolvimento harmónico. No fundo é aquilo que se passava em ponto mais pequeno entre o Continente e as Regiões Autónomas.

Considero como caso mais flagrante o porto que se pretende levar a efeito na Ilha das Flores. Convém lembrar que o Aeroporto das Flores, mercê da orografia, tem características de operacionalidade muito limitadas, e que mesmo com o assunto da pista não alterará grandemente esta característica. As Flores e o Corvo são ilhas isoladas, e continuarão a sê-lo.

Quando o Governo Regional opta para aquela ilha por um porto de recurso, em vez de um verdadeiro porto de abrigo, está a condenar aquela ilha ao isolamento por mais uns séculos.

Tenho dito.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para prestar esclarecimentos, suponho eu.

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): Não é para prestar esclarecimentos, mas para pedir um esclarecimento.

Presidente: Então tem a palavra para pedir um esclarecimento.

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para perguntar ao Sr. Deputado que acaba de falar se o Partido Socialista mantém o interesse em que a Zona Franca se instale e funcione em Santa Maria, e se mantém também a afirmação de que Zona Franca nos Açores é a de Santa Maria e mais nenhuma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Braga.

Deputado João Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Evidentemente que nós queremos a Zona Franca de Santa Maria.

Entretanto, e como se têm desenrolado os acontecimentos - desde o início que nos foi prometida a Zona Franca - convém lembrar bem que o Governo quando retirou a placa giratória de Santa Maria prometeu uma Zona Franca **para** Santa Maria.

Uns anos mais tarde, alargou a Zona Franca a toda a Região. Nós queremos a Zona Franca em Santa Maria, mas não acreditamos nessa Zona Franca!"

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): Na Zona Franca de Santa Maria?!

O Orador: Não acreditamos na Zona Franca de Santa Maria em Santa Maria! A Zona Franca não é já de Santa Maria: a Zona Franca é a Zona Franca dos Açores! Esse é que seria o nome da Zona Franca: de Santa Maria mantiveram apenas o nome. É isso que acontece!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para prestar um esclarecimento.

Programa do Partido Socialista (pág. 15):

"m) Concretização de **Zonas Francas...**".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos do PSD)

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Nunca mais caem noutra!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

As últimas eleições legislativas regionais suscitaram, com uma amplitude nunca antes verificada, a questão da participação política dos jovens no processo autonómico dos Açores.

Assistimos, então, ao prenúncio, do que hoje é um dos aspectos mais relevantes da composição desta Assembleia: a tradução parlamentar, por via de organizações políticas de juventude, dos jovens açorianos.

Cabendo a este Parlamento representar ideologias e projectos, interesses e convicções, é imprescindível que a juventude, como bloco socialmente autonomizável, esteja aqui representada.

Numa palavra, e tendo por certo e inevitável a existência de uma perspectiva geracional da política, só com a participação da juventude neste órgão de poder legislativo se consegue retratar institucionalmente a complexidade da realidade social.

Sem a presença da JSD num órgão representativo como esta Assembleia, activam-se processos de representação que, embora legítimos, não são politicamente aconselháveis, porque um contributo

sentido é sempre insubstituível quando tem por base uma geração.

Trata-se de algo que há muito recortamos como socialmente exigível, politicamente imprescindível e culturalmente benéfico numa sociedade que se quer politicamente participada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A tarefa presente desta Assembleia é apreciar e votar o Programa do IV Governo Regional dos Açores.

Temos, pois, entre mãos um documento que orientará a condução do nosso destino colectivo nos próximos quatro anos. Como tal, este Programa contempla os princípios de actuação política que denunciam a filosofia económica, social e cultural que presidiu à postura do PSD perante o eleitorado açoriano.

Neste documento, encontram-se ainda as medidas que são consequência das opções de fundo que este Governo corporiza.

Estamos, assim, perante o quadro de actuação do IV Executivo Regional nas mais diversas áreas, entre as quais se encontra a da juventude.

Este Governo, enriquecido organicamente com a Secretaria da Juventude e Recursos Humanos, reflecte no seu Programa um compromisso sério e responsável com a juventude.

Desde logo porque se reconhece que a juventude deve ser alvo de uma política global e integrada e porque se sublinha o carácter inter-sectorial das medidas e decisões a tomar neste campo.

Sendo assim, nenhum discurso ou intervenção poderá ter a pretensão de esgotar o debate sobre a política de juventude. A sua construção implica um esforço contínuo, recheado de ideias e de princípios, de preocupações e de problemas, de medidas e de decisões, tendo sempre como pano de fundo a coerência e coesão entre todos os vectores, que deve ser assegurada pelo Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

O capítulo de juventude do Programa do Governo agora em apreciação, comporta três grandes domínios: o social, o económico e o cultural.

Na verdade, uma política de juventude corporiza uma importante componente social, na perspectiva de solidariedade que transparece no apoio ao jovem deficiente, na prevenção e dissuasão de comportamentos anti-sociais e marginais de alguns jovens, no combate à exploração de mão-de-obra infantil, que deve ser levado a cabo através de uma diferente concepção de Direito Penal e procurando o envolvimento dos parceiros sociais. Mas se este é o ramo mais sentido e visível da solidariedade, este importante postulado da social democracia tem também uma aplicação de sentido contrário. Refiro-me à solidariedade que comporta uma política ambiental que assegure uma gestão dos recursos naturais de forma a que hoje não se esgotem potencialidades naturais

não recuperáveis no futuro. O contrário seria a atribuição de uma herança vazia às gerações futuras.

Mas, em todo este contexto, a família assume uma das faces mais nobres.

Como reduto de convivência e acolhimento, a família, na sua riqueza substancial, é o agente modelador de toda a intervenção e cabem-lhe especiais responsabilidades na mediatização dos conflitos sociais.

Contudo, esta importante função da família é posta em causa ou reduzida devido a carências financeiras e materiais que por vezes desembocam nos problemas da habitação.

É o cruzamento da dimensão social com as condicionantes económicas.

Nos dias que correm é urgente facilitar aos casais jovens a aquisição de casa própria, por isso grande parte da agressividade da política de habitação deste Governo vai concentrar-se neste problema.

Mas não se pense que a juventude é apenas uma faixa populacional cuja função se reduz a um papel de consumidor passivo. Os jovens também são capazes de criar riqueza, de ter iniciativa e de correr riscos, qualidades essenciais para a criação de uma geração de novos empresários. Mas para tal necessitam de apoio que deve concretizar-se em incentivos à criação de empresas pelos jovens, na implementação de uma Bolsa de Ideias e nas ajudas financeiras que a nossa integração na CEE pode proporcionar. Este estimular do espírito de iniciativa e capacidade empreendedora dos jovens, levará à criação de emprego através da constituição de pequenas e médias empresas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

O que os jovens solicitam de solidariedade, podem oferecer de riqueza no futuro. Mas não apenas uma riqueza material. Recebida uma herança cultural, os jovens são capazes de desenvolver novas formas de cultura e expressão, partindo da sua identidade pessoal, da experimentação de novas formas de vida, de novos meios de comunicação, da criatividade cultural e artística, valorizando o presente e oferecendo um importante capital humano para o futuro, imprimindo-se, pelos valores intrínsecos que corporizamos, o prenúncio de novas coordenadas culturais.

A reforma das reformas é sempre uma reforma do ensino e a mudança das mudanças é necessariamente a das mentalidades.

Na linha do que a JSD tem defendido a todos os níveis da sua estrutura, nunca é demais repetir que a escola deve ser mais humana e menos fábrica. Só assim ela poderá ser palco de uma formação integral do cidadão de amanhã.

O insucesso escolar, assumido como magno pro-

blema, deve ser equacionado numa perspectiva em que reconheçamos que é também um insucesso educativo. Do insucesso ao sucesso vai uma atitude - diz a JSD. Mas é uma atitude complexa, que aconselha a conjugação de medidas.

No entanto, há medidas que resolvem, a um só tempo, situações complexas. É o caso da formação profissional dirigida à mobilidade geográfica, o que implica aumentar conhecimentos, desenvolver aptidões e modificar atitudes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A única geração que em todo o seu percurso de vida se revê no processo da autonomia dos Açores, é a que hoje tem um rosto de juventude.

Cabem a este Governo e a esta Assembleia responsabilidades acrescidas na criação de condições económicas, sociais e culturais, que permitam o desenvolvimento das potencialidades dos jovens.

Mas há que evitar os caminhos de uma política de juventude paternalista. Por isso, a questão central deve ser o associativismo juvenil a todos os níveis.

Que fique claro: nenhuma política de juventude atinge o sucesso se não recolher uma ampla participação dos jovens. Esta condição de sucesso deve ser atingida, tem de ser atingida, através de um diálogo franco e aberto. O Programa deste Governo reconhece esta exigência imprescindível.

Há neste Programa um sério compromisso para com a juventude açoriana e, hoje mais do que nunca, existem condições para dar resposta às aspirações individuais e colectivas dos jovens açorianos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A geração de que hoje vos falo, deve ser uma geração autonomista de corpo inteiro, um capital humano de continuidade e solidificação do processo autonómico. Mas sem confrontos de gerações, porque nos devemos afirmar pela positiva.

A autonomia é um processo historicamente recente, mas já foi lançada uma semente que assegura a continuidade daquilo que hoje fazemos.

Esta semente de juventude ninguém destrói, nem destruirá. Não fosse a autonomia um contributo plural para a felicidade.

Saibamos assumir a nossa quota na tarefa de construção humana do futuro. O Governo já o fez. Merece pois, o meu fundado apoio.

Disse. Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Ao longo dos quatro anos que constituíram a III Legislatura desta Assembleia Regional dos Açores, quer na discussão do Programa do Governo, quer na apreciação das Propostas de Planos a Médio Prazo e Anuais, abordámos a problemática das Pescas com isenção e realismo, não enveredando pela crítica sistemática e destrutiva, antes ressaltando aspectos positivos, apontando metas e alternativas, deixando apelos e sugestões.

Criticámos sempre o que era possível de crítica, atentos a um sector prioritário para a Economia da Região, em fase de relançamento e estimulação. Aliás, outra coisa não seria de esperar de um Partido Responsável como é o Partido Socialista.

É com esta inalterável disposição de espírito que nos debruçamos sobre o Programa do IV Governo Regional que, na área das Pescas reduzida, infelizmente, a um rol de meras intenções, introduz um aspecto que nos é, particularmente, grato: "O Governo aposta nas Pescas como uma área prioritária do desenvolvimento regional e, como tal, é necessária a preparação profissional dos pescadores, tarefa na qual a Escola também tem de cooperar. Neste sentido, vamos privilegiar, nas escolas, o ensino profissional da pesca e transformar o Polo Universitário de Oceanografia e Pescas num instrumento dinâmico e de apoio à investigação aplicada, aproveitando os seus resultados na orientação prática dos pescadores açorianos".

Há anos que andamos a bradar pela concretização de parte destas intenções. Porque entendíamos que não é possível a rentabilidade do sector sem profissionalização. Porque a componente humana é fundamental neste processo-desafio. Porque o progresso do sector deve apontar para a correcção de assimetrias candentes e bem gravosas, nalguns casos, banindo as conotações de alcoolismo, miséria económica, social e moral que impendem sobre a classe piscatória. Porque à renovação da frota e estruturas de terra tem de corresponder uma renovação de mentalidades (e, infelizmente, essa renovação já se fez sentir). Porque, finalmente, o problema da Juventude que a todos preocupa é, fundamentalmente, um problema de vocação que germina, desperta e, posteriormente, é acalentada e orientada. As nossas escolas estão cheias de gente sem gosto. Por isso o insucesso, porque sem rumo. Ser pescador nos Açores pode ser uma profissão digna e rentável. Uma vocação, mas a carteira não pode ser apenas a borda de um barco quase sempre sem cartilha. O tempo escasseia. Abra-se a escola aos Jovens que querem ser pescadores. Já! Enquadra-se aqui a criação de uma Escola de Pescas da Região, como instrumento posterior mais adequado de resposta às exigências de valorização e formação profissional dos pescadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

O PS sempre deixou, nesta tribuna, bem vincada a lacuna do sector que verte para a impressão generalizada de que a investigação, mola real do seu desenvolvimento, não acompanha, com linhas orientadoras e acções de vanguarda, a caminhada ora encetada. Parece ter-se gerado um sentimento de impotência ante a vastidão da nossa Zona Económica Exclusiva.

A protecção dos nossos recursos marinhos não se compadece com tibiezas, reveste-se de urgência e firmeza. Aumenta o caudal de dúvidas e surgem, naturalmente, as perguntas: É ou não urgente reorientar as actividades experimentais, visando as espécies sobreexploradas ou novas zonas de pesca?

Não há, na Região, uma política de investigação que permita o adequado conhecimento dos nossos recursos marinhos. Atente-se na complexidade dos problemas que exigem uma resposta clarificadora e orientadora. No ano transacto pôs-se a hipótese de o stock de atum dos Açores ser de composição mista, com variações temporais: um stock residente associável à presença de uma robusta cadeia alimentar e de condições ecológicas favoráveis, conjuntamente com ramos migratórios que, ao encontrarem situação mais favorável, reforçam o respectivo stock e enriquecem a pescaria. Esta hipótese, ao verificar-se, altera a análise clássica sobre as pescas do atum e tem implicações em relação à regulamentação das capturas e protecção da espécie.

Este ano deparou-se-nos um super-stock de bonito, a escassez do "patudo" e a quase ausência do "voador".

Também com implicações na transformação e comercialização do produto. Não bastam explicações empíricas. Não basta o conhecimento de experiência feito.

Estranha-se, por exemplo, que, aproveitando a onda de renovação da frota, o melhor barco, o mais bem apetrechado que sulque as nossas águas, não seja pertença da Região e se dedique, em exclusivo, à Investigação Científica. Nada de sonhos ou loucuras. Adentro das nossas possibilidades e dimensão. Mas com proveito. Nem vale a pena lembrar que a Geralda, um barco velho que está ali na doca, não tem as condições indispensáveis para o tal processo-desafio que aqui se apregoa.

Quanto ao Polo Universitário - e isto é uma crítica, Sr. Deputado Victor Evaristo, honesta, isenta e consequente - continua aquele conjunto bolorento, envergonhado e desajeitado, onde a competência dos homens esbarra com a falta de meios e condições para o acompanhamento de uma área vital como as pescas - e se não querem acreditar, visitem-no!

Esta problemática não pode ser escamoteada. Acabe-se com as guerras intestinas, as indefinições, a vergonhosa mendicidade. O Partido Socialista entende que é urgentíssimo reestruturar em instalações e recursos humanos e técnicos o Departamento de Oceanografia e Pescas, transformando-o num verdadeiro Instituto Regional de Investigação das Pescas sob a tutela da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, dotado de Autonomia Administrativa e Financeira. Muitos poderão não concordar, mas nós temos razões de sobejo para propôr esta solução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

A reestruturação, reconversão e redimensionamento da nossa frota pesqueira são objectivos prioritários que o Partido Socialista sempre apoiou, dado que, quer na vertente artesanal, quer na do atum, a modernidade tecnológica e o consequente poder competitivo são essenciais para um ritmo adequado às dimensões da nossa Zona Económica Exclusiva e às exigências da sua ocupação efectiva.

A solução de transformar alguns pescadores profissionais em armadores, pesem alguns reparos ou vozes discordantes, é, na nossa maneira de ver, uma solução aceitável. Temos de ser realistas. Bem gostaria o Partido Socialista que os pescadores se agrupassem em cooperativas com responsabilidades e lucros a dividir por todos. Mas a nossa tradição cooperativa, infelizmente, não é famosa (também não tem escola) e há riscos calculados que resguardam as iniciativas.

Sabendo que o perfil do barco escolhido se adapta à prática tradicional da arte de salto-e-vara, popularmente conhecida por pesca com "vardasca"; sabendo que os nossos pescadores mais experimentados são imbatíveis nesta arte, obtendo altos índices de rendibilidade, põe-se a questão, que é premente, em termos de confronto já que, ao incentivo do aumento de capturas, se junta a aproximação realista ao horizonte inadiável da ocupação pela Zona Económica Exclusiva. Têm que se experimentar, num futuro próximo, outros tipos de pesca. No que concerne ao atum, o cerco, por exemplo, de modo que a utilização de cercadores e a prática intensiva deste tipo de arte de pesca nos ponha a coberto de qualquer inferioridade. À medida que os anos rolam mais se avoluma a necessidade de uma correcta definição nesta matéria.

Estão os responsáveis pelo sector na posse de elementos que permitam definir o número e o tipo de barcos para uma frota altamente competitiva que permita o crescimento da actividade adentro dos condicionalismos da nossa Região? Mais dia menos dia a resposta a estas perguntas tem de aparecer!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Demos preponderância ao binómio homem-barco, base e alicerce. É altura de dizer que a intensificação operada no sector, gerou riqueza também em terra, já que se abriu caminho para a criação de uma gama diversificada de indústrias transformadoras.

Estas indústrias têm de ser verdadeiramente apoiadas. O PS aponta isso no seu Programa de Governo. Gostaria de ressaltar que, pela primeira vez, este ano, algumas das nossas unidades transformadoras vão trabalhar o ano todo, o que é de realçar, ou seja, acaba-se com a sazonalidade porque, normalmente, havia meses entre Janeiro e Abril em que as nossas fábricas não laboravam - as mais importantes, as que metem mais gente a trabalhar e, portanto, têm maiores responsabilidades na produção.

Quanto à rede de frio, gostaria de dizer que aqui a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas fez uma aposta. É importante aumentar essa aposta porque, para o trabalho contínuo das unidades transformadoras, o frio é essencial e não é ainda o suficiente. A problemática do frio, juntam-se os problemas que existem na nossas terras e nas nossas ilhas: uma estrutura de frio não pode funcionar sem luz. E é incrível a opção feita: ou trabalha o Entreposto, ou não há luz para ninguém, como aconteceu, vergonhosamente, naquela ilha durante o Verão passado!

Espero que Verão como aquele nunca mais se repita, porque a luz é um bem essencial. Para viver! Para progredir!

São estes ajustamentos que fazem com que nós tenhamos que as metas almejadas para o sector não sejam atingidas - esta e outras como, por exemplo, os portos.

É olhar para o Porto da Madalena: um porto "remendado", um porto "desajustado", um porto "mal amado", um porto "bem querido". Tudo contrastes! Quando cresce o vento, os barcos zarpam!

E mais: Querem Saber? - Durante o Verão, apesar de ele estar bem engalanado, vistosamente embandeirado, dezenas de traineiras gastaram gásóleo, atravessando o canal, para irem buscar uma pinga de água como "terra prometida".

Assim, as pescas não vão a lado nenhum!...

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É importante que o conjunto de interesses esteja de facto em pleno para que o processo das pescas vá para a frente.

E vou terminar, a pedido do Sr. Presidente da Assembleia Regional, como sempre com uma palavra de esperança...

Secretário Regional de Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): É porque esgotou o tempo, e não a pedido do Sr. Presidente da Assembleia Regional.

O Orador: Não, o Sr. Presidente já me chamou

a atenção, desculpe lá!

Presidente: O Sr. Secretário percebeu que eu é que lhe tinha pedido para acabar "com uma palavra de esperança", e eu não lhe pedi tal coisa!

(Risos do PSD)

O Orador: De certeza que não pediu! Eu é que quero acabar com uma palavra de esperança. Mas é uma palavra de esperança na escola, que é base da evolução da nossa Região Autónoma.

Quando eu, professor, perguntar a alguns dos meus alunos de escolaridade obrigatória: "Que carreira pretendes seguir?", e ouvir alto, e bom som; "quero ser pescador", sentir-me-ei orgulhoso e satisfeito.

Nestas Ilhas que nós muito amamos não haverá mais pescadores açorianos sem barcos, (como houve!) nem barco sem pescadores açorianos (como há!), mas sim barcos açorianos com pescadores açorianos.

Disse. Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No fundo o Sr. Deputado Manuel Serpa concorda que a política das pescas está certa. Mas não vamos falar disso mas, sim, do assunto dos portos.

O porto da Madalena é realmente um porto "remendado", "mal amado". Mas eu queria lembrar ao Sr. Deputado Manuel Serpa que o porto da Madalena foi adjudicado e iniciado antes da primeira vez que se fizeram eleições para esta Assembleia, e a responsabilidade do "mal amado" e de tudo isso tem que ser dividida pelas pessoas que, efectivamente, tiveram na base disso. É porque foi antes de tudo isto que foi visitado o Pico para a distribuição dos portos e, nessa altura, eram autarcas pelas três Câmaras do Pico (que eu saiba) pessoas importantes do Partido Socialista, as quais concordaram com a distribuição dos portos e até fizeram uma acta - a primeira reunião feita nas Lajes e a segunda na Madalena.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O que se passa agora na Madalena não tem acta!

O Orador: Quero, no entanto, dizer aqui, e que fique ciente, de que se eu tivesse no lugar deles na mesma altura e não tendo o Pico nenhum porto, também teria aceite aquilo que me estavam dando. Simplesmente, não responsabilizava os outros, posteriormente, por aquilo que eles não eram responsáveis.

Era só isto. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

A resposta é fácil. Naturalmente quando se programaram três portos para o Pico, havia um porto de pescas, um de passageiros e outro comercial - o da Madalena era para passageiros. Mas foi este Governo Regional que implementou a política de pescas.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Foi o Governo anterior!

O Orador: Não; foi este Governo que implementou! Eu não me importo que os portos tenham sido programados por qualquer Governo de fora; o que eu estou dizendo é que a política de pescas foi implementada por este Governo Regional e o Pico tem um papel preponderante nas pescas na Região, porque deu os seus pescadores, deu os barcos, deu tudo.

O que se quer é que o Governo construa um porto de pescas no Pico e fique o da Madalena para passageiros! Qual é o problema? Não tem problema nenhum! Eu estou a dizer é que o porto da Madalena não é um porto de pescas. O Governo, atendendo ao caudal de desenvolvimento que as pescas têm e à importância que a Ilha do Pico tem no sector, que construa um porto de pescas. Lugar não falta!...

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria só de dizer ao Sr. Deputado Manuel Serpa que não andamos a jogar aos portos no Pico. O que eu ouvi há bocadinho - e foi pela sua própria boca - foi que se deveriam apoiar, sem reservas, as indústrias do Pico.

Foi precisamente nessa óptica e dentro desses princípios que o Governo Regional resolveu apoiar a COFACO que, como o meu amigo sabe, tinha dispersos pelo Faial e pelo Pico os outros barcos com os custos que isso lhe dava. O meu amigo sabe isso perfeitamente!

Então, vamos construir outro porto no Pico?

Deputado Manuel Serpa (PS): Eu não estou dizendo isso.

O Orador: O que não pode é dizer que não estiveram na decisão da construção dos três portos. E não precisa estar com mais conversas...

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Eu peço desculpa, mas suponho que este assunto está esclarecido. Se o Sr. Deputado Serpa quer usar da palavra, pedia-lhe que fosse conciso.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente há coisas que eu não entendo. Quando se construíram os três portos do Pico, o porto da Madalena era um porto vocacionado

para passageiros - assim pequenino. Se o porto cresceu por causa da COFACO, pois que cresça mais! O que me interessa é que os barcos com os pescadores do Pico tenham um porto de abrigo e não se gaste dinheiro para ir para aqui e para ali, quer em abrigos, quer em outras coisas, e mais nada!

Que se cresça mais, seja na Madalena ou noutra sítio qualquer, mas faça-se o porto que as pescas e o Pico merecem!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Suponho que este assunto está clarificado e que ainda teremos muito tempo para falar das pescas e do porto de pescas.

Srs. Deputados, estamos muito próximos da nossa hora regimental. Simplesmente existe na Mesa só mais uma inscrição para terminarmos as intervenções sobre o Programa do Governo.

Assim sendo, e se nenhum dos Srs. Deputados se manifestar contra...

O Sr. Deputado quer inscrever-se?

(Afirmativa do Sr. Deputado Paulo Valadão)

As inscrições tiveram abertas durante a tarde inteira. O Sr. Deputado dispõe ainda de 18 minutos: quer falar mais uma vez?

(Afirmativa do Sr. Deputado Paulo Valadão)

Nesse caso, tenho que pôr à consideração da Câmara o seguinte: existem duas inscrições na Mesa - uma do Sr. Deputado do Partido Comunista que dispõe de 18 minutos e outra dum Sr. Deputado do PSD que dispõe de 50 minutos.

Vou pôr à consideração se os Srs. Deputados entendem que devemos continuar os nossos trabalhos até se esgotarem estas duas intervenções. Suponho que o Sr. Deputado Renato Moura não irá usar da palavra durante 50 minutos.

(Risos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Encaminha-se para o seu fim o debate sobre o Programa do Governo que ao longo dos dias tem decorrido neste primeiro órgão de autonomia regional.

Tenho mantido uma permanente atenção às muitas intervenções produzidas e tenho observado atentamente todo o ambiente que tem envolvido o debate. Ambiente quantas vezes estranho e de uma certa forma difícil de entender nos objectivos que visa atingir.

Propositadamente deixei para o mais tarde possível o escrever destas linhas, porque desejo que elas reflectam, com rigor, a visão de conjunto sobre o que aqui se tem passado. Bem diferentes foram, ao longo do debate, os objectivos da oposição e dos deputados que pertencem ao partido

do Governo.

Quase toda a oposição anunciou - logo no início do debate - que não votaria favoravelmente o Programa proposto pelo Governo do Partido Social Democrata. Só para constar, ou talvez para criar espectáculo é que a oposição se queixa pelo facto de não ter recebido mais cedo o Programa do Governo. A oposição demonstrou que a sua posição sempre esteve definida e essa definição nada teve a ver com o documento e muito menos com o debate.

Afinal o que durante estes dias aqui se viu foi até uma grande dificuldade da oposição em ouvir e respeitar os sociais-democratas que através de inúmeras intervenções justificaram as razões do seu voto favorável no Programa. O Partido Socialista que por via do seu peso numérico deveria ser o grande responsável por uma oposição séria e coerente, não soube como tal comportar-se, infelizmente. Nada mudou afinal. Continua a oposição a querer apenas instalar nesta Região uma ambiência de pessimismo, uma sintomatologia de crise que procura pintar com as mais negras cores uma persistente teatralização da desgraça. Mas o mais grave é que o Partido Socialista tudo isto faça com uma arrogância que é de pasmar.

Barricadas numa atitude de não querer ver nada realizado, nunca, em nenhum lugar, instalam-se no alto de um discurso arrogante que teima em não olhar o passado, que recusa aceitar o presente e demonstra não querer - a qualquer título - colaborar no futuro ainda que no papel que em democracia cabe às oposições. O Partido Socialista teima em não querer reconhecer que é oposição, o que é o mesmo que dizer que teima em não querer reconhecer que o Partido Social Democrata é maioritário e foi legitimamente mandado para governar os Açores.

O Partido Socialista está demonstrando no seu comportamento de oposição uma inultrapassável dificuldade em ouvir as nossas razões, em suportar o nosso discurso de esperança. E fá-lo, indo mesmo ao ponto de ameaçar os deputados que aqui são debutantes e tentou mesmo intimidar os mais jovens que igualmente detêm um mandato legítimo e já hoje ajudam a edificar a Região e preparam a construção do futuro que é da juventude.

Este condenável comportamento denuncia bem que se porventura o PS fosse maioria tudo seria feito para nos retirar o direito a ter opinião. Nem sequer o líder, a quem resguardaram em cómoda posição de retaguarda - encontrando quem estivesse disposto a aguentar os embates de primeira linha - até o líder, dizia, não resiste ao enervamento e envolve-se em querelas menores não se coibindo tão pouco de utilizar epítetos impróprios para com os seus pares.

É desta forma que o povo açoriano rapidamente recordará o líder de hoje e o presidente do grupo parlamentar de outrora que já então liderava os abandonos da Sala de Plenários duma respeitável

Assembleia ou o voltar costas àqueles que pensam diferente.

Quer o Partido Socialista ser governo, não por mérito próprio, mas tentando demonstrar o nosso eventual demérito.

E é assim que critica sem apresentar alternativas e é assim que não suporta ouvir falar do seu programa por comparação com o nosso aqui em debate.

Logo no início da legislatura é um mau augúrio.

Bom seria se o futuro vier a demonstrar outro comportamento porque quem ganharia seria a autonomia ou pelo menos a democracia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por nossa parte temos assumido neste debate uma atitude positiva, porque temos a responsabilidade de fazer com que a Assembleia Regional saiba assumir o papel decisivo que lhe cabe na construção dos Açores. Queremos continuar a saber ter a humildade democrática de ler e bem os resultados das últimas eleições mas o que desde já podemos assegurar é que será corrigido o que tiver de ser, custe o que custar, mas jamais assumiremos a atitude de governar os Açores de forma complexada, postura para a qual nos pretende a oposição empurrar, mas que recusamos.

Tem o Governo, sector a sector, claramente, exposto os seus pontos de vista, clarificado o programa que nos submete e responsável por responsável, assumido o compromisso de com empenho e celeridade executar o Programa, o que é afinal o mais importante.

E têm os deputados desta bancada, uns global outros sectorialmente, deixado registadas as razões que levam a aprová-lo.

Nem pareceria por isso necessário dizer também das minhas razões, pela altura em que já vai o debate, necessariamente repetitivas.

Todavia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sempre abordarei numa forma muito genérica, e por isso sem qualquer preocupação de esgotar os motivos que por si justificam o meu e o nosso voto conscientemente favorável.

O PSD dá o seu voto favorável a este Programa porque o desenvolvimento económico se baseará na iniciativa privada, cabendo ao Estado o papel de apoiar e incentivar não se considerando uma solução única para todas as ilhas, mas antes de tudo tendo em conta as potencialidades de cada qual que precisam de ser aproveitadas e valorizadas como contributo para o desenvolvimento global e harmónico dos Açores.

O PSD apoia este Programa também porque aponta para a concertação entre parceiros sociais, porque privilegia a aquisição de habitação, porque se cuidará de estabelecer um controle da subida de preços.

O PSD votará favoravelmente este Programa porque se abrem novas e aliciadas perspectivas à juventude, designadamente através da criação de novas escolas de tipo técnico-profissional, de desenvolvimento da Universidade, de melhoria das estruturas de formação profissional, de formação de jovens empresários tão contributiva para o progresso económico e bem estar social.

O PSD adere a este Programa de Governo porque nele se aponta para o diálogo e colaboração do

Governo com os órgãos do poder local tão vocacionados para exercerem responsabilidades públicas em áreas em que a proximidade dos problemas e dos cidadãos encaminha para as soluções mais adequadas e reforçando a autonomia local se reforça também a autonomia regional.

Mas o PSD votará favoravelmente e conscientemente este Programa de Governo também e ainda porque acredita no Executivo que o vai realizar e na sua capacidade de dinamizar a Administração Pública, torná-la mais produtiva e simplificada nos seus processos, menos burocratizada e mais rápida nas respostas, nomeadamente através dum conveniente recurso às novas tecnologias hoje disponíveis.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, se como Deputado Regional me não chegassem as razões para aprovar este Programa, poderia, como deputado eleito pela Ilha das Flores, recolher, do debate, mas não só, razões para investir este Governo nas responsabilidades executivas.

É que relativamente à Ilha das Flores, e sob minha proposta, aprovou o III Governo Regional uma resolução que constitui uma resposta global para os problemas e carências sentidas na Ilha das Flores. E este Governo sectorialmente e aqui tem ido assumindo a responsabilidade de implementar a aludida Resolução 477/87, compromisso que, aliás, cada membro do Governo individualmente me dera já quando uma após uma, visitei, logo após a tomada de posse do Governo, cada Secretaria Regional e reuni com os respectivos titulares, retomando a iniciativa de andamento para cada uma das questões que mudarão a face das Flores e oferecendo a minha modesta mas franca colaboração que ora e aqui reafirmo.

Aliás, Srs. Deputados da oposição, eleitos pelas Flores, tanto o do PCP como o do PS nada mais fizeram aqui - no que especificamente à ilha se refere - do que reclamar pelo cumprimento de alguns aspectos da Resolução - nem sequer todos porque de fora ficaram coisas tão importantes como por exemplo as residências para médicos e professores e as casas do Povo de Ponta Delgada e da Fajã-Grande...

Deputado Rogério Serpa (PS): Havemos de chegar lá!

O Orador: Quando chegar já vem atrasado!

Deputado Rogério Serpa (PS): Mais vale tarde do que nunca!

O Orador: ...o que evidentemente é bem prova de que reconhecem que ali se contêm as respostas adequadas e razoavelmente exigíveis no momento. A Resolução 447/87, nascida de um trabalho conjunto de sociais-democratas, na Assembleia e no Governo, por nós continuará a ser implementada.

Ao Governo não faltará certamente o entusiasmo de a levar a cabo e a mim me dê Deus vida e saúde

para nisso me continuar a responsabilizar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Finda esta discussão, aprovado este Programa de Governo, partirá daqui o IV Executivo Regional da responsabilidade do Partido Social Democrata, com um mandato inequívoco e com a legitimação para governar os Açores.

Sairemos daqui com esperança porque acreditamos nos homens e na sua boa vontade para numa ambiência de Autonomia Tranquila realizarmos o presente e construirmos o futuro.

O Governo com a responsabilidade que lhe incumbe e nós deputados sociais democratas com a disposição de muito trabalhar, sugerindo, colaborando, criticando construtivamente se preciso viesse a ser. Trabalhando pelos Açores, depressa, mas bem!

Disse. Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedidos de esclarecimento.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Diário nº 4 desta Assembleia de 15 de Novembro de 1984, podiam ler-se as seguintes palavras, proferidas na altura pelo Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Agora liga-se à história!

O Orador: Também o digo, Sr. Presidente!

"Mesmo naquelas infra-estruturas vitais, para uma região com as características da nossa, como são os portos e aeroportos, ainda temos importantes empreendimentos em execução e alguns até em começo de execução - como é o caso do porto de Santa Maria e do porto da Praia da Vitória - e outros há que se torna imprescindível lançar e concretizar, como é o caso do porto das Flores."

Sr. Deputado Renato Moura, passaram 4 anos e afinal só agora é que estamos a concretizar essa obra que, em nosso entender, já deveria ter sido concretizada. E voltamos ao mesmo: é um problema de ritmo; é um problema de velocidade.

Que garantias é que o Sr. Deputado nos dá de que aquilo que já há um ano - repito - **aquilo que já há um ano** foi apontado para ser efectivamente feito nas Flores, daqui a 4 anos já não estaremos novamente aqui a discutir os mesmos problemas?

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Não há-de estar, Sr. Deputado!

O Orador: É bem provável que esteja, mas esta bancada será maior!

(Risos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato

Moura para prestar o esclarecimento solicitado.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As garantias que eu tenho de que aquilo que está decidido será executado, são as garantias que me dá o Governo do Partido Social Democrata.

É evidente que o Sr. Deputado não conhece o andamento que vêm tendo os assuntos da Resolução. Teria imenso gosto, se o Sr. Deputado assim o entender, em clarificar, uma por uma, a situação em que se encontramos respectivos problemas.

Todavia, parece-me que o Sr. Deputado gostará de ser o próprio a conduzir esse assunto para demonstrar, ainda que à posteriori, algum trabalho feito relativamente a este assunto. Só que nesta matéria chegará seguramente tarde, porque estes assuntos foram sempre conduzidos sob a nossa responsabilidade; estes assuntos sempre tiveram andamento por via do Governo do Partido Social Democrata, e relativamente a eles tudo aquilo que o Sr. Deputado poderá fazer será sempre aplaudido.

Julgo que relativamente a esta situação o Sr. Deputado não pretende obter nenhum esclarecimento. O Sr. Deputado saber perfeitamente que as questões estão em andamento; aos poucos elas irão surgindo; o Sr. Deputado irá tendo ocasião de ver e, nessa altura, tudo ficará claro. Se nesta altura o Sr. Deputado tem dúvidas, certamente que depois terá oportunidade de as retirar.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Espero bem que sim!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A leitura do ponto 20 do Programa, no que respeita à Habitação (páginas 135 e seguintes) deixa perplexo qualquer observador atento da vida regional nos dois últimos anos.

Em relatórios oficiais desta Assembleia Regional (Relatório da Comissão dos Assuntos Sociais referente ao Plano para 88 e relatório respeitante ao Bairro da Lagoa e outros) e em relatórios da Comissão Coordenadora do Plano Integrado de Apoio Comunitário de S. Miguel estabeleceu-se um amplo e não polémico consenso sobre a insuficiência da política habitacional dos anteriores Governos. O próprio PSD na sua propaganda eleitoral apresentou objectivos que, implicitamente, reconheciam essa insuficiência.

Como é do conhecimento geral, constatou-se que há uma numerosa faixa da população totalmente carente que não pode sequer recorrer ao programa de auto-construção, nem pode recorrer, na maior parte dos casos, aos programas de recuperação de habitação degradada pois as péssimas casas onde habitam não são próprias.

Constatam-se também que algumas camadas inter-médias da sociedade, não abrangidas pelos programas existentes, têm crescentes dificuldades, dadas as políticas de restrição e encarecimento do crédito estabelecidas pelo PSD no plano nacional, de recorrer ao crédito bancário directo.

A perplexidade referida no início começa logo quando se lê que "a política de habitação seguida pelo Governo do PSD tem produzido efeitos e é apoiada pela maioria dos açorianos" (fim de citação). Efectivamente o que se passa é que a política de habitação do Governo do PSD se mostrou incapaz de resolver a situação das centenas e centenas de famílias totalmente carentes e não contribuiu em nada para diminuir as situações de profunda pobreza existentes. O que se passa é que a política de habitação até agora seguida não é, nem pode ser apoiada por todas as pessoas que conhecem, minimamente, esta sua consequência.

Uma política de habitação que ignora essa faixa importante de cidadãos sem meios não é seguramente uma política humanista.

É dito no Programa que se pretende que a cada família corresponda uma habitação condigna, mas o Programa não aponta caminhos claros nesse sentido. Do mesmo modo a discussão que até este momento já teve lugar sobre essa matéria confirma essa ausência de soluções.

O Governo tem combatido, com uma teorização falaciosa, o conceito de habitação social. Associa esse conceito a bairros, a ghettos, a pobreza e a miséria, como se tudo isso não fosse em boa parte provocado pelas condições infra-humanas das habitações ditas sociais que em tempos de má memória foram construídas.

Na nossa visão o conceito de habitação social prende-se antes com a proveniência dos meios necessários à construção. As centenas de cidadãos que não podem auto-construir têm que ser substancialmente e nalguns casos totalmente ajudados para poderem deixar de viver onde vivem.

A faixa mais carente da sociedade precisa da solidariedade de toda a sociedade para ser arrancada dos baixíssimos padrões de vida a que está remetida. A habitação construída neste contexto é a habitação social, independentemente de ser concentrada em bairros ou de ser constituída por casas isoladas.

O anterior Governo recusou esta solidariedade e o actual não diz com nenhuma clareza o que pretende fazer.

Há estudos, há opiniões técnicas abalizadas, há o empenhamento de serviços, de organismos não governamentais de instituições de solidariedade social. Falta a decisão do Governo, falta a vontade política de atacar de frente esta questão.

Na página 34 é dito que "o combate às bolsas

de pobreza consiste em boa parte em resolver carências especialmente graves de habitação". No desenvolvimento do ponto 20, não se vê o reflexo claro desse enunciado.

A Organização Regional do PCP reclama que situações como a de certos bairros de S. Miguel e a de outras centenas de casas detectadas pela Comissão Coordenadora do Programa Integrado de Apoio Comunitário e ainda centenas de casas noutras ilhas tenham o encaminhamento prioritário que merecem.

Uma Região cujo orçamento, embora limitado, dá para construir um vasto e até vistoso património público, tem que ter meios de acudir racionalmente aos totalmente desfavorecidos que têm sido totalmente esquecidos pelo poder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na bancada do Governo está sentado, pela primeira vez, nessa qualidade, o Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Os pontos 8 e 9 do Programa do Governo estabelecem as orientações que tal Secretaria Regional deverá seguir.

Havendo um titular da juventude foi nossa preocupação procurar perceber se as orientações do Programa reflectiam algum aprofundamento sensível no tratamento das questões da juventude, que tivessem em correspondência com essa alteração na orgânica do Governo.

Logo no segundo parágrafo da introdução do ponto 8 há uma referência ao êxodo migratório que até final dos anos 70, levou muitos jovens açorianos a procurarem formar a sua vida noutros pontos do Mundo, precedida, essa referência, da afirmação que hoje o jovem açoriano já encontra na sua terra mais fortes razões de fixação.

Esta afirmação carece de ser muito mais aprofundada, pois é do conhecimento geral que a corrente emigratória, depois de ter decrescido tende a aumentar e é infelizmente crescente o número de jovens que procura a emigração como solução para a sua vida.

A comparação entre os Programas do III e IV Governos nesta área mostra que pouco se aprofundou, pouco se inovou e poucos compromissos concretos se assumiram, quer num quer noutro Programa.

É referido, a dado passo, que se procurará lançar programas de componente marcadamente técnica destinados a proporcionar uma experiência profissional aos jovens particularmente nas zonas de emprego menos saturadas. Na nossa opinião esta medida, que é em si mesma positiva, só tem valor real se for articulada com diversas medidas que transformem tais programas em verdadeiros caminhos de acesso ao mundo do trabalho e não ao mundo do desemprego com todas as consequências e frustrações que daí resultem. Seria fundamental que o Governo quisesse, nesta área, assumir com-

promissos de maior valor real.

Por outro lado há que incentivar o aproveitamento de forma totalmente rentável dos fundos provenientes da CEE para acções deste tipo.

Outra medida apontada diz respeito ao reforço do apoio ao ensino superior e ao estudo da possibilidade de criação de cursos médios superiores na Universidade dos Açores. Ambas estas medidas podem ser interessantes se forem executadas com a diligência e o rigor que o problema exige.

É necessário, no entanto, sublinhar questões essenciais que não estão e a nosso ver deviam estar no Programa.

O combate à exploração da mão-de-obra infantil como forma de defender e possibilitar a valorização da juventude; o apoio (consagrado em lei não aplicada) aos jovens à procura do primeiro emprego; o apoio e a protecção legal aos jovens empregados saídos de cursos de formação profissional; a revisão geral, e não apenas no ensino superior, dos critérios e montantes dos subsídios aos estudantes; criação de condições que tornem possíveis de forma concreta a continuação dos estudos pelos jovens trabalhadores; a maior responsabilização dos jovens na gestão das escolas; o apoio, permanente, coerente e planificado aos jovens artistas; a garantia de participação da juventude na definição das políticas, etc., etc..

Falta neste Programa um compromisso essencial que é o diálogo. Diálogo alargado, aberto, criativo, desburocratizado, atraente e por tudo isso útil. Diálogo entre o poder e os jovens e não apenas diálogo entre o poder e os jovens que estão e são do poder. Diálogo com as organizações políticas juvenis, mas também com todas as outras formas, e muitas são, de organização, actuação e vivência que os jovens desenvolvem.

Diálogo limpo de preconceitos e recheado de vontade de se encontrarem soluções.

Este diálogo é difícil, mas é útil e indispensável para que haja uma política de juventude.

Por tudo isto defendemos que seja criado um Conselho Regional de Juventude, como órgão oficial, mas representativo e não governamentalizado que seja obrigatoriamente consultado pelo Governo e por esta Assembleia nas questões ligadas à política da juventude.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quanto às medidas indicadas na área do trabalho as limitações de tempo determinam que faça apenas breves comentários, o primeiro dos quais é referente à questão da modernização da legislação do trabalho. Diz-se no Programa que o Governo procurará que tal legislação seja adequada à realidade económico-social da Região. Se tal perspectiva é aceitável, é também exigível que se defenda que a legislação do trabalho não seja um instrumento destinado a reduzir os trabalhado-

res a meros factores de produção sem garantias, estabilidade e direitos. Estaremos, naturalmente, muito atentos às posições que o Governo Regional assumir.

A igualdade de direitos entre todos os trabalhadores portugueses é um princípio fundamental que tem que ser defendido. Como é lógico, a criação de uma situação de igualdade entre situações com valores referenciais diferentes pressupõe a assunção de diferenciações aparentes. É o caso, por exemplo, do salário mínimo regional. Para que haja igualdade real dos valores tem que ser diferentes, devendo ser aqui na Região mais elevados.

O Governo, como se sabe, resolveu este problema de forma governamentalista e inconstitucional, ignorando, como fez muitas vezes, a existência e competências da Assembleia Regional.

A muito curto prazo esta Assembleia terá que ter ocasião de, por Decreto Legislativo Regional, estabelecer os salários mínimos regionais.

Mas para além disso é necessário sublinhar que, quer no que toca ao funcionalismo público, quer no que toca aos trabalhadores do sector privado, há que estabelecer medidas, políticas e orientações, que façam com que os salários, em geral, correspondam ao mesmo poder de compra médio dos seus equivalentes no Continente.

Esta questão não pode continuar a ser iludida e adiada indefinidamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Outros sectores haveria que queríamos referir, no entanto, o tempo não o permite. Teremos naturalmente oportunidade próxima, nomeadamente quando debatermos o Plano de Médio Prazo, para apresentar, com o necessário pormenor, essas questões.

Algumas brevíssimas notas queríamos no entanto deixar.

Fala-se na página 87 da Educação Especial, mas na prática nada se diz sobre a política respectiva. Neste momento há já técnicos formados à custa do erário público regional que estão, por falta de orientação, completamente sub-aproveitados.

Por outro lado há ilhas, como é o caso das Flores, por exemplo (mais um assunto para que o Sr. Deputado Renato Moura arranje uma Resolução)...

Deputado Renato Moura (PSD): Hei-de arranjar se for preciso! Porque não?

O Orador: ...onde a Educação Especial continua a não existir e os deficientes estão apenas entregues aos familiares, condenados a sobreviver sem qualquer espécie de esforço de integração, recuperação ou redução da deficiência.

É referida a alteração curricular no ensino, pretendendo-se criar disciplinas específicas.

Considerando esta questão, à partida, justa, reclamamos porém que ela seja integrada numa perspectiva mais ampla de ponderação das especificidades que a educação e o ensino devem ter na

nossa Região.

Por isso, o PCP sugere e propõe a realização de um grande debate regional, activo e participado, que fomente o diálogo entre os Órgãos de Governo, os professores, os pais, os estudantes, as escolas e a população em geral acerca da problemática do ensino.

Pensamos que tal debate deverá ter na Secretaria Regional da Educação e Cultura e na Comissão dos Assuntos Sociais desta Assembleia os seus principais animadores.

A declaração feita pelo Governo na página 85 do Programa de que vai apostar privilegiadamente no ensino pré-primário, só pode ser entendida como consequência da enorme força que sobre esta questão foi feita aqui, na III Legislatura, pelos Partidos da oposição e nomeadamente pelo Partido Comunista Português.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Presunção e água benta...

O Orador: O Governo não diz no entanto claramente como vai fazer essa aposta. Na nossa opinião há que dar passos programados para que seja criada a rede oficial integral de salas de educação pré-primária.

Estando os professores desta Região a desenvolver esforços sérios e intensos no sentido de contribuirem para que possam dispor de melhores condições de trabalho, a Organização Regional do PCP queria aqui, perante esta Assembleia e perante o Povo dos Açores, manifestar o seu integral apoio a esta luta que consideramos justa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na área da recém criada Secretaria Regional da Administração Interna o Governo dá mostras de estar apostado em agir num sentido que se afigura, desde já, como preocupante e até insólito.

Com efeito, são preocupantes algumas das orientações do Programa no domínio da Administração Pública, as quais, com o pretexto de se pretender moralizar e desburocratizar os serviços revelam o empenhamento do Governo no propósito de reprimir drasticamente os trabalhadores da Função Pública, chegando ao ponto de ameaçar as chefias que porventura não obedecem aos desígnios do Senhor Secretário Regional (página 52 do Programa).

Aliás, este é um capítulo onde são evidentes, tanto as referências à aplicação de medidas punitivas e disciplinares, como a outros processos de legalidade duvidosa, nomeadamente quanto às sanções que se pretendem aplicar ao conjunto dos cidadãos (página 54 do Programa), cabendo aqui perguntar ao Governo no que é que está a pensar concretamente nesta matéria.

(À parte inaudível do Sr. Presidente do Governo Regional)

O Orador: Eu não respondo a provocações, Sr. Presidente! O meu comportamento tem sido até aqui e vai continuar a ser e vou lutar intransigentemente contra tudo e contra todos pela dignificação deste órgão - o órgão máximo da nossa soberania!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Bem precisamos! Bem precisamos!

O Orador: Também no que respeita ao Poder Local não deixa de ser preocupante e grave a nova postura que o Governo se propõe assumir neste campo.

Efectivamente, pode mesmo dizer-se que o Governo dá uma no cravo e outra na ferradura (para usar uma expressão popular), isto é, começa a afirmar as virtualidades democráticas do Poder Local para logo depois introduzir no Programa toda uma gama de conceitos, definições e intenções que são seriamente descaracterizadoras e comprometedoras da dignidade e da autenticidade do Poder Local e da sua autonomia face ao Poder Regional.

Com este objectivo destacam-se, desde logo, duas grandes linhas de força.

Em primeiro lugar fica claro o propósito de dirigir, orientadamente, a acção das autarquias açorianas, definindo-lhes o que estas devem e não devem fazer em vários campos e as áreas em que estas terão de cooperar na execução da política do Governo e até na satisfação dos interesses dos empresários (páginas 56 e 57 do Programa).

Em segundo lugar sobressai a intenção de esvaziar e manipular ainda mais o conteúdo profundo das atribuições e competências próprias das autarquias, no exercício das suas funções na Região.

Não podemos aceitar que o Governo Regional se queira assumir como orientador do Poder Local ou que interprete a tutela como um meio de ferir e limitar a independência que o Poder Local deve ter face ao Poder Regional.

O Programa do Governo dedica também algumas palavras à protecção civil.

Usando uma acentuada economia de texto, em comparação com o Programa de 84, o Governo avança, no entanto, com as orientações principais que têm presidido à instalação progressiva do Serviço Regional de Protecção Civil.

Pensamos que, ou por maior consciencialização das suas partes constitutivas, ou por maior sentido prático, ou por maior necessidade, tem-se notado uma melhoria acentuada na capacidade de resposta do Serviço Regional de Protecção Civil.

Pensamos, no entanto, que há que continuar e da forma mais aberta possível a melhorar e dar meios a este serviço porque, infelizmente, toda a Região está sujeita a fenómenos que exigem resposta pronta e imediata da Protecção Civil.

Esperamos também que estes serviços sejam devidamente montados em todas as ilhas da Região.

Disse. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas uma "recordatória" aqui para o Sr. Deputado do Partido Comunista - não sei se é do Partido Comunista se é da CDU porque o Sr. Deputado brindou-nos aqui com uma directiva da Direcção da DORAA do PCP: fez-nos, de facto, um frete, agora, uma vez que me parece que as listas foram apresentadas pela coligação CDU.

De qualquer forma, Sr. Deputado, a minha observação é muito simples:

Na intervenção que fiz esta manhã, referi-me, na verdade, às questões que se prendem com a habitação das famílias necessitadas.

O que quero dizer ao Sr. Deputado é que o facto do Partido Social Democrata, e o Governo Regional que ele suporta, não defenderem a construção dos bairros sociais, não quer dizer que o Governo não vá, não tenha e vá continuar a ter olhado para as questões que se colocam a essas camadas - que são as camadas desfavorecidas.

Nós vamos de facto continuar a desenvolver isso, e é evidente que até vamos continuar a desenvolver de uma forma diferente daquela que há nalguns países. Eu cito, por exemplo, a Alemanha Oriental - que já tive oportunidade de ver onde as condições de habitação são realmente deprimentes - e isto para não falar na União Soviética, onde há famílias a ocupar (em número de duas ou três famílias) o mesmo apartamento, como o Sr. Deputado, com certeza, conhece.

Portanto, as necessidades que têm sobressaído na área da habitação, onde, de facto, algumas delas são palpáveis, resultam de uma coisa, Sr. Deputado - e aí é que é também a explicação que eu queria dar...

(À parte inaudível do Sr. Deputado do PCP)

O Orador: É que o Sr. Deputado não tem tempo depois para me responder, senão eu também respondia-lhe ao seu aparte.

Mas, dizia, o que acontece relativamente a esta questão é que o Partido Social Democrata, e o Governo que ele suportou durante todos estes anos, idealizou uma política de habitação que possibilitou que se verificassem agora algumas situações que o Sr. Deputado apontou porque, anteriormente, essas situações não eram visíveis porque havia era o nivelamento, por baixo, de toda a gente relativamente às carências de habitação.

Felizmente que já saímos desse estado, arrancámos e, para resolver os outros casos (por isso é que cá estamos!), vamos prosseguir a nossa linha de grande dinamismo para resolver os proble-

mas da habitação que se colocam às camadas mais desfavorecidas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra, também para pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só desejo recordar ao Sr. Deputado do PCP algumas das medidas concretas que foram enunciadas nesta Câmara pelo Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Quais?

O Orador: Não reparei se o Sr. Deputado estava ausente, mas lembro-lhe algumas delas: o associativismo juvenil; o turismo juvenil; as Pousadas de Juventude e outras.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Diga lá as outras.

O Orador: Por amor de Deus, Sr. Deputado, um de cada vez!

Quanto à mão de obra infantil, é uma preocupação também deste Governo, como consta do seu Programa.

Como sabe, a mão de obra infantil é um problema cultural e, como tal, se olhar para a área social verá que lá está dito o seguinte: "Criar condições aos agregados familiares... para uma vida digna...".

Não vou ler tudo porque isto é suficiente: se as famílias tiverem uma vida digna não têm necessidade das crianças trabalharem.

Mais claro? Penso que não é necessário!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas também para pedidos de esclarecimento.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado do PCP falou aqui em modernizar, mas eu não vejo essa modernização dentro das suas próprias portas - repare-se no caso de Zita Seabra e outros mais.

O que se passa aqui é que até são chamados para o "velório" ex-Responsáveis do PCP a nível regional.

O Sr. Deputado falou aqui na emigração e na liberdade de emigração que se tem verificado nos últimos tempos em virtude do desemprego na Região.

Gostaria de lhe perguntar se entende que a emigração deveria ser aqui, nos Açores, condicionada como o é nos países de Leste - que V. Exa, muito bem conhece.

Gostaria também de lhe perguntar se conhece qual é, efectivamente, a percentagem de desemprego na Região Autónoma dos Açores.

Quanto à questão da Concertação Social, gostaria de lhe dizer que foi esta bancada do Partido

Social Democrata e o Governo que nós suportamos, que protagonizou aqui na Região Autónoma dos Açores, com a aprovação unânime desta Câmara, o Conselho Regional de Concertação Social.

Assim sendo, não pode, de maneira nenhuma, acusar o Governo e o Partido Social Democrata de falta de diálogo, de falta de concertação!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para prestar um esclarecimento.

Nós trabalhamos aqui já muitas horas mas, ao fim de todas estas horas, eu ainda sei o que disse.

Não sei se o Sr. Deputado teve oportunidade de ouvir a minha intervenção, mas recordo-me perfeitamente de ter abordado a maior parte das questões que ele depois reabordou na sua intervenção, e penso que de nenhuma das minhas palavras se poderá tirar algumas das conclusões que ele abusivamente tirou.

Dado o tempo ser curto, vou entregar-lhe uma cópia dessa mesma intervenção, guardando o resto dos esclarecimentos para prazos que são do próximo Plano de Médio Prazo.

Estamos todos cansados, mas baralhar, não, Sr. Deputado!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão. Peço-lhe que seja muito sucinto, uma vez que tem o seu tempo praticamente esgotado.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à dúvida que o Sr. Secretário Regional tem, relativamente ao facto de saber se eu sou membro da CDU ou do PCP, remeto-o para a legislação nacional. Só lamento que o Sr. Secretário Regional esteja tão desfasado dessa mesma legislação. É lamentável que alguém com tanta responsabilidade partidária, e não só, desconheça aspectos tão importantes, como são os das nossas leis eleitorais.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Eu perguntei foi em nome de quem é que tinha falado!

O Orador: Eu falei, falo e vou falar em nome do Partido Comunista Português, ao qual há muitos anos me honro de pertencer à Direcção Regional nesta Região. Portanto, é como tal que aqui estou e é como aqui estarei!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): E a CDU?

O Orador: A CDU continua e vai continuar a participar no processo autárquico e vai continuar a esclarecer o Povo Açoriano.

Relativamente à política que o Sr. Secretário

Regional refere que vai implementar em relação à habitação, nós vamos aguardar pacientemente como, aliás, o Povo Açoriano continua pacientemente a aguardar por muitas das propostas que o Governo Regional e os Governos Regionais anteriores—entre os quais se contou com a presença do Sr. Secretário Regional - apresentaram, mas não cumpriram.

O Povo Açoriano tem esperado e continua a esperar pacientemente, até um dia!...

Quanto aos problemas que o Sr. Deputado coloca relativamente a países estrangeiros, pois não sei se se referirá à República Democrática Alemã, mas eu não tenho nada a ver com isso.

Em relação à União Soviética, também não sei, porque até nunca lá estive (nem numa nem noutra) nem tenho nada, repito, a ver com isso!

Se o Sr. Secretário tem dúvidas, coloque-as aos órgãos próprios ou às representações desses países no nosso país porque, felizmente, já as há - não as havia há uma dúzia de anos mas agora já as há.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Tem lido alguma coisa sobre isso?

O Orador: Leio um pouco, Sr. Secretário. Felizmente ainda sei ler!

Relativamente ao Sr. Deputado Rui Melo que até sabe que eu estou aqui como Deputado do Partido Comunista Português - nesse aspecto sabe um pouco mais do que o Sr. Secretário...

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Se calhar foi alguma explicação que o Senhor lhe deu mas que não teve o cuidado de dar a mim !

O Orador: ...sob esse aspecto, dizia eu, nós também vamos aguardar a vida digna que ele continua a esperar.

Da nossa parte, Sr. Deputado, sentir-nos-famos felizes se daqui a 4 anos todos estes problemas estivessem resolvidos.

Oxalá que isso aconteça!

Em relação ao outro Sr. Deputado do Partido Social Democrata, quero-lhe dizer duas ou três coisas. Aliás, aquilo que disse em relação ao Sr. Secretário Regional digo também em relação a ele: eu não tenho nada a ver com os países que ele chama "países de Leste". O que eu lhe digo é que estou aqui como representante de alguns eleitores da Região Autónoma dos Açores, concretamente o meu círculo eleitoral da Ilha das Flores, como ele estará, com certeza, em representação de eleitores de outra ilha qualquer, e é nessa qualidade que eu vou estar aqui durante 4 anos, desde já.

Relativamente aos problemas que ele diz que tem uma camarada minha, que eu até conheço muito bem, pois eu não tenho nada a ver com isso: ela tem os seus problemas e eu tenho os meus; ela

que resolva os seus (bem ou mal resolvidos) que eu resolvo os meus.

Quanto aos problemas do meu partido, se o Sr. Deputado estiver interessado teremos toda a amabilidade em fornecer-lhe os documentos (abundantes!) saídos do nosso XII Congresso, onde a democracia imperou; onde o programa do nosso partido foi aprovado com duas abstenções...

(Risos do PSD e do Governo)

...um programa onde efectivamente há mudanças importantes, propostas muito concretas para o futuro da nossa sociedade; onde o estatuto do partido também foi aprovado; onde foram aprovados planos importantes para a organização do nosso partido...

Presidente: Sr. Deputado, eu não queria ser impertinente, mas peço-lhe que não saia do assunto que estamos a debater.

O Orador: Estou a responder à pergunta do Sr. Deputado do PSD!

Presidente: Além disso, o Sr. Deputado já esgotou o seu tempo. Pedia-lhe que fosse breve.

O Orador: Então agradeço-lhe.

Presidente: Terá muitas outras ocasiões de voltar a intervir.

O Orador: Então esperarei pelas outras ocasiões.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim das inscrições, de forma que vamos interromper os nossos trabalhos. Recomeçaremos amanhã às 10,00 horas com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1ª - Conclusão da apreciação do Programa do Governo;

2ª - Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o Orçamento e o Plano para 1988.

Srs. Deputados, muito boa noite e até amanhã!

(Eram 21,00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - Madruga da Costa; **PS** - António Cordeiro, Dionísio Sousa, João de Sousa Braga, Luís Filipe Cabral; **CDS** - Alvarino Pinheiro).

(Deputados que faltaram à Sessão: **PS** - Hélio Pombo).

A Redactora de 1ª Classe: Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.